

26/08/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Chance de terminar os estudos](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Mais horas na escola](#)

[A sociabilidade na universidade](#)

[Longe de polarização nacional, estados articulam ações educacionais entre si](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Concessão de creches](#)

Imprensa Estadual

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[UFRR pode receber menos recursos se for utilizado ranking do TCU](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Escola integral é meta do Plano Nacional de Educação](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Mais horas na escola](#)

G1

[UFScar abre inscrições para alunos da educação básica sobre matemática](#)

[Pesquisa da UFScar oferece tratamento para pessoas que têm dor no ombro em São Carlos](#)

R7

[Educação integral é meta do Plano Nacional de Educação](#)

[Weintraub critica Macron no Twitter: calhorda oportunista](#)

[Inep divulga os temas das redações do Enceja](#)

Imprensa Estadual

J. DO COMMERCIO - PE

[Privilegio para poucos](#)

Agências de notícias e sites

CLIC FOLHA

[Ludmila Rattis Teixeira, ecóloga espacial](#)

CONSULTOR JURÍDICO

[Legado jurisprudencial](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Coleta de dados para aperfeiçoar pesquisa termina em 30 de agosto](#)

[Bases de conhecimento da OCDE disponíveis para o público](#)

AGÊNCIA CÂMARA

[Comissão debaterá proposta do MEC para gestão de universidades](#)

FOLHA - GO

[-candidatos com dificuldade de acesso podem ligar para 0800](#)

G1

[Minicurso na UFMT discute racismo institucional na educação básica](#)

GAZETA DO POVO – PR

[O Future-se, o passado e o Acórdão 2.731](#)

JORNAL BOM DIA (RS)

[UFFS propõe encaminhamentos sobre o programa Future-se](#)

Grande Imprensa

CLIPPING



FOLHA DE S. PAULO - SP

[Aprendeu matemática? Dane-se](#)

[Governo Bolsonaro vê universidade como estorvo público, diz reitor](#)

O GLOBO - RJ

[Aprendeu matemática? Dane-se](#)

[Cortes vão do cafezinho a obras de prevenção](#)

[‘O setor privado sofre de abstinência estatal’](#)

Imprensa Estadual

A CRÍTICA - AM

[A floresta contém valor maior do que a terra rasa](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Mais educação a distância no ensino superior](#)

O LIBERAL - PA

[Falta de empregos é a razão da inadimplência](#)

Agências de notícias e sites

SÓ FATOS

[Como a falta de verba para o CNPq ameaça a produção científica do Brasil](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Educação integral é meta do Plano Nacional de Educação](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Brasil conclui testes de soro inédito para picadas múltiplas de abelha](#)

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Educação com diálogo e respeito](#)

O GLOBO - RJ

[Enceja faz amanhã edição com recorde de inscritos](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[Ministro da Educação quer lançar universidades digitais](#)

CORREIO DO POVO - RS

[Escolas Rurais...](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Ciclo de debates vai discutir inclusão do IFRR em proposta do MEC](#)

FOLHA DE LONDRINA - PR

[Formatura de EAD da Unioeste](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA GLOBO

[A ressonância magnética, dos laudos à pesquisa molecular](#)

[Como a falta de verba para o CNPq ameaça a produção científica do Brasil](#)

G1

[UFSJ anuncia suspensão de novas turmas dos cursos de Educação a Distância](#)

JORNAL DA USP - SP

[Como os avanços da microeletrônica transformaram o mundo](#)

LE MONDE DIPLOMATIQUE

[Amazônia e uma pós-verdade inconveniente](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Ministro da Educação quer lançar universidades digitais](#)

[MEC libera R\\$ 60 milhões para internet nas escolas rurais](#)

[Enceja : candidatos com dificuldade de acesso podem ligar para 0800](#)

[Ministro da Educação quer lançar universidades digitais](#)

CLIPPING



AGÊNCIA BRASÍLIA

[MEC libera R\\$ 60 milhões para internet nas escolas rurais](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Um terço do que governo quer remanejar são cortes da Educação](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Governo Bolsonaro quer ampliar educação a distância no ensino superior federal](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Ministro diz que Inpe vai agilizar repasse de informações para o combate a queimadas](#)

[Governo Bolsonaro quer ampliar educação a distância no ensino superior federal](#)

[Enceja acontece neste domingo com número recorde de quase 3 milhões de inscritos](#)

AGÊNCIA VALOR

[Governo quer ampliar educação a distância no ensino superior federal](#)

CARTA CAPITAL - SP

[Com incerteza sobre recursos, CNPq pode cortar 84 mil bolsas de pesquisa](#)

CORREIO WEB

[MEC repassa R\\$ 60 milhões para Tecnologia levar internet a escolas rurais](#)

[Ministro da Educação diz ser fã da Amazônia](#)

[MEC repassa R\\$ 60 milhões para Tecnologia levar internet a escolas rurais](#)

G1

[‘Cortar bolsas do CNPq é aniquilar a pesquisa no Brasil’, disse professor da UFMG que pesquisa vacina contra Aedes aegypti](#)

METRÓPOLES

[MEC destina R\\$ 60 milhões para levar internet a 8 mil escolas rurais](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC libera R\\$ 60 milhões para internet nas escolas rurais](#)

[Ministro da Educação quer lançar universidades digitais](#)

[MEC libera R\\$ 60 milhões para internet nas escolas rurais](#)

[Ministro da Educação quer lançar universidades digitais](#)

[-candidatos com dificuldade de acesso podem ligar para 0800](#)

R7

[MEC libera R\\$ 60 milhões para internet nas escolas rurais](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Ministro da Educação quer lançar universidades digitais](#)

[MEC libera R\\$ 60 milhões para internet nas escolas rurais](#)

[Ministro da Educação quer lançar universidades digitais](#)

[Enceja : candidatos com dificuldade de acesso podem ligar para 0800](#)

Agências de notícias e sites

CORREIO DOS CAMPOS

[Sandro Alex destina R\\$ 404 mil para biblioteca da UEPG e CAIC](#)

FAPEG

[Fapesp lança chamadas em parceria com fundações estaduais no Fórum do Confap](#)

FUNDACRED

[Brasil atinge segunda melhor marca de impacto científico em 30 anos](#)

PIAÚÍ NOTÍCIAS

[Cancelado edital de seleção de candidatos para o Profmat](#)

G1

[Unifesp discute o que fazer para terminar ano letivo com bloqueio de mais de 30% do orçamento](#)

Imprensa Estadual

DESTAK

CLIPPING



[PF investiga ataques de hackers em sites do MEC](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Ufrgs suspende emissão de cartões de estudante por falta de dinheiro](#)

MEIO NORTE - PI

[Agronegócio Pesquisa e Desenvolvimento](#)

O LIBERAL - PA

[PF investiga supeitas de ataque cibernético no MEC](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Editora lança coleção de ensaios contemporâneos que você pode baixar gratuitamente](#)

AGÊNCIA BRASIL

[MEC capacita professores e gestores sobre nova base curricular](#)

AGÊNCIA FOLHA

[General da reserva vai ocupar diretoria que cuida do Enem, sem chefe desde maio](#)

G1

[Vigilantes da UFBA param atividades por falta de repasses a empresa e aulas são suspensas na noite desta quinta](#)

[Arqueólogos da UFMG que descobriram tumba no Egito temem que pesquisa seja paralisada por falta de verbas](#)

O PARANÁ - PR

[Pesquisadores descobrem novas espécies de insetos no PNI](#)

PORTAL ISTOÉ

[PF começa a investigar suspeitas de ataque cibernético no MEC](#)

R7

[MEC capacita professores e gestores sobre nova base curricular](#)

TERRA

[EaD ganha cenário mais significativo na Educação Superior](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[PF visita MEC em investigação sobre suspeitas de ataque cibernético](#)

[Tucana quer que universidades de SP mostrem pesquisas dos últimos 8 anos](#)

[MEC troca pela 4ª vez e nomeia general para chefiar órgão que cuida do Enem](#)

[Um terço do que governo quer remanejar são cortes da educação](#)

[MEC capacita professores e gestores sobre nova base curricular](#)

[Para professoras, alfabetização do MEC ignora realidade das aulas](#)

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Privilégio para poucos

O ensino bilíngue para o inglês no Brasil se resume, basicamente, às escolas da rede privada. Em seu último censo escolar, o Ministério da Educação (MEC) apontou que o País possui em torno de 40 mil escolas particulares (21% das 184,1 mil unidades brasileiras). Desse total, a Associação Brasileira do Ensino Bilíngue estima que cerca de 3% (1,2 mil) possuam algum programa de educação bilíngue. Mesmo com algumas iniciativas estaduais, como no Distrito Federal, João Pessoa, Maranhão, Sergipe e Rio de Janeiro, a presença é discreta. Essa é uma preocupação da economista e pesquisadora em educação, Cláudia Vidigal. Segundo ela, o contato do jovem de escola pública com o inglês se resume às aulas da língua que estão previstas na matriz curricular das escolas. “Tenho feito estudos com foco em distribuição de renda e educação e não encontrei qualquer estatística sobre a presença de escolas bilíngues na rede pública.

Ou seja, esse crescimento na rede privada é um privilégio para um grupo muito restrito. O ideal seria que houvesse oportunidade para os mais carentes também e, assim, evitar uma maior desigualdade social”, comentou a economista. De acordo com Cláudia Vidigal, a falta de regulamentação pode ser um impeditivo para que essas aulas estejam presentes na rede pública. Hoje, segundo o MEC, somente as escolas para surdos, as de fronteiras e as escolas indígenas são consideradas bilíngues. “É um benefício? Com certeza. Mas é muito restrito. Não temos uma previsão de quando esse modelo poderá ser largamente implementado no Brasil. Acredito que pode ser uma política proposta pelos governos estaduais. Se é aprovado pelo MEC para as privadas, por que não propor na rede pública, que é a base da educação nacional?”, analisou Cláudia Vidigal. Em Pernambuco, o governo do Estado lançou, em 2012, o Programa Ganhe o Mundo.

O objetivo é dar oportunidade aos estudantes da rede pública estadual de educação terem segundo idioma, fazendo um intercâmbio em países de língua inglesa, espanhola e alemã. Até 2018, mais de 6,5 mil estudantes embarcaram para países como Argentina, EUA, Espanha, Chile, Canadá e Alemanha. 3% ou 1,2 mil escolas particulares no Brasil possuem algum tipo de programa de educação bilíngue, segundo a Abebi

topo ↕

CLIC FOLHA - TEMPO REAL

Ludmila Rattis Teixeira, ecóloga espacial

"O desmatamento avançou, sim, nos últimos meses, por diversas razões, entre elas a questão da certeza da impunidade"

anos completos neste sábado, 24 de agosto, saiu da roça, na região do Formoso da Serra, no Sítio Vovó Geralda, em Passos, e ganhou o mundo estudando e trabalhando como pesquisadora da relação entre florestas, clima e produtividade agrícola no Brasil.

Suas pesquisas são realizadas no Brasil, especialmente na Amazônia, em Massachusetts e na Califórnia, mas sua origem e sua paixão estão na roça. A filha de Paulo Teixeira e Fátima Rattis tem os irmãos Jaime, Luciana e Paula e cursou Ciências Biológicas na Fundação de Ensino Superior de Passos (Fesp), tendo se formado em 2008.

Foi para Ribeirão Preto fazer Mestrado em Ciências na Universidade de São Paulo (USP) e, na sequência, cursou doutorado em Ecologia na Universidade de Campinas (Unicamp). Desde 2017, mora nos Estados Unidos, mas, atualmente, divide seu tempo entre os dois países, como pesquisadora no consórcio entre o Woods Hole Research Center e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

Para falar sobre sua trajetória, atuação e as preocupações que o mundo todo tem sobre uma das regiões mais importantes do planeta e, face aos recentes e polêmicos embates entre o presidente Jair Bolsonaro e líderes mundiais, o Entre Prosas ouviu a passense numa de suas visitas à família em Passos.

Folha da Manhã- Como você, que atua justamente na pesquisa na Amazônia, vê a polêmica envolvendo o presidente Jair Bolsonaro e líderes mundiais?

Ludmila - Eu vejo com muita estranheza que o presidente de um país tão importante no cenário econômico mundial, como o Brasil, venha bater de frente com outros líderes mundiais que são compradores e vendedores de mercadorias para o Brasil. O

agronegócio brasileiro depende muito das vendas que nós fazemos para a Europa. Então, independentemente do assunto que é discutido, eu acho estranho ele bater de frente, inclusive na questão do Fundo Amazônia, que o Brasil já recebeu mais de R\$3 bilhões, que ajudaram os governos municipais, estaduais, federais e instituições de pesquisa sérias, todas auditadas, direitinho, e que ajudaram o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Amazônia, e até de Estados fora da Amazônia legal. O Bolsonaro vir atacar tudo isso, eu vejo com bastante estranheza, e eu acho péssimo para a imagem do Brasil lá fora. Agora, especificamente quanto ao meio ambiente, é uma vergonha. É como uma criança que faz uma coisa errada, as pessoas ao redor vêm chamar a atenção, e a criança quer brigar, espernear e falar que está errado. O desmatamento avançou, sim, nos últimos meses, por diversas razões, entre elas a questão da certeza da impunidade dessas pessoas que desmataram, e todo esse incêndio na Amazônia que a gente está vendo agora é em áreas desmatadas. Então, eu vejo com tristeza e espanto e espero que o Brasil consiga limpar a sua imagem internacionalmente e nacionalmente, porque, para nós, enquanto brasileiros, é muito triste ver isso.

Folha da Manhã – Voltando um pouco na linha do tempo, como se deu a sua ida para os Estados Unidos?

Ludmila – Primeiramente, eu fui com uma bolsa de pós-doutorado da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; quando essa bolsa estava acabando, os chefes de lá viram o trabalho que eu estava desenvolvendo e decidiram me contratar. Então, eu fui contratada e fiquei um ano e meio com essa bolsa neste instituto de pesquisa, que seria o comparativo a uma ONG no Brasil.

FM – Teve alguma dificuldade com o idioma?

Ludmila – Morei no Canadá anteriormente, me mudei pra lá em julho de 2014. Eu cheguei e fiquei seis meses indo ao supermercado, voltando com coisas na mão, porque a mulher me oferecia uma sacola e eu não entendia que ela estava me oferecendo, mas eu conseguia me comunicar com a minha orientadora de doutorado, por exemplo, porque ela tinha muita paciência e já tinha experiência com pessoas de outras nacionalidades que não falavam inglês fluente. Mas, no dia a dia, eu sofria demais. Quando eu me mudei para o Canadá, eu lia como eu leio português, mas eu inventava a pronúncia das palavras. Quando eu comecei a ouvir os nativos falando inglês, não conectava. O meu trabalho para desenvolver a habilidade com o inglês foi justamente para conectar o que eu lia com a pronúncia correta das palavras. Hoje em dia, eu consigo entender 100% do que as pessoas estão falando e consigo responder, entrar em discussões sobre qualquer assunto, não só do meu trabalho. Ainda tenho um problema que chega até a ser engraçado com a pronúncia de algumas palavras. Já a construção frasal, eu construo bem, porque aprendi inglês lendo. Eu terminei a graduação no fim de 2007 e fui para Ribeirão para poder estudar para o mestrado e fazer estágio no laboratório, para começar o mestrado em agosto de 2008. Só que o livro que tinha que estudar era sobre invertebrados e era todo em inglês. Confesso que eu passava um dia inteiro, 12 horas estudando, para ler três páginas. E, naquela época, não tinha aplicativo de celular com tradutor, era no dicionário, um Oxford, grosso. E foi justamente nesse trabalho que tive a forma que aprendi inglês. É engraçado que, até hoje, quando as pessoas me falam uma palavra com a pronúncia correta, eu tenho que repetir a palavra em voz alta, do jeito que eu achava, para a pessoa confirmar, aí fica parecendo que eu tô tentando corrigir a pessoa. Hoje em dia, meu inglês é bom, eu entro em discussão sobre qualquer assunto. Se somar o tempo que fiquei no Canadá, já são cinco anos morando fora do Brasil.

FM – E como foi a sua vida na infância?

Ludmila - Eu morei na roça até 9 para 10 anos. A gente morava ali no Formoso da Serra, no Sítio Vovó Geralda, só que, quando eu tinha uns 10 anos, meu pai teve que vender e viemos para Passos. No Formoso, não tinha escola e é relativamente perto da cidade, então, meu pai trazia a gente para estudar. Quando eu fui fazer faculdade, a gente estava morando na roça de novo, só que, aí, a gente estava morando na linha da usina açucareira. Eu pegava o ônibus das professoras que vinham da escola da usina e, aí, o fio me deixava na Avenida da Moda e eu subia para a faculdade. Quando era noite, papai me buscava e também pegava minha mãe, que estava fazendo faculdade na mesma época que eu.

FM – Qual curso sua mãe fazia?

Ludmila - Minha mãe fez o curso de Letras na Fesp, hoje Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). Ela começou a faculdade aos 45 anos. Então, aquele espaço de roça, na zona rural, não existe mais, porém, minha paixão permaneceu. Tanto é que eu queria fazer Agronomia ou Veterinária. Meu pai me disse que eu não ia ganhar dinheiro e ia sofrer muito. Que eu ia ver vaca com câncer, ia ter que ir pra roça abrir porteira à noite sozinha. Optei por Biologia, só que ele não sabia o que era Biologia e me deixou fazer, penso que no sentido do perigo, desgaste e pouca remuneração, talvez seja muito pior. Eu ando no mato; em abril, eu vi uma onça no meio da Amazônia. Isso é muito pior do que abrir uma porteira à noite.

FM - Qual foi a experiência, como que foi a reação de se deparar com uma onça?

Ludmila - Sou muito medrosa, mas, nesse dia, que era numa quinta-feira de manhã; na quarta a gente estava apresentando uns slides para os alunos novos que fazem parte do projeto, a gente tem uma estação de pesquisa no Mato Grosso. Essa estação fica na zona de transição entre Amazônia e Cerrado, e temos um fluxo bem grande de alunos de todos os lugares do mundo. É um consórcio entre o Woods Hole Research Center e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Quem mantém, majoritariamente, é o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). A estação funciona desde 2004.

FM – Como é dividido seu tempo entre o Brasil e os Estados Unidos?

Ludmila - O tempo que eu passo no Brasil, cerca de seis meses por ano, não necessariamente consecutivos, é dividido entre a estação, na Tanguro, e um tempo em Brasília. Varia muito, depende da demanda. Este ano, eu passei uma semana por mês na Tanguro.

FM - Como é sair do interior e ir para a maior nação do mundo em termos de potência e tecnologia?

Ludmila - É um choque. O conforto é muito maior. Especificamente na cidade onde eu moro, é um dos lugares mais seguros do mundo, Massachussetts, eu moro em Cape Cod. Moro sozinha, deixo o carro destrancado na porta da minha casa. Eu nunca tranquei o carro. Minha casa lá é um sobrado, no primeiro andar. Eu nunca tranquei a porta da minha casa. Então, tem isso, as pessoas não trancam a porta da casa. Mas, por outro lado, eu descobri, não é bairrismo, mas mineiro tem uma empatia muito grande por qualquer pessoa que passa na frente, o que me emociona. A gente acha que o resto do mundo é assim, e não é assim. Minha família inteira é assim, com qualquer pessoa. Quando eu me mudei para o Canadá, tinha um cara lá que perguntou de onde eu era. Eu tinha mania de falar que eu era de Minas Gerais, não que eu era brasileira, para as

pessoas conhecerem. Aí ele falou que conhece Minas Gerais. Ele estava pulando de parapluer, em Governador Valadares, perdeu o controle e foi parar a quilômetros de distância. Ele falou que caiu no meio de uma fazenda, de um fazendeiro que não sabia falar uma palavra em inglês, o fazendeiro entendeu que ele estava perdido, pegou o equipamento dele, colocou na traseira da caminhonete e o levou para Governador Valadares. Chegou lá, pegou na mão dele, virou as costas e foi embora. Ele não sabe o nome, não sabe nem como o cara entendeu a necessidade dele e falou que só em Minas Gerais acontece isso.

FM - Esse tratamento contrário não existe para com os mineiros? Ser dessa maneira quebra um pouco a secura do outro. Concorda?

Ludmila - Eles até acham que eu sou legal, mas eu não sou tão legal, é que eu sou mineira. Aqui eu sou normal, na média. Tem um amigo nosso com câncer nos Estados Unidos e me questionam por que o ajudo. Perguntam por que faço comida para ele. Se fosse aqui, por exemplo, avó faria comida todos os dias, eu sou bem abaixo da média. O choque é muito mais cultural.

FM - Do você sente mais falta?

Ludmila - Da empatia, do calor humano. Interação de família, de gente que senta na cozinha. Na parte da alimentação, sinto falta do arroz com feijão tropeiro. Sabe que tem dia que a gente consegue feijão lá, aí a gente faz só arroz e feijão, e acha a coisa 'mais boa' do mundo. Mas é de arroz com feijão tropeiro que eu sinto mais falta.

FM - O seu trabalho é permanente ou temporário?

Ludmila - Sempre é temporário. A questão é se você está com vínculo ou não. A gente vive de projetos, que duram cinco anos, quatro, três. Eu estou envolvida, atualmente em seis projetos. Eles são temporários, mas, no conjunto, eles são permanentes. E o que é permanente hoje em dia? É na confluência ali entre o temporário e o permanente.

FM - E todos eles na área de Biologia, nessa questão da ecologia espacial?

Ludmila - O meu papel é sempre fazer essas análises estatísticas tentando avaliar a relação entre coisas no espaço. Então, você tem um campo de soja, um fragmento de floresta, um rio passando por ela, e qual a relação desses três elementos com chuva, estoque de carbono, com a biodiversidade que habita essa paisagem. Que essa ecologia espacial vem da ecologia de paisagens. Todas essas paisagens que a gente estuda são heterogêneas, elas são compostas por coisas completamente diferentes. Essa mesa (de madeira) é composta por coisas muito diferentes, depende da escala do que você está estudando. Existe toda uma paisagem dentro dessa bolsa, assim como existe toda uma paisagem dentro dessa revista. Então, eu vou estudando em várias escalas. Há momentos em que a nossa paisagem é um metro quadrado na floresta, e aí, naquele metro quadrado, acontece um monte de processos. Tem fungo, bactéria, tem os outros organismos do solo, tem a própria questão da decomposição do solo. Tem regeneração de plantas acontecendo, só naquele um metro quadrado. E também a gente estuda toda a bacia do Xingu, e eu estudo toda a fronteira agrícola brasileira, que é entre o Cerrado e a Amazônia.

FM - Isso tem algum propósito para o ser humano?

Ludmila - Sim. Grosso modo, existem dois tipos de ciência: a ciência básica e a ciência aplicada. O que eu faço é a ciência aplicada. A ciência básica é superimportante, muitas coisas que a gente faz dependem da ciência básica, que é a ciência que mais está sendo

atacada pela falta de recursos, a gente vai começar a sentir no longo prazo. A pesquisa que eu faço é toda aplicada, por exemplo, tem um trabalho nosso que foi publicado recentemente sobre o papel das antas na regeneração da floresta. Isso, agora, que tem muitas propriedades rurais que precisam fazer a recuperação de algumas áreas, o papel das antas, regenerando naturalmente, a economia que você tem por ter esses bichos que dispersam semente em uma comunidade rural é absurda. Nada, nenhum processo de recuperação é tão eficiente como o papel que as antas fazem naturalmente, de graça, só pelos fatos de elas estarem lá.

FM – Os homens estão matando as antas?

Ludmila - Pra que, né? Por que alguém vai matar uma anta? Não faz nenhum sentido. Anta é herbívoro, não ataca ninguém. Ela está ali e as perdas econômicas por que ela entra em uma soja ou milho são ínfimas, não tem sentido. Comparado ao bem que ela faz, não tem igual. A anta tem uma peculiaridade, ela é o maior mamífero brasileiro. Ela é o único representante da megafauna que não foi extinto. A gente tinha a preguiça-gigante, vários bichos muito grandes que não existem mais. Por causa da abertura da boca dela ela, tem uma capacidade de comer frutos tão grandes, que os outros organismos que a gente tem não têm mais. E ela gosta de andar em lugares abertos, então, ela come frutos que estão em uma mata mais intacta, e ela vai defecar nas áreas mais abertas onde ela anda. Ela é a jardineira perfeita.

FM - Ainda tem muitas?

Ludmila – Em alguns lugares, elas estão ameaçadas, em outros, você tem um nível de conservação maior. É um bicho que reproduz lentamente, cada criada dá um ou dois filhotinhos. Você tem que cuidar bem, ele é um bicho bem ameaçado por perda de habitat ou caça, e por atropelamento.

FM - Algum desse seu trabalho ganhou premiação? Ou foi publicado em alguma revista importante?

Ludmila - Procuramos sempre isso; em todos os trabalhos, a gente procura publicar em revistas indexadas, que são revistas lidas mundialmente. Ano passado, eu ganhei o prêmio Márcio Ayres, que é o prêmio para o melhor trabalho científico publicado por jovens cientistas no triênio 2016/2018, que foi um trabalho que foi parte do meu doutorado.

FM - Que é sobre o quê?

Ludmila - No doutorado, estudei como que a escala que a gente estuda influencia os resultados que a gente obtém.

FM - É muita matemática ou não?

Ludmila - Totalmente matemática. Eu não tinha ideia que iria utilizar tanto a matemática. Diria que, hoje, 80% do que eu faço é modelo estatístico e matemático. E sou totalmente satisfeita com o que faço. Engraçado que todo teste vocacional que eu fazia apontava que eu não tinha habilidade com isso. E vou te falar que eu não tenho, é uma luta. A partir do momento que você precisa de estatística, você vai aprender estatística. Então, a partir do momento que você precisa entender um negócio, que gosta, que você vê a importância daquilo, então, eu estou vendo que as antas estão desempenhando aquele papel maravilhoso. Eu preciso transformar isso em número e na melhor figura possível para poder mostrar para as pessoas. Mas o meu trabalho principal é a interação entre floresta, clima e produção de comida. Então, eu busco entender como que, a partir do momento que você desmata uma região, como que isso

vai afetar a temperatura local, o padrão de chuvas, a precipitação total, e como que essa mudança climática afetou a produção de comida, tanto no passado quanto no presente e no futuro.

FM - E não só naquele lugar? Afeta em outros também?

Ludmila - Afeta. Todos os dias, a gente vê aquela coisa do efeito borboleta. Uma borboletinha que bateu a asa na Amazônia vai te afetar. Um exemplo claro: por que chove aqui em Passos? Você tem a evaporação de água acontecendo no Oceano Atlântico, essas gotículas de água são atraídas por aerossóis que são emitidos pela floresta, principalmente pela floresta amazônica. Então, essas nuvens são formadas e, por causa da corrente de ar, elas são levadas aos Andes, mas, como os Andes são muito altos, essas nuvens batem e vêm chover no sudeste do Brasil. Aí, você tem os problemas das minas que estão secando, elas são uma resposta do desmatamento que está acontecendo em todo o Cerrado. Então, o cerrado maranhense, baiano, piauiense, tocantinense, que está sendo retirado, isso está refletindo na secagem dessas minas que acontecem aqui na região Sudeste. Toda a exuberância que você vê da floresta amazônica, da floresta atlântica, acima do solo, o Cerrado, tem abaixo do solo. É uma rede supercomplexa de raízes, muito profundas, que, quando chove, essas raízes levam a água para os lençóis freáticos, que vêm minar aqui. Se você remove a floresta amazônica, você está impedindo essa formação de chuva, que choveria aqui, e, se você remove o Cerrado, você está atrapalhando o processo de mina aqui, nas nascentes de águas que a gente tem aqui.

topo 

CONSULTOR JURÍDICO - TEMPO REAL

Legado jurisprudencial

"STJ teve papel importante na consolidação do Código de Defesa do Consumidor"

26 de agosto de 2019, 8h49

O ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça Ruy Rosado de Aguiar Jr., que morreu neste sábado (24/8), era uma dos maiores especialistas do Brasil em Direito do Consumidor.

Ministro aposentado do STJ Ruy Rosado morreu neste sábado (24/8).

STJ

Em entrevista à Revista de Direito Civil Contemporâneo em 2015, conduzida pelo advogado Jorge Cesa Ferreira da Silva, Rosado contou como foi sua formação e discutiu diversos aspectos do Direito Privado. A conversa foi publicada no volume 3 de 2015, de abril a junho, da Revista de Direito Civil Contemporâneo.

Leia a entrevista:

Revista de Direito Civil Contemporâneo (RDCC) — Vamos começar pelo início: como foi o início dos seus estudos? Onde foi, qual era a sua escola, como é que foi esse ambiente inicial ainda nos primeiros momentos da sua vida escolar?

Ruy Rosado de Aguiar Jr — Bem, eu nasci no Iraí (grande cidade!)¹ e estudei lá o primário. Depois, vim estudar em Porto Alegre no Júlio de Castilhos, colégio público onde fiz todo o curso secundário, na época denominado de Ginásio (4 anos) e Clássico (3 anos). O Júlio era um ótimo colégio. Lá, estudávamos latim durante sete anos, francês... Quando fui fazer a minha proficiência em francês, no curso de mestrado, eu usei os conhecimentos que eu tive lá no Ginásio do Julinho. É sinal de que eles davam

uma boa base.2 E, depois, fui para a Faculdade de Direito da UFRGS, formei-me na UFRGS e fui trabalhar no interior.

RDCC — Quando é que o senhor se formou?

Ruy Rosado de Aguiar Jr — Em 1961. A turma era de 1960, mas nós nos formamos em sessenta e um para reunir os que eram reprovados pelo professor Telmo Ribeiro, que era do último ano e dava direito internacional privado e rodava muitos. Então, nós resolvemos fazer em março para esperar a recuperação deles em fevereiro. Depois da formatura, fui trabalhar dois anos no interior como advogado e depois fiz concurso para o Ministério Público, e fui exercer a promotoria em Três de Maio, depois em Santiago, Santa Rosa, Erechim, até vir a Porto Alegre. Fiquei no Ministério Público desde 1963 até 1980.

RDCC — Na época em que o senhor entra no Ministério Público ainda podia advogar...

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Sim, podia advogar. É uma das razões pelas quais, na época, a carreira no Ministério Público era a mais procurada, talvez mais que a própria magistratura. Mas logo no começo percebi que o MP e a advocacia eram funções incompatíveis porque a gente nunca sabia se aquele que vinha procurar o advogado, na verdade, estava querendo procurar o promotor. Então, a pessoa tinha uma ação de cobrança, mas ela, ou alguém por ela, tinha alguma ação penal. Vi logo no início que isso era incompatível e deixei de lado, não advoguei na prática. Vindo para Porto Alegre, lá por 1971, passei a trabalhar na assessoria do procurador-geral, Dr. Lauro Guimarães, grande líder, e ali fiquei até 1980, cumulando a função de assessor (sem gratificação) com a de MP junto a uma vara, muito tempo na vara da Fazenda Pública, ou Câmara. Depois, passei para o Tribunal de Alçada, pelo Quinto Constitucional.

RDCC — Mas o senhor chegou a Procurador de Justiça também, não? Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Sim, fui procurador. Fui promotor até 1966 ou 1977. Passei a Procurador e, aí, atuava junto a uma câmara do Tribunal de Alçada, na época uma câmara de Direito Civil. Eu sempre atuei na área no cível, embora lecionasse penal. No Judiciário, ingressei no Alçada e, depois, passei para o Justiça, em 1985, também no cível, na 5ª Câmara. Fiquei lá até 1994. Então, fui para o STJ, integrando à 4ª Turma da Seção de Direito Privado.

RDCC — E quais foram as funções que o senhor exerceu no Tribunal de Justiça?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Eu atuava na 5ª Câmara, que era uma câmara de direito civil, contratos e possessórias. Fui corregedor geral durante dois anos e, ao final deste período, fui eleito vice-presidente. Mas nesse meio tempo eu fui nomeado para o STJ, de modo que não cheguei a exercer propriamente a vice-presidência.

RDCC — Até agora falamos sobre a sua atividade no Ministério Público e nos tribunais. Queria alterar um pouco o foco. Como a universidade entrou na sua vida?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Comecei a dar aulas de Direito Constitucional em Santo Ângelo. Lecionei lá durante uns sete ou 10 anos. Quando vim para Porto Alegre, passei a lecionar Direito Penal na Unisinos, em São Leopoldo, desde 1976 ou 1977. Nesse entre tempo, abriu concurso para penal na UFRGS, para auxiliar assistente. Fiz o concurso e passei então a lecionar penal na Faculdade de Direito da Universidade Federal, isso por volta de 1985 ou 1986. Aliás, foi lá onde nós nos conhecemos.

RDCC — Exatamente. Um grande professor de Direito Penal, para dizer o mínimo...

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Também lecionava penal na Escola da Magistratura, a Escola da Ajuris.³

RDCC — O senhor foi fundador da Escola da Ajuris, não?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Fui um dos fundadores. O começo foi em 1980. Antes disso havia cursos de preparação para o concurso à carreira. Fazia-se um curso de preparação durante seis meses e tal. Isso foi se transformado em instituição permanente, que viria a ser a Escola. Particpei desde o começo porque eu tinha experiência por ser chefe de departamento na Unisinos. Tinha experiência em como se organizava a estrutura acadêmica, aquele modelo de disciplinas, uma disciplina por manhã ou duas, sistema esse que acabou se instalando na Escola. Fiquei na Escola da Ajuris de 1980 até quando fui para Brasília, em 1994. Na escola, fui diretor executivo, diretor supervisor e, depois, fui diretor.

Na época, a escola absorvia todos os estudantes que saíam das faculdades e pretendiam fazer concurso. Como podiam fazer o concurso imediatamente, quase todos saíam da faculdade e iam para lá. Nós tínhamos em torno de 600 alunos, duzentos de manhã, 200 de tarde, 200 à noite. Depois, quando veio a lei que exigiu três anos de experiência, os alunos saídos da faculdade já não iam mais diretamente para a escola, mas sim fazer um curso para se preparar para a advocacia e ganhar o tempo necessário. Os alunos, então, se diluíram. Surgiram outros cursos, do MP, cursos particulares, os cursos a distância de São Paulo e do Rio e isto diminuiu muito o ingresso e a demanda da escola, tanto assim que hoje eles estão pensando em dirigir a escola exclusivamente para aperfeiçoamento de magistrados e de servidores, e não mais se preocupar com esses que se preparariam para o concurso da magistratura.

RDCC — Sumarizando, temos até aqui um reconhecido professor de Direito Penal, com experiência de vários anos na área, concursado para lecionar esta disciplina e professor de uma escola que ajudou a fundar, a Escola da Magistratura, onde era responsável por disciplinas de Direito Penal. Antes disso, foi por vários anos professor de Direito Constitucional. Como o Direito Civil finalmente entra na sua vida?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Quando eu estava no Tribunal de Justiça, na 5ª Câmara, é que o professora Clóvis do Couto e Silva organizou o curso de Mestrado em Direito na UFRGS. Ele instalou o mestrado, e me inscrevi para aprender com ele Direito das Obrigações. Nunca tive bom conhecimento do Direito Obrigacional. Achava que obrigações era algo tão difícil quanto a Teoria do Crime, matéria difícil de entender, de se ajustar à realidade. Então, disse para mim mesmo: eu vou estudar Direito das Obrigações. Era uma deficiência sentida porque trabalhava diariamente nesta matéria e muitas coisas que fazia, era mais com a intuição do que com a base teórica. Quando surgiu o mestrado, aproveitei a ocasião para suprir a deficiência. Foi no seu início. Participamos na primeira turma, a professora Véra [Jacob de Fradera], a professora Judith [Martins-Costa], nós trabalhávamos praticamente como secretários do mestrado, ajudando a fazer congressos, acompanhando professores visitantes, cuidando do regimento. O curso estava submetido à fiscalização da **Capes**, que buscava saber se as coisas estavam bem organizadas ou não para autorizar o funcionamento. Tínhamos que fazer relatórios, pois a administração universitária é cheia de formalismos, relatórios etc. O nosso mestrado foi de uns quatro, cinco anos. E nesse tempo eu passei a ser assistente do professor Clóvis, assistia realmente todas as aulas dele, todos os seminários que ele fez, ao seu lado. Foi um aprendizado excelente.

RDCC — Vamos falar um pouco mais sobre o professor Clóvis do Couto e Silva.

Muitos que privaram da convivência com o professor Clóvis têm histórias marcantes e referem a enorme influência que ele exercia sobre os seus alunos. Como é que foi isso com o senhor?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Eu sou um deles, influenciado pelo professor Clóvis. Na verdade tudo o que eu fiz depois, em direito civil, devo a ele, à orientação dele, às ideias dele. Ele teve a capacidade de conhecer todo direito europeu e americano, dominava o alemão, francês, italiano, espanhol, inglês, lecionava nessas línguas na Europa e nos Estados Unidos e tinha, portanto, um conhecimento do Direito Civil comparado, especialmente do Direito Obrigacional. E ele nos mostrava que havia uma ordem jurídica muito mais aperfeiçoada e desenvolvida do que esta que nós estávamos vivendo e conhecíamos do Direito Civil do Código de 1916. Isso tudo abriu portas e janelas para compreender as relações de Direito Civil. E houve uma confluência. O exercício da minha atividade coincidiu com aquilo que eu estava estudando.

Eu ficava impressionado com essa realidade que também correspondia com aquilo que eu intuitivamente já percebia, mas que me faltava a base teórica para sustentar. O fato de exercer a magistratura nessa área de Direito Obrigacional permitiu-me aplicar ali, bem ou mal, aqueles ensinamentos que ele nos trazia e que, na época, correspondia a grandes novidades. Até ali, quando se falava em boa fé, só se sabia da boa-fé subjetiva, da boa-fé na posse, da boa fé no casamento. O professor Clóvis tinha um hábito de, quanto solicitava um trabalho, não dizia o que ele queria e também não te dizia onde buscar, onde estudar. Ele simplesmente dava o título. Uma vez ele deu um trabalho sobre boa-fé objetiva, nós fomos procurar na biblioteca, os nossos livros só tratavam da boa-fé subjetiva. Não era aquilo, nem de perto. Então certos conceitos só começaram a surgir é a serem usados por nós – e, de um modo geral, pela doutrina no Brasil – a partir das lições de Clóvis.

RDCC — E como é era Clóvis do Couto e Silva como professor, no sentido estrito do termo? Como era ele no dia-a-dia da sala de aula? Ele também lhe serviu como modelo de docente?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Como professor não, porque como professor ele era muito rígido. No trato com as pessoas, ele era às vezes inflexível e crítico. Ele não admitia, por exemplo, algumas falhas que, de certa forma, são usuais. Eu me recordo de uma primeira aula dele, quando distribuiu os temas dos trabalhos. Ele deu para um rapaz um trabalho em italiano. O rapaz disse que não conhecia italiano e ele imediatamente perguntou: “o que então o senhor está fazendo aqui?”. O sujeito nunca mais apareceu. Ele era assim. Mas também tinha coisas fantásticas, como por exemplo: em um seminário daqueles estava eu, ele e a pessoa que estava fazendo a explanação, uma professora da UFRGS, de alto renome, falando, falando, falando. Lá pelas tantas, ela citou o Carbonnier:⁴ “...como disse Carbonnier... E o Clóvis, imediatamente interrompeu: “o Carbonnier não disse isso!” Aí ela buscou os papéis delas, e, realmente, acabou confirmando que o Carbonnier não havia dito aquilo que acabara de referir. Ora! O Carbonnier tem uma obra de algo entre dez e vinte volumes! Para o sujeito dizer aquilo na frente da classe, dizer que uma referência feita ao longo de um seminário não correspondia ao trecho de um autor estrangeiro, precisa ter coragem, coragem intelectual. Tem que ter consciência do que sabe, e isso ele tinha. Era uma coisa impressionante. Ele era destas coisas.

De um modo geral, ele era difícil no trato. As pessoas que ele respeitava, que ele

admirava, eram aquelas da sua predileção e as outras, ele não tolerava. Mas tinha uma capacidade intelectual impressionante, uma erudição e uma memória fora do comum. Porque não basta ler e saber, precisa ter memória para guardar aquilo. Então ele tinha essa leitura e tinha a memória dessa leitura e trabalhava com isso. Ele manejava as informações. Então ele tinha condições excepcionais como jurista. Eu nunca vi um outro parecido com ele, nunca vi. E então com isso ele influenciava a todos nós, a Judith, Véra, o [Adalberto] Pasqualotto. De modo geral, todos que saíram do Mestrado levaram consigo suas lições.

RDCC — Além dele quem é que mais lhe marcou a sua vida como professor? Quais são os seus marcos?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Um outro é o irmão dele, o Almiro do Couto e Silva. Que é de outra área. E também é outra personalidade, pessoa alegre, muito gentil, mas que também é uma sumidade em matéria de direito administrativo e que lá sempre nos impressionou muito.

RDCC — E ao longo da sua formação? Quem deixou suas marcas no senhor? Vamos abrir mais a pergunta. Quais pessoas, livros, autores?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — O Pontes de Miranda, sem dúvida. Esse é um que sempre me influenciou. Na área do Direito Civil também sempre gostei do Caio Mario. O Caio Mario é um autor com quem eu seguidamente estou envolvido. O Antônio Junqueira de Azevedo com a sua Teoria do Negócio Jurídico, Darcy Bessone, Mario Júlio de Almeida Costa, meu examinador na banca de mestrado, Antunes Varella, com seu livro sobre o Direito Civil brasileiro.

RDCC — Deixe-me voltar um pouco à sua história. O senhor contava que, no início de sua carreira docente, foi professor Direito Constitucional. O que o senhor trouxe na bagagem do Direito Constitucional para o Direito Civil?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. Muita coisa. O Direito Constitucional te dá várias vertentes de influência sobre o Direito Privado, e eu estudei muito constitucional. Na época, importava livros da Alemanha, Estados Unidos. Nessa época eu estudava alemão. Então, aprendi muito da estrutura do Estado, desta distribuição de força e de poderes, até chegar à conclusão de que a Constituição, sendo a emanção do poder, nos conduz ao estudo do poder. Então, a partir disso, preferi estudar Ciência Política, mais do que, propriamente, o Direito Constitucional. O Direito Constitucional é uma página que muda conforme muda a vontade de quem exerce o poder. Essas teorias todas que você constrói em cima do Direito Constitucional, em cima do texto da Constituição, elas estão vinculadas a uma decisão política anterior, que pode mudar a qualquer hora. E quando muda, altera toda sua estrutura e toda sua fundamentação. A teoria política explica isso. Mas o fato é que tive muito proveito de Direito Constitucional, muito proveito.

RDCC — Mas é interessante notar que, nos seus estudos de Direito Civil, há uma nítida preocupação com a dogmática. A sua formação de civilista foi pautada por juristas com forte vinculação com a dogmática, como um Clóvis do Couto e Silva ou um Pontes de Miranda.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Exatamente. O Clóvis eu não sei se seria propriamente dogmático. O Pontes, sim. O Clóvis já era um pouco mais aberto nessa visão. Ele, por exemplo, ao admitir que se aplicasse no Brasil o princípio da boa-fé, quando nem sequer esse princípio era referido na lei, nem na doutrina, estava abrindo uma janela que

não correspondia ao texto da lei. Eu não classificaria o Clóvis como dogmático. Pelo contrário. Ele sempre foi mais aberto.

RDCC — Mas ele sempre teve os pés numa doutrina precedente, em uma trajetória construída, na história...

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Isso é verdade.

RDCC — ...uma noção de história dos conceitos, a partir da qual ele trabalhava a sua visão de futuro.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Isso é influência do Direito alemão, que ele estudava muito. O Clóvis foi uma figura que lamentavelmente perdemos muito cedo, o que se deve aos tormentos que ele passava pela organização do próprio mestrado. Ele saiu daqui de Porto Alegre, um certo dia, para fazer uma palestra no Rio, mas no dia seguinte estaria aqui o fiscal da CAPS, e isso lhe deixou muito estressado. Ir ao Rio fazer palestra, ter que vir para cá para a fiscalização. E ele faleceu lá. Eu acho que isso aí faz parte dessa agitação intelectual que ele tinha, essa preocupação com a instituição que ele organizou e faleceu cedo também por isso. Infelizmente.

RDCC — Vamos falar um pouco mais dessa relação de entre Direito Constitucional e Direito Civil que, no seu caso, foi até pessoal. Se nós olhamos o nosso Direito Civil brasileiro, ou seja, como o Direito Civil é muitas vezes divulgado ou estudado, vemos também essa conexão, ainda que, com muita frequência, nós não vejamos essa conexão sendo realizada sobre estruturas conceituais sólidas, nem de Direito Civil e tampouco de Direito Constitucional. Às vezes, parece que o Direito Constitucional não é tido como uma janela para novas ideias, mas sim como um subterfúgio para a negação do estudo estrutural do Direito Civil, ou seja, de uma visão de Direito Civil a partir das suas próprias raízes. Como é que o senhor vê o Direito Civil como ele vem sendo estudado hoje?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Bom. Essa corrente da constitucionalização do Direito Civil, da Escola do Rio (Tepedino, Celina), de Curitiba (Fachin) etc., eu acho que prestou um excelente serviço, porque quando nós tínhamos uma Constituição já com princípios, mais aberta portanto, e um Código Civil muito antigo, rígido, já com vários preceitos superados, a Constituição foi útil para nos ajudar a interpretar, inclusive para aplicar o Código Civil aos casos particulares. Alguns princípios não estavam no Código, mas na Constituição. Então, eu poderia derivar diretamente de lá ferramentas para resolver situações particulares. Nesse ponto, a Constituição foi útil.

Eu tive um caso de um Habeas Corpus, de uma senhora que se envolveu com um financiamento de um Kadett. O Kadett era um carro, na época, de uns seis mil reais. Mas um certo tempo depois, a conta bancária estava em 90 mil reais! Aquilo ali não podia ser assim. Se ela, durante o resto da vida dela, tivesse que dar todo seu vencimento para pagar aquela dívida, estaria sem condições de sobreviver, atingida a dignidade da sua pessoa. Havia precedente alemão sobre isso. Então, a Constituição te oferecia caminhos para chegar a certas soluções práticas, com fundamentação jurídica, o que o Direito Civil não permitiria. Pelo contrário, muitas vezes a lei negava esse direito. Então, eu acho que a Constituição ajudou nessa abertura. Quando veio o novo Código Civil, houve uma mudança. O Código Civil tem princípios e cláusulas gerais que a rigor agora dispensam a invocação ao texto constitucional. Eu posso resolver essas questões atendendo aos princípios que estão na lei civil, sem precisar invocar a Constituição. De qualquer forma, parece-me que a Constituição serviu e serve de base para uma

reestruturação do Direito Privado, com mais respeito aos interesses do cidadão, da pessoa humana.

RDCC — Há pouco nós falávamos sobre a Constituição, que o senhor entendia (a la Lassale, aparentemente) como uma folha que reflete ou que traduz, para o Jurídico, as relações de poder...

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Certamente.

RDCC — ... então, essa influência sobre o Direito Civil do poder refletido na folha de papel, não pode ensejar o arbítrio também? Não se perderia a estrutura conceitual que, em alguns casos, estabelece o limite do arbítrio?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Não. Não porque, eu dizia, eu posso resolver as questões de Direito Privado usando o código, que me dá os limites necessários para o exercício da jurisdição sem cair no arbítrio. O arbítrio é afastado na medida em se exige que o juiz fundamente a sua decisão, explique porque está aceitando aquele princípio e não outro e, com isso, afasta-se o subjetivismo da decisão, sempre sujeita a recursos e à crítica do mundo jurídico. Evidentemente que as soluções adotadas na Constituição são soluções de compromisso, isto é, atende a interesses, representando aquilo até onde foi possível chegar. Essas soluções dadas pela Constituição evidentemente refletem uma situação de poder, que por sua vez está sujeita à consciência política da nossa sociedade. Mas a Constituição que resulta disso é um documento jurídico. Aí já se entra no jurídico. O juiz não está autorizado a praticar atos arbitrários, mas sempre limitado pelo sistema.

No caso do Direito Civil, o Código estabelece limites suficientes para uma decisão justa. Então se diz: sim, mas o código, com esses princípios e cláusulas gerais, é indeterminado e cria insegurança. Na verdade, ele só é mais flexível, permitindo soluções diferentes daquelas que decorreriam da simples subsunção. Mas o fato é que ele tem a vantagem de permitir uma decisão mais ajustada à realidade, mais próxima do consenso de justiça. Ao mesmo tempo, a existência das cláusulas gerais exige do juiz uma fundamentação. O que é preciso é que os tribunais e a magistratura atendam para esta necessidade, isso é, não se pode usar a cláusula geral apenas para se chegar a uma solução agradável, mas para resolver uma questão de justiça devidamente fundamentada. E os fundamentos afastam a discricionariedade.

RDCC — Queria discutir um pouco com o senhor sobre o Direito Civil em uma perspectiva funcional. Podemos ter, parece-me, uma dupla visão sobre as finalidades do Direito Civil. Ele pode ser visto como um agente (ou um dos agentes) transformadores da sociedade. Uma sociedade injusta como a nossa, com uma série de mazelas que vêm desde escravidão, com desigualdades arraigadas e assim sucessivamente, parece clamar por mecanismos jurídicos capazes de transformar essa realidade. Por outro lado, o Direito Civil também pode ser visto como um dos pilares estruturantes da sociedade civil, como um ramo do Direito que se encarrega sobretudo de estabelecer os padrões ou os limites dentro dos quais se exercem as liberdades. Serve de exemplo dessa função a trajetória histórica do BGB. Ele entra em vigor quando a Alemanha ainda era um império, passa pela República, vigora durante uma das piores ditaduras do mundo recente, assiste ao processo de redemocratização e de reconstrução econômico-social, bem como à introdução do Direito Comunitário e, durante todos esses anos, se mantém com um perfil e textos semelhantes desde 1896/1900. Em outras palavras, o BGB não foi o veículo das mudanças alemãs e tampouco as justificou. Mas ele parece ter sido o esteio para a manutenção da sociedade com seus padrões e consensos mínimos na vida

privada. Diante desses dois modelos, qual é a função que cabe ao Direito Civil contemporâneo?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — No Brasil? Parece-me que o Direito Civil tem de ser usado no Brasil para além dessa função estruturante das relações civis. Cabe a ele abertura para um passo à frente. Isso é, eu tenho que usar essas normas que estão no código, no Direito Civil de um modo geral, para permitir a realização de uma sociedade cada vez mais aperfeiçoada. Se me fixar apenas na definição dessa estrutura que está aí, eu estarei de algum modo cometendo uma série de injustiças que, de algum modo, estão presentes no sistema.

Ocorre que posso, sem ser revolucionário, empenhar-me e de algum modo auxiliar na realização de melhor da justiça. O Direito Civil tem de ser usado também, penso eu, com essa visão de aperfeiçoamento das relações sociais em relação ao futuro. E Código, nesse ponto, permite a participação mais ativa da doutrina, não só dos juízes, que têm inegavelmente um papel relevante, mas também da doutrina, dos professores. A dificuldade está em que todos nós somos educados segundo um outro sistema, sistema fechado, com a preocupação apenas estruturante. Essa abertura para um novo e para novas relações e para, talvez, soluções mais justas, ela se torna difícil de realizar porque nós operadores não temos esta disposição, não temos essa visão e muitas vezes não somos conhecedores dos mecanismos para implementá-la. Toda nossa formação foi feita de acordo com a orientação de um sistema fechado.

RDCC — E nesse cenário, qual é o papel da autonomia privada?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Bem, é mais uma questão política do que propriamente jurídica, isso é, nós temos um ambiente que o Estado me permite atuar, e isto me parece deve ser preservado. Tenho de manter a autonomia privada, manter os limites precisos daquilo que o cidadão pode fazer e aquilo que não pode fazer, e dentro disso ele deve ter a liberdade de agir. Na medida em que o Direito assegura essa autonomia privada, nesse sistema econômico que temos, ele está agindo bem, penso eu.

RDCC — E qual o papel do Código Civil? Será que se concretiza na prática aquela visão propagada pelo Prof. Clóvis do Couto e Silva, do Código como o eixo central do sistema de Direito Privado?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Eu acho que sim. Você pode observar: todas essas leis esparsas são aplicadas, de algum modo, de acordo com os princípios do Código Civil. E isso é bom. Na medida em que se apanha alguma norma sobre um contrato qualquer, de alienação fiduciária, por exemplo, devo aplicá-la à luz do código. É uma solução recomendável. Isso é, ele sempre vai influenciar, de algum modo, essa legislação esparsa que está aí.

RDCC — E por que o Código Civil e não a Constituição?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Porque a Constituição fica um pouco mais distante. Para aplicar a Constituição diretamente à relação de Direito Privado tenho que fazer toda uma fundamentação necessária à aplicação. É um caminho mais longo e que exige uma fundamentação mais elaborada. Enquanto que, se eu tenho a lei, não preciso fazer esta argumentação e a aplico diretamente. O processo argumentativo é mais fácil, mesmo na aplicação de princípios. Quando veio o Código Civil, para o operador ficou mais fácil aplicar os princípios porque não precisou mais argumentar sobre suas razões, que já estão na lei. O princípio já está consagrado e isso facilita o operador, pois os princípios já são postos ao lado de seus próprios limites.

RDCC — E o Código de Defesa do Consumidor? O senhor acompanhou o nascimento do CDC de perto e, desde então, teve um envolvimento grande com ele. Em certa medida, foi inclusive um dos responsáveis para que o Direito do Consumidor tenha se firmado entre nós. Eu me recorro da sua importante atividade à testa dos então Juizados de Pequenas Causas, além de ter sido um julgador sempre se preocupou com a boa aplicação do CDC. Eu gostaria de lhe ouvir um pouco sobre o CDC e de seu papel no Direito Privado brasileiro.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Bom, tu falaste nos juizados. Tanto os juizado, quanto o Código do Consumidor, quando surgiram, foram vistos como de “segunda categoria”. Os juizados eram vistos como um órgão de pouca importância para o Judiciário, e o CDC era visto como uma lei irrelevante para a sociedade. É assim que surgiram. Na época, precisávamos fazer propaganda dos juizados nos ônibus para chamar as pessoas para eles. E era uma dificuldade convencer a administração dos tribunais de que eles deveriam ser estruturados, mereciam apoio. Até hoje os juizados são uma realidade importante, especialmente na Justiça Federal, onde absorvem uma grande parcela das demandas. Na Justiça Federal também havia essa mesma ideia. Foi quando eu estava no Conselho da Justiça Federal que se fez a nova lei e se implantou os juizados na Justiça Federal, às vezes com muita resistência.

Bom, assim também foi com o CDC, que era visto como uma lei de segunda categoria. Quando eu examinei suas questões, já tinha bons fundamentos, em razão dos conhecimentos dessa área a partir dos estudos com o Clóvis. De fato, o CDC trouxe para o ordenamento jurídico aqueles princípios que nós estávamos tratando de aplicar no Direito Civil como um todo, mesmo que sem uma fonte expressa na lei civil. E como eu cuidava disso com interesse, isso terminou sendo levado à jurisprudência e pelo menos discutido, especialmente no STJ. Acredito que os estudos feitos no Direito Civil me auxiliaram a compreender o Código do Consumidor, sua importância e seus princípios. Inclusive, sempre que possível, tratei de aplicá-lo e isso de algum modo auxiliou da sua aplicação é respeito ao novo diploma. O STJ, nesse ponto, teve um papel muito importante.

RDCC — O CDC tem influência sobre a interpretação do Código Civil?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Acredito que sim. As ideias que permeiam o Código do Consumidor, sendo aplicáveis a uma relação civil, ainda que de consumo, essas mesmas ideias acabam se aplicando, ou pelo menos influenciando a compreensão de outras relações de Direito Civil mesmo que não sejam de consumo. As relações civis, cada uma a seu modo, devem atender a certos princípios, princípio de lealdade, de informação etc. Isso deve estar presente em qualquer espécie de contrato. Entre nós, parece-me, essa compreensão veio do Código do Consumidor. Excelente diploma, que devemos à competente comissão de juristas que o elaboraram, é à divulgação que lhe deram o ministro Hermann Benjamin e a professora Cláudia Marques.

RDCC — Temos hoje tramitando no Congresso um projeto de Código Comercial. Eu não queria tratar aqui deste projeto e das suas polêmicas, já que ainda está em aberto se e como ele evoluirá. Mas queria tratar da necessidade de um novo código no âmbito do Direito Privado brasileiro, depois do Código Civil de 2002 ter unificado os textos que regem as obrigações civis e comerciais. Há espaço para uma nova cisão?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Bem, eu não conheço o projeto. Por princípio, eu não leio projetos. É melhor não se ater ao projeto, porque não se sabe até aonde ele vai. Mas,

mesmo assim, eu não sou contra um Código Comercial, cujo projeto que ora tramita é da iniciativa do professor Fabio Ulhoa Coelho. O Código Comercial trata de uma relação específica entre empresários. As relações entre empresários deve ter uma conotação diferente daquelas entre os cidadãos comuns, leigos, que fazem um contrato de locação, ou um cidadão comum que faz um contrato de consumo. Diferentemente dessa situação está o empresário, de quem se presume ter certos conhecimentos, a quem se impõe certos deveres e a quem, portanto, se exige uma conduta comercial, uma conduta negocial, diferente da que se faz para o cidadão leigo. Isso me parece que justifica a existência de uma lei específica para o empresário.

Eu recordo que o professor Lélcio Candiota de Campos, de Direito Comercial, certa vez me disse que um problema na aplicação do direito cambiário estava em que a lei cambial fora feita para regularizar situações entre os empresários e, quando você transfere isso a uma relação com leigos, este sofrerá restrições, imposições, exigências, a que ele não estaria habituado, nem esperava suportar. Transfere-se o que seria exigível do comerciante, alguém preparado. Então, existem normas que são apropriadas para os comerciantes e normas que são apropriadas para os cidadãos comuns. Na medida em que for criado um código que se propõe a regular exclusivamente a relação entre os empresários, parece-me que se trata de uma ideia que não é criticável.

RDCC — E como se daria a coexistência entre essas três leis maiores do Direito Privado?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — O principal seria o Código Civil, penso eu, tendo de um lado, o comercial e, de outro, o consumidor. Todos de algum modo influenciariam e seriam influenciados.

RDCC — Seria uma coexistência por meio da parte geral?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Não necessariamente. No contexto dos três diplomas, além da parte geral que têm ou possam ter, encontraremos regras e princípios utilizáveis para a solução de casos concretos que, embora submetidos basicamente a uma das leis, possam ser interpretados com o auxílio da outra. Os conceitos dos diversos tipos de relações podem auxiliar na compreensão de situação prevista em outro diploma. O certo é que, em princípio, cada uma delas tem suas próprias normas interpretativas, e aplicação deve corresponder à hermenêutica de cada uma delas. Embora essa recíproca influência, O Direito Civil vai continuar sendo o centro, o cerne de toda a estrutura de Direito Privado. Cabe a ele ter as normas básica, as definições mais relevantes.

RDCC — E também ficaria com ele a parte conceitual de Direito Privado?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Exatamente. Cabe esse papel ao Direito Civil, ao Código Civil. Você não precisa nem sequer abrir o Código Comercial para buscar a parte conceitual, salvo naquilo que tenha regramento específico. O Código Comercial deve tratar especificamente da relação entre empresários e definir esta relação, mas não estabelecer conceitos que são gerais do Direito Privado. Estes conceitos devem ficar no Direito Civil e é lá que eles estão.

RDCC — Ainda sobre o Código Civil, o senhor teve um papel importante no desenvolvimento da interpretação do código, que foram as Jornadas de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal, que, depois, deu origem às Jornadas de Direito Comercial, igualmente capitaneadas pelo STJ. De onde veio essa ideia e como foi a sua implementação?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — O Código Civil resultou de um projeto elaborado 30 anos antes, mas que nesse tempo não foi discutido nem debatido no país. Quando a nova lei entrou em vigor, praticamente não tínhamos critérios interpretativos, a doutrina era escassa e nenhuma a experiência forense. Tirante as lições dos ilustres juristas que integraram a comissão, professor Miguel Reale e ministro Moreira Alves, eram poucos os elementos. Daí a ideia de reunir juristas dedicados ao estudo do Direito Civil, professores, magistrados, advogados, e representantes das diversas entidades jurídicas, em Brasília, sob os auspícios do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, do STJ, para sugerir a possível interpretação dos artigos do novo Código. O formato do encontro eu busquei nas Jornadas de Direito Civil realizadas na Argentina, onde são apresentadas proposições e aprovados enunciados, no estilo de ementas, que registrariam o resultado dos debates e poderiam ser facilmente divulgados. A expressiva participação de renomados juristas e a qualidade dos trabalhos justificaram a ampla aceitação dos enunciados, que hoje constam dos principais ementários jurídicos do país. Minha participação sempre foi secundária, sugerindo e acompanhando os trabalhos, porque as decisões sobre a realização das Jornadas foram dos presidentes do STJ e dos coordenadores do Conselho da Justiça, e hoje também da ENFAM. Quem realmente organiza os trabalhos, seleciona as proposições e dirige os grupos de temáticos são os cinco Professores integrantes da Comissão Científica, com o auxílio da Secretaria do Conselho.

RDCC — Qual o papel dessas jornadas no futuro?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — As jornadas continuarão sendo uma oportunidade para o encontro e o debate dos temas de Direito Civil e Direito Comercial. O modelo adotado é produtivo, não mais com aquela finalidade inicial e premente de fornecer critérios interpretativos para o novo código, mas sempre abrindo novas frentes de debate. O ideal seria que esse trabalho se repetisse nos Estados, como aconteceu recentemente em São Paulo, quando foram realizadas, sob a presidência do IASP e coordenação do professor Fabio Ulhoa Coelho, jornadas para debate dos julgamentos das câmaras especializadas em Direito Empresarial, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

RDCC — Vamos falar sobre alguns campos específicos do Direito Civil, começando pela responsabilidade civil. Se olharmos a história recente da responsabilidade civil, vemos uma ampliação da objetivação, ou seja, da responsabilidade sem culpa. Será que podemos dizer que hoje o papel da culpa é realmente secundário ou ela continua tendo um papel estruturante, conceitual, da responsabilidade civil?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Essa tendência de objetivação existe e está presente em diversos ramos, especialmente no Direito Administrativo. Mas o fato é que mesmo no Direito Administrativo, onde reina a responsabilidade objetiva, há exceções. É exemplo a responsabilidade pelos atos omissivos. Na minha opinião, o Estado somente responde por atos omissivos se ficar demonstrado que ele, o Estado, não teve a diligência que deveria ter tido em se omitir. Então, é preciso examinar a culpa. Nos atos jurisdicionais, eu penso que somente se pode responsabilizar o Estado pelo ato jurisdicional se ficar demonstrada a culpa grave do juiz, porque não é só pelo fato dele dar uma decisão que fira interesses de A e B, que pode o Estado ser responsabilizado. Então, mesmo que haja uma ampliação dos casos de aplicação da responsabilidade objetiva, ainda há presença da culpa.

Além disso, quando estou diante de um caso em que a lei diz que a responsabilidade é objetiva, ainda assim, muitas vezes o que há é uma presunção de culpa, pela qual se

afasta a necessidade de fazer a prova. A ideia de que a responsabilidade é fundada na culpa está entranhada na nossa vida cultural e, se existe uma abertura para a responsabilidade objetiva, é porque estamos vivendo em sociedade em que a demonstração da culpa afasta a responsabilidade, totalmente, em alguns casos. Mas também é verdade que, no fundo, a gente aceita esta responsabilização quando se percebe no outro lado uma imprudência, uma negligência etc. E isso é a culpa. Então sintetizando, há uma tendência de objetivação. Mas mesmo em casos de responsabilidade objetiva, há espaço para a responsabilidade por culpa. Ainda há sempre uma necessidade de convencimento pessoal de quem aplica, de reencontrar ali uma conduta descuidada.

RDCC — Será que, teoricamente, nós poderíamos imaginar uma responsabilidade civil sem nenhum rasgo de culpa? Será que nós continuaríamos tendo responsabilidade civil, ou teríamos um sistema de seguro social ou de transferência de risco, simplesmente?
Ruy Rosado de Aguiar Jr. — É, tens razão. Porque, se eu não examino a culpa e vou sempre punir o sujeito que praticou a ação, bastando a relação de autoria e causalidade, o Estado vai ter que encontrar um sistema destinado a proteger as pessoas que atuam na sociedade. Essas pessoas vão necessariamente praticar ações e, necessariamente, produzir resultados muitas vezes danosos. Então o sistema de seguro – que, no Brasil, deveria ser muito mais desenvolvido do que é, aliás – o sistema do seguro socializaria essa responsabilidade e daria segurança também à pessoa. É difícil imaginar a responsabilidade do cidadão só porque ele está atuando em sociedade. Há quem critique essa solução, alegando que pessoa tenderia sempre a ser mais descuidada porque amparada pelo seguro. Penso que essa observação não procede, os percalços de uma responsabilização, ainda que segurada, sempre seria causa de transtornos a evitar.

RDCC — Não sendo assim, a responsabilidade civil acabaria sendo um sistema que acabaria, sem um critério razoável, punindo alguns sem punir a todos.
Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Exatamente.

RDCC — A ausência absoluta da culpa acaba também sendo injusta na distribuição das cargas e ônus sociais. Não havendo culpa e sendo responsabilizados apenas alguns, haveria uma distribuição digamos assim, lotérica, dos ônus sociais. Nesse sentido, a culpa se apresenta como um critério de justiça, já que ela é a razão da consequência sancionadora.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Sim, porque ela justifica a punição por si. A culpa, o reconhecimento da culpa é basicamente o fator de justificação da indenização.

RDCC — Vamos nos voltar agora para os contratos. O novo Código Civil trouxe uma figura que possui características de jabuticaba, tipicamente brasileira. É a função social do contrato. Passados mais de dez anos da vigência do novo Código Civil, até hoje não se sabe exatamente o que é essa tal de função social do contrato. O STJ também me parece ainda não conseguiu delinear uma definição nítida do que seria a função social do contrato. Será que nós estamos diante de um verdadeiro princípio, ou seja, um juízo com função normativa capaz de reger as relações? Ou será que estamos simplesmente diante de um princípio declaratório, cuja finalidade é afirmar que as relações contratuais, ainda que tenha efeitos limitados às partes, possuem conexões necessárias com a sociedade e, portanto, deve considerar as consequências sociais dos contratos? Há uma função operativa concreta da função social do contrato sobre os contratos?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Até hoje sempre se teve dificuldade de definir o conteúdo

deste princípio e isso faz com que não seja aplicado ou que seja invocado muitas vezes sem nenhuma razão. Eu acho que, por esta dificuldade, vai gerar a compreensão de que se trata de um princípio dotado dessa segunda função que tu referiste, ou seja, muito mais declaratória do que propriamente operativa.

RDCC — Tanto que, muitas vezes, o princípio é invocado apenas como um plus argumentativo.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Isso, só na argumentação. Quando o aplicador se depara com uma situação que já está sendo resolvida de algum modo, com base em outras regras ou princípios, a invocação da função social do contrato é para dar o fecho da argumentação. E aí, cabe para qualquer situação, porque em todas as relações sociais e em todas os contratos eu posso examinar se ele está ou não atendendo aquela finalidade social para qual ele foi instituído. E como eu não sei bem o que é essa finalidade – muitas vezes uma finalidade ad hoc – é obvio que eu não vou ter condições de promover uma definição geral. Será uma invocação no caso e para o caso. Então, fica sempre no âmbito do argumento. É muito mais um reforço argumentativo do que um princípio propriamente dito.

RDCC — E o Direito de Família? Se não me falha a memória, o senhor nunca se dedicou fortemente ao estudo do Direito de Família.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — É que eu sou casado já há 40 e tantos anos, então...

RDCC — Isso é de fato um problema técnico! O senhor acaba entendendo pouco de divórcio...

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Sem dúvida! Não entendo bem porque acabei não me envolvendo com isso na prática. Tenho a consciência de que o divórcio dá mais trabalho do que... o matrimônio. Ou seja, mantenho o matrimônio por uma questão prática. (risos)

RDCC — E como julgador, como eram as suas posições sobre o Direito de Família?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Eu sempre fui um liberal nessa área. Ao contrário do professor Clóvis, aliás. O Clóvis foi o redator da parte do Direito de Família no novo código e foi uma parte que mudou substancialmente com a Constituição. Do ponto de vista estrutural, isso gerou problemas, pois as adaptações perderam uma visão de organização que o projeto possuía. O Clóvis, em termos de Direito de Família, era muito conservador. De minha parte, eu sempre fui mais liberal.

Creio que foi do nosso tribunal, da 5ª Câmara, a primeira decisão, ou pelo menos uma das primeiras decisões brasileiras, reconhecendo os direitos de uma concubina sobre o patrimônio construído em comum. Na época, o concubinato não gerava nenhum direito pois, do ponto de vista moral, ele era recriminado. Também, há mais de trinta anos reconheceu-se o direito da concubina de receber alimentos. Mais tarde, no STJ, votei no sentido de reconhecer o direito do companheiro à herança do falecido. Certa vez, reconheci o direito da mãe adotiva de receber o auxílio que era concedido à mãe biológica, que o INSS não reconhecia porque ela, a adotiva, não era “mãe”. E assim por diante. Eu sempre fui muito liberal na interpretação e aplicação do Direito de Família.

RDCC — E como é que o senhor vê o casamento entre pessoas do mesmo sexo?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Isso aí é o desenvolvimento da sociedade e a tendência é de aceitação. A sociedade caminha para esse lado, não só no Brasil, como também em

outros países. Amanhã ou depois, o casamento entre pessoas do mesmo sexo será aceito como um fato normal. Hoje ainda há uma certa restrição, mas creio que é momentânea. O que eu ainda tenho dúvidas é com a situação dos filhos criados em famílias formadas por pessoas do mesmo sexo. Até que ponto isso aí pode prejudicar o desenvolvimento psicológico da criança, eu ainda não sei. Mas vamos ver o que acontece. Não se tem experiência suficiente nisso ainda.

RDCC — Muito embora, no Brasil, tenhamos uma maior facilidade de decisão sobre o tema, porque a alternativa para uma criança que está para ser adotada por um casal do mesmo sexo é a não adoção e, portanto, seguir na situação de abandono. Então...

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Isso mesmo. A alternativa é horrível, certamente. Não há outra solução, pelo contrário. É preciso que se diga também que, em termos de adoção, embora a lei seja facilitada, a gestão judiciária da adoção é demorada. São meses, anos para se conseguir liberar uma adoção. Em vez de facilitar... Ocorre que há uma preocupação muito grande, justificada em parte, de que a adoção possa servir para comércio, atos ilegais. Daí o cuidado na verificação da situação da criança, dos pais biológicos, dos pais adotivos etc. Mas isso tudo deveria ser mais facilitado. E, voltando à questão, na alternativa entre deixar a criança em um reformatório ou tê-la adotada na casa de um casal homossexual, que se fique com a segunda. A criança certamente será mais beneficiada.

RDCC — Vamos falar um pouco sobre Judiciário. Nós não chegamos a falar sobre isso no início, mas é o senhor além de ter sido juiz, é filho de juiz e pai de juiz.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Na Faculdade de Direito da UFRGS tem um anuário de estudantes que se formaram lá. Então, tem o Ruy Rosado de Aguiar, o Rui Rosado de Aguiar Júnior e o Ruy Rosado de Aguiar Neto... três.

RDCC — E três juízes.

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Isso mesmo. Eu tenho uma outra filha que é juíza também. Juíza federal.

RDCC — O Judiciário enfrenta hoje questionamentos sobre a sua eficiência, considerando o volume de trabalho, sobre sua idoneidade, considerando casos de corrupção, sobre a sua eficácia, considerando os seus custos versus as respostas que ele dá à sociedade. Como e que o senhor vê o Judiciário hoje?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Com relação a idoneidade, os problemas que se tem, de um modo geral, são relativamente pequenos. Na medida do possível, juízes inidôneos são punidos administrativamente. O afastamento definitivo do juiz já é mais difícil, porque depende de um processo judicial. Mas, administrativamente, há punição.

O que eu vejo nessa situação toda da prestação da jurisdição é que o Brasil tem um processo civil e um processo penal que são os causadores de uma situação hoje invencível. Atribuo basicamente ao processo, pelo seu formalismo. Agora mesmo anularam um processo porque a parte alegou que na audiência não teve condições de ouvir uma testemunha. Então você anula um processo que demora dez anos, porque não foi ouvida uma testemunha, em vez de mandar ouvir a testemunha e sanar a falta? Há algum tempo, anularam um processo criminal porque o réu esteve algemado na audiência, como se isso fosse a causa de invalidade de todos os atos realizados no procedimento, longo e demorado.

O processo, com esse formalismo que nós o temos, está simplesmente fadado a não funcionar. Não tem judiciário que, do ponto vista orgânico, se estruture suficientemente para dar vazão à demanda. A configuração do nosso processo, pela maneira com que se garante aqui todas aquelas importantes garantias de devido processo legal, de ampla defesa, contraditório etc., é algo excessivo e emperrado. Há recurso em tudo e para tudo. E isso faz com que o processo civil se torne inviável. Começa com o processo de conhecimento, que demora de cinco a dez anos, e continua com o processo de execução, que é outro que demora de cinco a dez anos.

O processo de execução, aliás, eu acho que nem deveria estar no Judiciário. É uma questão administrativa. O juiz deveria dizer: “tu tens direito a dez e, se não te pagarem, ali na esquina tem um cartório que vai cuidar da execução. Qualquer problema que surgir lá, tu me trazes aqui que eu resolvo. Mas eu não vou cuidar da execução.” O juiz não tem condições de controlar a execução, saber onde mora o devedor, quais os seus bens, se é casado, etc. A União, os estados e municípios entram com ações e nem sequer sabem onde estão os seus devedores. Cabe ao juiz descobri-los, citá-los, encontrar os bens, penhorá-los, intimá-los, dar destinação aos penhorados... já foste em um depósito judiciário? É a coisa mais lamentável do mundo. São bens que não prestam serviço ao devedor e não estão na mão do credor, estão se deteriorando. Se é um animal, se é uma máquina, tu tens que cuidar do animal, conservar a máquina. Aí depois tu levas a leilão, à hasta, à praça, é depois anulam a praça porque algo faltou no edital e começa tudo de novo. O processo de execução é algo que não se casa com a atividade judicial, pelo formalismo à que o juiz está submetido. No processo de conhecimento então são tantas as garantias, tantos os recursos, em todos os níveis, é um nunca acabar. Isso faz com que estejamos hoje julgando os juros e a correção monetária da pequena poupança feita há trinta anos. Isso é possível? É ainda falta o recurso ao STF. Um Estado que tem um processo judicial que leva trinta anos para decidir sobre a correção monetária do depósito do pequeno poupador, ele não está cumprindo com a sua função. Essa jurisdição não existe. Portanto, o modelo que nós temos é um modelo falido e eu não vejo como, mantendo-se esse modelo, ainda que ajustando certas partes dele, que nós tenhamos uma solução para o caso. Não teremos.

RDCC — Quais seriam as soluções possíveis, além de acabar com o processo de execução, que, de atividade jurisdicional, tem muito pouco?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Tínhamos que ampliar a mediação e a conciliação. Na Inglaterra, a parte vai ao seu advogado, o advogado comunica a pretensão à outra parte, que constitui o seu advogado e eles dois, os advogados, vão tentar se acertar. Se não se acertarem, vão ao mediador e, se não se acertarem, daí é que as partes vão ao juiz. Bom, aqui há a necessidade de se ir sempre e diretamente ao juiz. O nosso sistema estimula a demanda. Além disso, a ordem administrativa não permite nenhum tipo de garantia do cidadão contra os pequenos abusos. As agências não funcionam para a realização da sua finalidade e não há como reclamar para uma agência reguladora a pequena ofensa. Daí, tudo tem que ir ao Judiciário. Nós temos que evitar que essas pequenas demandas cheguem ao Judiciário, porque elas não precisam chegar.

Só para te dar um exemplo de irracionalidade do nosso sistema: instalaram um Juizado Especial Cível no aeroporto para julgar as causas de overbooking, perda de bagagens etc. Então eu te pergunto: não seria o caso de ter lá um funcionário da ANAC ou de qualquer órgão público que recebesse essa reclamação, tivesse condições de examinar de pronto a procedência das alegações e que pudesse determinar retirada imediata, no

banco, dos 500 reais em benefício daquele que já se constatou que tem evidente direito? Poder-se-ia ter um fundo, com recursos das empresas, destinado a permitir a imediata realização do direito. Veja, não se está tratando de um caso que exige uma longa dilação probatória. A existência ou não do overbooking é algo que se constata na hora. Mas não, não funciona assim. Tem-se que ir ao juiz. Então, o juiz tem que analisar o caso, mandar processar, com citações, intimações etc. A parte tem de voltar ao Judiciário, talvez mais de uma vez. Tem que ter julgamento, tem-se que ouvir testemunhas, haverá recurso... é um descalabro. Isso mostra como está desviado o nosso processo. Tudo é encaminhado ao juiz e, se tudo vai ao juiz, acumula.

Também há a questão das ações massificadas. Até hoje não encontramos um meio de tratá-las adequadamente. Então, uma das soluções seria evitar a pequena demanda, que pode ser resolvida administrativamente, objeto de uma mediação ou da conciliação e que, em último caso, haja a intervenção do Judiciário. E que, no Judiciário, seja prestigiada a decisão de primeira instância. Antigamente, quando o meu pai era juiz municipal, o recurso da decisão dele ia para o juiz da comarca. Como ele tinha um certo grau de competência, o julgador do recurso da decisão dele não era o tribunal, mas o juiz singular da comarca. Agora vem tudo para o tribunal. Vem de qualquer nível, vai para o tribunal e de qualquer nível vai para o STJ e, dali para o Supremo, ou diretamente para o STF do juizado especial cível. Então, esse sistema recursal que nós temos hoje é pior do que o que nós tínhamos há meio século. Procurar reforçar a decisão de primeiro grau e criar mecanismos de controle do ingresso das ações, ampliar as competências dos juzados especiais, porque o procedimento dos juzados é um procedimento razoável e adequado a pequenas demandas.

O juizado especial federal funciona bem porque o cumprimento da sentença se dá mediante a expedição de ordem, para pagamento de recursos que já estão à disposição do STJ. Ou seja, tem-se uma sentença eficaz e cumprida. Nos juzados especiais cíveis há a dificuldade da execução, porque muitas vezes a outra parte não tem o recurso para pagar. E, com isso, volta-se ao que falamos antes: dificuldade de execução, que fica pendente no próprio Judiciário. Nós temos várias alternativas postas na mesa, além de experiências de outros países que podem nos auxiliar em parte. A partir daí, também temos de mudar nossas mentalidades. Hoje os juízes estão acostumados a um procedimento em que tudo é levado para citação, audiência, sentença, recurso. Mas ele deveria estar habituado com a conciliação, deveria incentivar a conciliação, controlar a mediação, incentivar a arbitragem.

Ainda ontem eu estive em uma reunião da OAB-RS sobre arbitragem, que está criando a sua Câmara Arbitral. Uma das propostas é de que se solicitasse aos juízes, no momento da conciliação inexitosa, sugerissem às partes levar o caso à arbitragem, que ainda é uma desconhecida. Nós não temos nada na faculdade a respeito de arbitragem, de conciliação, de negociação. O que se faz nas faculdades de Direito brasileiras sobre negociação? Nada. Os advogados são formados e incentivados a promoverem ações, acostumados e ensinados, desde o início, a demandar. São demandistas, e essa cultura toda tem que mudar. E para mudar isso precisa muita coisa, a começar pela própria Constituição. É lá que se encontram todos os princípios. Assim, toda lei que vier limitando algum tipo de recurso, contraditório, ampla defesa etc., toda regra que vier, de algum modo, eliminar uma veia desse “demandismo”, sempre vai bater em uma arguição de inconstitucionalidade.

RDCC — Deixe-me mudar o foco novamente. Até agora, ouvimos a sua análise sobre fatos externos. Agora, queria ouvir um pouco do senhor sobre si mesmo. Se olharmos a sua trajetória, vemos alguém que foi advogado, promotor, professor, juiz e, hoje, é parecerista e árbitro. A ordem, aqui, foi cronológica, ou seja, sem nenhuma atribuição de importância. É isso que eu queria do senhor. Qual dessas profissões lhe define? Qual é aquela com a qual o senhor mais se identifica?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Fico entre o magistério e a magistratura. O magistério obriga o estudo sistematizado, a constante atualização, o agradável convívio com os alunos. Incentiva a busca de novos caminhos, doutrinas e teses. Propicia o encontro com professores e juristas de todos os países. Acima de tudo, gratifica por permitir acompanhar o desenvolvimento dos jovens estudiosos, que em pouco se tornam doutores renomados, como acontece com o meu entrevistador. Mestre é o que mostra e nisso era inexcusável o professor Galeno Lacerda. É a felicidade do mestre é ver o aluno superá-lo, a evidenciar que cumpriu sua missão.

A magistratura porque permite o uso da jurisdição, o processo aberto à espera de uma solução justa. A magistratura gratifica porque permite ao juiz superar suas dúvidas e a final encontrar a solução que ele considera justa. A função do juiz é fazer justiça. O juiz deve estar consciente de que é um servidor, atento ao interesse das partes, capaz de compreender suas angústias e usar dos instrumentos que a lei lhe fornece para bem resolver o litígio. A magistratura oportuniza o convívio com os advogados, profissionais afeitos ao combate forense, pelos quais sempre tive admiração.

RDCC — O senhor ainda tem muitos anos de produção, sem dúvida. Mas, olhando para trás, vemos uma trajetória que nos permite observar tanto o plantio quanto uma vasta colheita, plena de frutos dos mais diversos. Fazendo um balanço da sua carreira, qual é o seu principal legado?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. — Tenho que a minha principal contribuição decorreu da reunião de alguns acasos que a vida me proporcionou: ao estudo do Direito Civil, com o professor Clóvis do Couto e Silva, somou-se a edição do Código de Defesa do Consumidor e do novo Código Civil, concomitantemente com a minha nomeação para o STJ, para onde acorreram os primeiros recursos sobre as novas matérias, propiciando julgamentos com base nesses novos princípios. De outra parte, pelo mesmo acaso, estava presente quando se cuidou de elaborar a legislação e tratar da implantação dos juizados especiais estaduais e federais, e mais recentemente, no acompanhamento das Jornadas do CEJ.

RDCC — E quais são os seus projetos para o futuro?

Ruy Rosado de Aguiar Jr. Para o futuro, pretendo continuar com a mesma atividade no escritório e participando de alguns eventos jurídicos. Tenho de urgentemente atualizar os comentários ao novo Código Civil, da coleção organizada pelo Min. Sálvio de Figueiredo.

1. Iraí é uma pequena cidade da região norte do Rio Grande do Sul, hoje com aproximadamente 8 mil habitantes, próxima à divisa com Santa Catarina. É referida por seus habitantes com a inclusão do artigo definido masculino.

2. Fundado em 1900, o colégio Júlio de Castilhos é um dos mais antigos e tradicionais do Rio Grande do Sul. Ficou conhecido por sua formação rigorosa e pelo elevado nível dos seus professores. No Julinho, como é conhecido, estudaram políticos, artistas e

juristas de grande destaque nacional. Também foi ali o berço do primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG), criado por um grupo de estudantes. Posteriormente, os CTGs se espalharam pelo Rio Grande do Sul e pelo Brasil, além de serem encontrados em outros países.

3. Ajuris é a Associação de Juízes do Rio Grande do Sul.

4. Jean Carbonnier (1908-2003), civilista francês.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Coleta de dados para aperfeiçoar pesquisa termina em 30 de agosto

Gestores educacionais, professores, pesquisadores e demais usuários da base de dados do Censo da Educação Superior têm até o dia 30 de agosto para participar do aprimoramento do Censo da Educação Superior. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) convida os usuários a responder um questionário on-line sobre a utilização dos dados da pesquisa.

O instrumento de coleta de dados para a realização da pesquisa está em processo de revisão. Por isso, o Instituto conta com a colaboração fundamental de quem utiliza ou já consultou as informações do censo, acolhendo sugestões e críticas.

O formulário da pesquisa traz perguntas que ajudam a conhecer melhor quem usa as informações, com qual finalidade, quais são os dados mais consultados e, ainda, o que poderia melhorar no censo. A Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep, por meio da Coordenação-Geral do Censo da Educação Superior, elaborou o questionário, disponível no portal do Inep.

Censo da Educação Superior – Realizado anualmente pelo Inep, o Censo da Educação Superior reúne informações sobre as instituições de educação superior, os cursos, os docentes e os alunos. O preenchimento do censo é pré-requisito para a expedição de atos regulatórios e para a participação das instituições em programas do Ministério da Educação, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e as bolsas subsidiadas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O censo financia ainda a Avaliação da Educação Superior, sendo insumo para o cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos (IGC), dois dos Indicadores da Qualidade da Educação Superior divulgados pelo Inep.

Assessoria de Comunicação Social - INEP

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Bases de conhecimento da OCDE disponíveis para o público

Coleções multidisciplinares com estatísticas, livros, periódicos e obras de referência de 1961 até 2019. Esta é a base de conhecimentos globais de informação e análises da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) cujo acesso é oferecido gratuitamente pela **CAPES**, via Portal de Periódicos.

Nela os usuários conseguem encontrar materiais em português e/ou voltados para a realidade brasileira. Para acessar, basta pesquisar no Portal de Periódicos o termo “OECD” na opção de busca pela base.

Estão disponíveis seis coletâneas para a comunidade acadêmica brasileira. Todos os dados da editora estão reunidos na plataforma principal – OECD iLibrary – que é uma ferramenta on-line projetada para auxiliar estudantes, professores, pesquisadores, bibliotecários e demais usuários envolvidos com as áreas de Ciências Exatas, Biológicas, Ambientais, Agrárias, Humanas, Sociais Aplicadas, da Saúde e Engenharias.

Pela plataforma OECD iLibrary o usuário encontrará as publicações por filtros como tema, país ou tema & país, aumentando a precisão da pesquisa.

Acesse o Portal de Periódicos agora mesmo!

Redação CCS/CAPES - 23.08.2019

topo ↕

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Comissão debaterá proposta do MEC para gestão de universidades

A Comissão de Finanças e Tributação promove, nesta quarta-feira (28), uma audiência pública para apresentação e debate do programa Future-se, do Ministério da Educação, que tem como objetivo possibilitar a realização de parcerias entre a União, as universidades e as organizações sociais para gestão de universidades, e estimular as instituições a captarem recursos próprios para sua manutenção.

O programa foi apresentado em julho pelo MEC e disponibilizado para consulta pública até 29 de agosto. Mais de 50 mil pessoas se cadastraram na consulta, e um projeto de lei sobre o assunto deverá ser enviado em breve ao Congresso Nacional.

"Nos últimos anos, nossas universidades entraram em um período em que o volume da produção aumentou, porém o impacto da produção passou a diminuir. Parte disso pode ser atribuída a incentivos equivocados, focados na expansão sem atenção à qualidade e potencializada por gestores indolentes e incompetentes que se escondiam atrás do engessamento legal para manter ambientes acadêmicos de pouca inovação e com gestão totalmente ultrapassada", disse o deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), que solicitou a audiência.

"Nossas universidades precisam ser libertadas do engessamento administrativo para poderem ser geridas com o arrojo que o mercado acadêmico e a ciência de ponta exigem, privilegiando aquelas universidades que valorizam a melhor gestão."

Foram convidados para discutir o assunto com os deputados o ministro da Educação, Abraham Weintraub; e o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior.

A audiência está prevista para as 9 horas, no plenário 4.

topo ↕

FOLHA - GO - TEMPO REAL

-candidatos com dificuldade de acesso podem ligar para 0800

O Ministério da Educação (MEC) disse hoje (23) que os candidatos inscritos no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) que tiveram problemas em acessar a página para consultar os locais de prova devem ligar para o

número 0800 616161. A edição de 2019 ocorre neste domingo (25) em todo o país.

Candidatos têm relatado problemas para acessar a página do participante, onde é possível imprimir o comprovante de inscrição e também saber o local da prova. A assessoria do ministério disse estar ciente de eventuais instabilidade nos portais da pasta e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo exame.

Segundo a assessoria, o ministério tem trabalhado para reforçar a estabilidade dos portais. Caso o candidato ainda tenha dificuldade de acessar a páginas, o MEC recomenda ligar para o 0800.

No dia 8, o ministro Abraham Weintraub disse que os portais do ministério e do Inep podem estar sendo vítimas de "sabotagem" e que tais episódios estariam prejudicando alguns serviços. O ministro disse que enviou à Polícia Federal (PF) as informações e pediu a abertura de uma investigação.

Na manhã dessa quinta-feira (22), três peritos da PF visitaram a sede da pasta, em Brasília, onde verificaram a estrutura de informática. Eles checaram a sala cofre, onde estão servidores e outros equipamentos dos sistemas informáticos da pasta e levaram informações para avaliação de modo a tentar identificar se os ataques ocorreram e, na hipótese positiva, as causas.

A página do ministério é o principal canal de acesso a diversos produtos da pasta por estudantes. É o caso do Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). É por meio dela que os candidatos podem se inscrever e obter informações sobre prazos e seleção, por exemplo.

Exame

As provas do Encceja serão aplicadas no turno da manhã, das 9h às 13h, e, no turno da tarde, das 15h30 às 20h30. Os participantes com atendimento especializado terão 60 minutos a mais para terminar o exame em cada turno. Os portões são abertos com uma hora de antecedência e fechados 15 minutos antes do início da aplicação.

Durante todo o dia, o exame será aplicado em 611 municípios. Em cada nível de ensino, são quatro provas objetivas, cada uma com 30 questões de múltipla escolha e uma redação. Pela manhã, serão aplicadas as provas de ciências naturais e matemática, para o ensino fundamental; e ciências da natureza e suas tecnologias e matemática e suas tecnologias, para o ensino médio.

À tarde, os participantes farão provas de língua portuguesa, língua estrangeira moderna, artes, educação física, história e geografia, e redação para o Ensino Fundamental; e linguagens, códigos e suas tecnologias, redação e ciências humanas e suas tecnologias, para o ensino médio.

Para entrar nos locais de provas, o participante deve levar documento original oficial com foto de acordo com os permitidos pelo edital. Cópias, mesmo autenticadas, não serão aceitas. Documentos eletrônicos não valem para o Encceja, como prevê o edital. Quem teve o documento perdido, roubado ou furtado, deve apresentar o Boletim de Ocorrência, expedido por órgão policial há, no máximo, 90 dias anteriores ao dia do exame.

Dê sua opinião sobre a qualidade do conteúdo que você acessou.

Para registrar sua opinião, copie o link ou o título do conteúdo e clique na barra de manifestação.

Você será direcionado para o "Fale com a Ouvidoria" da EBC e poderá nos ajudar a melhorar nossos serviços, sugerindo, denunciando, reclamando, solicitando e, também, elogiando.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Minicurso na UFMT discute racismo institucional na educação básica

O evento começa às 18h, tem entrada gratuita e será realizado no Instituto de Educação (IE).

Por G1 MT

O Coletivo Negro Universitário da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) realiza, nesta segunda-feira (26), um minicurso para discutir o racismo institucional na educação básica. A programação faz parte das formações mensais organizadas pelo coletivo.

O evento começa às 18h, tem entrada gratuita e será realizado no Instituto de Educação (IE).

As discussões serão guiadas pela pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (Nepre) da UFMT, Flávia Gilene Ribeiro.

O minicurso abrange os contornos do racismo institucionais em ambientes escolares: raça, racismo e racismo institucional.

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - TEMPO REAL

O Future-se, o passado e o Acórdão 2.731

Para entender melhor o contexto e as posições sobre o Future-se, vamos voltar um pouco ao passado. Mas antes vamos analisar rapidamente o programa atual do MEC sob a ótica das fundações de apoio às universidades. Nele, as fundações criadas para gerirem projetos de pesquisa e inovação nem sequer foram consideradas, mesmo que essa polêmica política pública vise a alterar o modelo de gestão com as Organizações Sociais, ferindo a autonomia das instituições federais de ensino superior, incorporando novas fontes de financiamento e promovendo a interação da universidade com a indústria. No entanto, e para contextualizar a discussão, vale a pena observar que não foi a primeira vez que as fundações foram desprezadas pelo ministério. Mostraremos a seguir.

Desta vez as fundações foram simplesmente omitidas, embora sejam credenciadas pelo MEC e pelo MCTIC – que, portanto, tinham o dever de saber quantas, quais e sua utilidade eventual para os fins do programa, cujos objetivos anunciados eram a inovação, a interação universidade-empresa, novas fontes de financiamento e fundos patrimoniais, entre outras. Ou seja, tudo o que as fundações de apoio já fazem junto às administrações das faculdades e universidades federais. Tal omissão demonstra fragilidade ou pressa na formulação do programa do MEC, mas já contornada parcialmente pela Secretaria de Ensino Superior, pois o Confies fez outras reivindicações associadas a essa, qual seja, a manutenção da autonomia da universidade.

No Future-se, as fundações criadas para gerirem projetos de pesquisa e inovação nem sequer foram consideradas

Afinal, 96 fundações não poderiam passar despercebidamente. Os dados falam por si. Mobilizamos mais de R\$ 5 bilhões por ano, duas vezes o orçamento do MCTIC para 2019; 22 mil projetos de pesquisa, envolvendo uma população de 60 mil pessoas trabalhando nos laboratórios de pesquisa e cerca de 80% das importações de insumos e materiais para P&D; além do apoio a dezenas de parques e incubadoras criados desde a década de 80 nas universidades. Tudo isso, aliás, objetivos do Future-se.

Voltando no tempo, em 2008, pelo Acórdão 2.731, promovido pelo TCU e pelo mesmo MEC, as fundações passariam a sofrer a maior perseguição desencadeada contra o seu funcionamento. Foi chamado de “AI-5 das Fundações”. Em mais de 45 artigos, as dezenas de fundações com diferentes graus de organização passaram a ter de cumprir, de uma hora para outra, regras de burocracia que passaram a consumir 35% do tempo de um cientista. Exemplos dessas regras: todas as notas fiscais deveriam ter o número do projeto assinalado no corpo da nota para serem aceitas como comprovação do gasto; não podíamos dar bolsa a estudantes participantes dos projetos de pesquisa; tínhamos de fazer o recolhimento diário das taxas devidas à universidade como se fôssemos banco, entre outras determinações.

Proibiriam que os recursos de origem privada fossem diretamente para as fundações, e com isso tais aportes entrariam na conta única da União e se tornariam recursos públicos. Quem conhece o meio sabe que isso era um desastre para a captação de recursos de empresas para P&D – tudo o que o Brasil não tem, mas de que precisa para se equiparar a uma nação industrializada. De 2008 até os dias de hoje, a burocracia pública hipertrofiou, tolhendo a finalidade de criação das fundações.

Tal situação chegou ao paroxismo, obrigando o Confies a procurar a cúpula da CGU em 2017 e firmar um acordo de simplificação das regras, talvez mais importante do que inúmeras que não se cumprem no país. Inclusive muitas que constam do Marco Legal de 2016.

Voltando ao presente. De fato, as fundações têm sofrido perseguições contra seu funcionamento há muito tempo. Afinal, sendo gestoras de projetos complexos sob regras rígidas e burocráticas, não é difícil cair em não conformidade. Mas, aos trancos e barrancos, são responsáveis pela gestão de grande parte dos projetos conhecidos e vitoriosos, nas áreas da saúde, da engenharia de petróleo, agrícola, meio ambiente, sistema de transportes e de cidades inteligentes. O caso da Coppe é emblemático, mas há outros a serem contados nas 63 universidades federais do país.

A conclusão é de que, mesmo que o Confies tenha se insurgido contra o Future-se, pleiteando que as fundações fossem consideradas no projeto, só uma mente sem visão da história poderia pensar que trocaríamos a autonomia das instituições federais de ensino superior pela entrada delas no projeto. Afinal, esse ponto encabeçava nossa contraproposta. Ainda bem que a crítica do Confies foi ouvida! O projeto será submetido à soberania do Congresso Nacional e os demais pontos serão postos aos deputados e senadores. Essa é a verdade.

Fernando Peregrino é presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies).

topo ↕

JORNAL BOM DIA (RS) - TEMPO REAL

**UFFS propõe encaminhamentos sobre o programa Future-se
Plenária no Campus Erechim reuniu comunidade universitária para debater a proposta do MEC**

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim realizou, na última quinta-feira (22), uma plenária para discutir a proposta do programa Future-se, do Ministério da Educação (MEC). O auditório do Bloco A ficou lotado durante todo o evento com a participação não apenas de alunos, professores e técnicos-administrativos da Universidade, mas também com representantes do Poder Legislativo municipal, movimentos sindicais, sociais e de grupos estudantis. A plenária teve a participação do professor Leandro Raizer, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que apresentou os principais tópicos da proposta do MEC.

Para Raizer, o Future-se chega em um dos momentos mais cruciais na história das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), considerando pelo menos os últimos 20 anos. “O que está em jogo é a nossa sobrevivência”, apontou. “A sobrevivência de ensino, de pesquisa e de extensão, sobretudo para as novas instituições que foram criadas na última década. É fundamental o envolvimento de todos para discutirmos essa proposta do MEC, em que medida ela se encaixa, e se atende ou não as nossas demandas. E se não atender essas demandas, precisamos pensar em alternativas para propor ao ministério e ao próprio Congresso Nacional, que é para onde será enviado esse projeto”, disse.

O pesquisador ainda evidenciou diversos estudos feitos na UFRGS voltados para temáticas como políticas de financiamento, ações afirmativas e a relação entre desigualdade e educação - trabalhos que podem servir de subsídios para uma visão mais crítica daquilo que o MEC está propondo. “O Future-se, em vários pontos, vai na contramão do que esses estudos têm mostrado. O efeito que o financiamento de políticas públicas tem na questão da desigualdade educacional é enorme”, destacou. “Se nesse momento nós pararmos de investir na redução das desigualdades, não conseguiremos recuperar isso em médio e longo prazo. A verdade é que talvez nunca consigamos. Se hoje os alunos da universidade evadirem, possivelmente nós nunca conseguiremos recuperar nenhum desses estudantes novamente.”

Vários pontos destacados pelo pesquisador lançaram luz para dúvidas e lacunas do Future-se. “O que será feita com esta proposta quando ela chegar ao Congresso? A cobrança de mensalidades não está prevista nesta proposta atual, mas isto não impede que, chegando ao Congresso Nacional, algum deputado sugira alteração”, disse o professor da UFRGS. “Também nos perguntamos se precisamos de mais uma legislação, visto que já temos a Lei Orgânica das Universidades, o Regimento Único dos Servidores, além dos regulamentos internos que cada universidade tem, das súmulas do TCU, do antigo Ministério do Planejamento, entre outros.”

Na proposta do MEC, a internacionalização das Universidades é abordada, segundo Raizer, como algo inexistente. “A maioria das 68 Universidades Federais tem programas de internacionalização. Só não há mais porque não há recursos. Não é raro encontrarmos pesquisadores pagando para fazer a internacionalização, pagando para

fazer pós-doutorado e estágios no exterior. Os alunos e professores apresentam trabalhos em congressos. Temos também programas para atrair professores visitantes de outros países. Quantos refugiados recebemos em nossas instituições, com muito orgulho? O documento não menciona nada disto”, falou o docente, que também apontou para a falta de elementos do projeto que sejam relativos à extensão universitária.

Na avaliação de Raizer, é impossível fazer uma leitura atual do projeto sem considerá-lo como uma tentativa de privatização. “Isto aparece com as organizações sociais (OS) assumindo a gestão das universidades. Há uma desresponsabilização do Estado no que diz respeito ao financiamento dessas instituições. E isto toca diretamente na Constituição, que diz que é obrigação do Estado financiar. Há também a ideia de subordinar o ensino, a pesquisa e a extensão a necessidades imediatas do mercado. Cursos ou pesquisas que não forem do interesse do mercado não serão financiados.”

Após a fala do professor, a plateia participou com questionamentos e sugestões de proposições no âmbito da UFFS – Campus Erechim. Além da mercantilização da educação pública, outro assunto abordado foi a nomeação do professor Anderson André Genro Alves Ribeiro para o cargo de reitor da Instituição. Ribeiro, que lidera a lista tríplice enviada ao MEC, acompanhou o evento e disse que, apesar do receio, está confiante na nova composição do Conselho Universitário (Consuni) da UFFS.

Ao final da plenária foram propostos os seguintes encaminhamentos acerca do Future-se:

- 1) Solicitar, de forma articulada com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Erechim, uma moção do Poder Legislativo municipal em defesa do financiamento público da educação superior;
- 2) Fazer com que o Future-se seja pauta de um debate institucional no âmbito de toda a UFFS, envolvendo o Consuni e os demais campi da Instituição;
- 3) Solicitar que o Consuni realize uma sessão aberta sobre o tema;
- 4) Utilizar espaços em veículos de comunicação da região para informar a população a respeito das diretrizes do programa.

Diretor da UFFS – Campus Erechim e proponente da plenária, Luís Fernando Santos Corrêa da Silva considera que o evento foi bastante exitoso. “Foi uma discussão bastante importante, tivemos ampla participação da comunidade acadêmica. Isto mostra o interesse em conhecer este tema e também em debater os impactos dele para a Instituição e para o Ensino Superior de modo geral, principalmente o ensino público”, avalia. “Considero que uma das questões mais problemáticas que o Future-se aparenta é a questão da criação de um fundo de apoio para as instituições. Isto fere a autonomia das Universidades e pode comprometer o poder público no financiamento da educação superior”, finaliza.

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

Chance de terminar os estudos

Milhões de brasileiros fizeram ontem o exame nacional que certifica a conclusão dos ensinos fundamental e médio para quem não concluiu a educação básica no tempo padrão. Mais de 100 mil pessoas se inscreveram no DF

À procura de melhores oportunidades e do sonho de conseguir avançar nos estudos e na vida profissional, milhares de pessoas fizeram ontem o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) em Brasília. Dos mais de 2,9 milhões de inscritos do país, mais de 100,4 mil são da capital federal. O Encceja serve para emitir certificados de conclusão de ensinos fundamental e médio para brasileiros que não conseguiram terminar os estudos na idade padrão.

Depois que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deixou de poder ser usado para essa finalidade, em 2017, o Encceja ganhou força e passou a ser cada vez mais procurado. Nesta edição, as provas foram aplicadas ontem em 611 municípios brasileiros. Em 15 de setembro, haverá também provas em 18 cidades do exterior. Em 8 e 9 de outubro, o exame será aplicado para privados de liberdade.

Dos 2,9 milhões de inscritos, 2,3 milhões se inscreveram para obter a certificação do ensino médio; e outros 641 mil, para tentar a do ensino fundamental. Os participantes fizeram provas de manhã e à tarde. A redação do ensino médio foi sobre “a organização do tempo e o acesso às redes sociais”. Já quem busca a certificação do ensino fundamental teve de escrever acerca das “novas formas de consumo consciente”.

Esperanças renovadas

Aos 66 anos, Ilda Maria da Silva fez o Encceja para tentar a certificação do ensino médio. A dona de casa diz que sentia vontade de estudar para se sentir melhor e ter mais facilidade nas tarefas cotidianas. “Eu tinha dificuldade para fazer contas, para resolver problemas no banco. Então, voltei a estudar recentemente, o que me ajudou e, hoje, vim tentar a certificação”, conta.

Estudar e buscar conhecimento, revela Ilda, fizeram com que a autoestima dela aumentasse. “A gente se sente para baixo perto de uma pessoa com mais estudo. Hoje, eu sei que estou correndo atrás do que quero, mesmo que muita gente ache que passou do tempo”, comenta. O próximo passo, assegura, é entrar em uma universidade. “Ainda vou pensar no curso. Só não quero nada que envolva matemática”, informa, com bom humor.

O aposentado Armando Passos, 63, também fez o Encceja com o desejo de retomar o sonho antigo de completar os estudos. Ele quer concluir o ensino médio e fazer engenharia elétrica. “Parei na juventude, não consegui conciliar a escola com o trabalho”, lembra. “Quero dar esse exemplo para os meus netos e evoluir. E evoluir é também adquirir conhecimento, poder ter uma formação.”

A dificuldade para conciliar trabalho e estudo também impediram a copeira Laurinete Alves, 50, de continuar no colégio. Ela espera conseguir a certificação para tentar concursos públicos e buscar crescimento. “Também quero fazer faculdade. Vou tentar publicidade e propaganda, a distância”, comenta.

Crescimento profissional

A cabeleireira Clara Rocha, 35, conta que parou de estudar há cerca de 10 anos. À época, engravidou e não conseguiu concluir o ensino médio. Ficou sabendo do Encceja recentemente e quis aproveitar a oportunidade para conseguir o certificado. “É uma

chance muito boa de a gente crescer profissionalmente, de conseguir novas oportunidades.”

Talita Pereira, 26, está desempregada e acredita que a certificação do ensino médio ajudará a conseguir mais chances de emprego. “É importante demais, está difícil e isso deve colaborar”, acredita. É o segundo ano que ela faz as provas do Enceja. “No ano passado, ficou faltando passar em algumas disciplinas. Voltei para concluir”, disse. Ela sonha em fazer faculdade e, no futuro, tornar-se policial.

Os dados sobre o exame, como o número de abstenções, serão divulgados apenas hoje, em balanço do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela organização da prova. O gabarito oficial, de acordo com o Inep, será divulgado em até 10 dias úteis.

Participantes podem acompanhar o site [enceja nacional.inep.gov.br](http://enceja.nacional.inep.gov.br).

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Mais horas na escola

MEC deveria incentivar o ensino integral, política de eficácia comprovada

São preocupantes os sinais do governo de Jair Bolsonaro (PSL) quanto à manutenção dos programas de fomento ao ensino em tempo integral, uma das políticas educacionais de maior impacto na melhora do aprendizado dos alunos.

No estado de São Paulo, o governo João Doria (PSDB) promete, acertadamente, elevar em 24% a quantidade de atendidos na modalidade integral em 2020.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/08/mais-horas-na-escola.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRADA

A sociabilidade na universidade

Ser de esquerda em ciências humanas é o esperado de uma pessoa decente

O debate acerca da hegemonia da esquerda na universidade no Brasil é importante. Antes de tudo, deve-se esclarecer que essa hegemonia não é um traço apenas do cenário brasileiro, mas global. No âmbito das ciências humanas, essa hegemonia é tão óbvia quanto o fato que o sol nascerá amanhã. Quem a nega, o faz por pura mentira, má informação ou ingenuidade canina.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfeliipeponde/2019/08/a-sociabilidade-na-universidade.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Longe de polarização nacional, estados articulam ações educacionais entre si Migração de secretários contribui para cooperação; MEC perde protagonismo, avalia especialista

São Paulo

Escola sem partido contra liberdade de cátedra, cartilha de alfabetização versus construtivismo, Paulo Freire nunca ou Paulo Freire sempre. Dominado por temas como

esses, o debate nacional sobre educação não parece ter hoje muito mais que oposição e conflito.

Longe do ringue das redes sociais, porém, a questão tem sido tratada de forma mais desarmada. Sem alarde, governos estaduais promovem um intercâmbio cada vez maior de políticas educacionais

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/longe-de-polarizacao-nacional-estados-articulam-aco-es-educacionais-entre-si.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Concessão de creches

Segundo secretária especial do PPI, Martha Seillier, a ideia é atrair um parceiro para acabar obras e tocar operações

Governo avalia repassar mais de mil creches à iniciativa privada. Segundo a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos, Martha Seillier, ideia é atrair parceiro para acabar obras, administrar operações e ofertar vagas.

O governo estuda conceder à iniciativa privada um portfólio de mais de mil creches cujas obras não estão finalizadas. Em entrevista ao Estadão/Broadcast, a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos, Martha Seillier, explicou que, na falta de recursos públicos para finalizar esses empreendimentos, a ideia é atrair um parceiro para acabar as obras, tocar a operação das creches e ofertar as vagas. Caberia ao governo comprar parte dessas vagas, como compensação aos investimentos feitos, e redistribuí-las à sociedade.

“O governo compraria algumas dessas vagas, como contrapartida pelos investimentos feita ao longo de, por exemplo, 30 anos de concessão”, disse.

Segundo ela, por enquanto, todos os modelos estão na mesa: a empresa privada poderia tanto vender 100% das vagas ao governo ou apenas parte delas, colocando as demais no mercado. Para Martha, o governo enxerga uma vantagem na oferta de vagas diretamente ao mercado à medida que isso garantiria uma preocupação com a qualidade do serviço ofertado. “Pode ser um alinhamento importante para garantir melhores serviços”, disse.

Piloto. Ela disse que a dimensão do programa dependerá de quanto o Ministério da Educação conseguirá disponibilizar para esses vouchers. Se os recursos forem poucos, o governo começará com algumas creches piloto. A secretária pontuou que ainda não há prazos na mesa, mas que as creches já foram incluídas no PPI na semana passada, quando o governo anunciou a inclusão de mais nove estatais no programa de privatizações. A ideia é mapear a situação de cada uma delas e então decidir se organizará as concessões por Estado ou em blocos. “A gente quer entregar o máximo possível de unidades nos próximos anos”, afirmou.

A secretária destacou ainda que a decisão do governo não tem relação com um possível problema gerencial nas creches públicas, mas por uma avaliação de custo de oportunidade, à medida que essas obras estão paradas e não há recursos para terminá-las.

A intenção de conceder creches públicas foi anunciada, na semana passada, pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que também afirmou que o governo estuda fazer o mesmo com Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Esse assunto, no entanto, está ainda em fase de conversa preliminar com o Ministério da Saúde.

Privatizações. Segundo Martha, a equipe técnica acredita que, mesmo no caso das estatais dependentes, como a CBTU e a Trensurb, que hoje têm baixo valor de mercado, é possível privatizar.

“Se a gente tiver um saneamento dessas companhias, em termos de gastos, otimização de receitas, revisão de tarifas e de potencial de receitas comerciais, inclusão de ativos imobiliários nos projetos, tudo isso pode tornar a CBTU e a Trensurb interessantes para a iniciativa privada de forma que a gente não precise liquidar”, disse.

Ela afirmou ainda que a carteira de projetos do PPI vai passar agora por um “pente fino” para endereçar corretamente o futuro de cada uma das empresas. “Vamos ver oportunidades que elas trazem para parceiros privados e começar a pensar modelagem: concessão, privatização, venda de participação, minoritária, majoritária”, disse. Assim que a melhor modelagem for definida, a proposta volta ao conselho de ministros, que deliberam sobre a forma de avançar com as parcerias.

topo ↕

FOLHA DE BOA VISTA - RR - CIDADES

UFRR pode receber menos recursos se for utilizado ranking do TCU

Para UFRR, critério penalizará instituição por ter apenas 30 anos e estar sendo comparada com instituições do sudeste

TRIBUNAL DE CONTAS

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) ocupa uma das posições mais baixas do ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU). Este ranking poderá ser um dos indicadores utilizados pelo Ministério da Educação (MEC), que analisa mudanças na forma como são distribuídos os recursos para as universidades federais do país.

Atualmente esses recursos são repassados conforme o tamanho das universidades no qual as federais maiores e que possuem mais alunos recebem maior quantidade do orçamento destinado para esse fim.

Na última edição do ranking de governança do TCU, realizado no ano de 2018, a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e a Federal do Rio de Janeiro figuraram nas últimas posições, e desta forma poderiam ser as menos beneficiadas se entrassem em vigor as novas regras. No outro lado da moeda estão a Universidade de Lavras (UFLA) e de Mato Grosso do Sul (UFMS), que estão no topo da lista.

Segundo o TCU, o levantamento tem o objetivo “de obter e sistematizar informações sobre a situação de governança pública e gestão em organizações federais, de maneira a identificar os pontos mais vulneráveis e induzir melhorias nessas áreas”. O levantamento do TCU ainda apontou que a maioria das instituições federais que foram analisadas não possuem condições de entregar à sociedade brasileira os resultados esperados por elas.

A UFRR, por meio de nota, destacou que não concorda com o critério que o MEC tem

utilizado, pois coloca a federal de Roraima no mesmo patamar que a do Rio de Janeiro, e que seria impossível comparar o contexto local com a região sudeste, por ser algo destoante.

A nota ainda destaca que a UFRR é uma instituição jovem que ainda está desenvolvendo uma expertise, inclusive administrativa e gerencial, e que se o critério a ser utilizado for esse, a UFRR será penalizada por ter apenas 30 anos. “Se nós estamos mal no ranking, conseqüentemente, nós vamos receber menos recursos e o impacto disso na universidade vai ser que ela vai ter dificuldades de prestar um bom serviço e de melhorar o que faz aqui em Roraima, que é formar, desenvolver pesquisas, fazer ciência”, destaca a nota.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

Escola integral é meta do Plano Nacional de Educação

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). O intuito é que pelo menos 25% dos alunos da educação básica sejam atendidos. Composto por 20 metas, o PNE foi sancionado em 2014 e estabeleceu diretrizes e estratégias para a educação brasileira em um período de dez anos.

O Ministério da Educação (MEC) anunciou a meta de atingir 500 mil novas matrículas em tempo integral até 2022 - hoje são 230 mil - por meio do Compromisso Nacional pela Educação Básica, apresentado em julho. A meta é revitalizar o programa Novo Mais Educação, diminuir a evasão e melhorar os indicadores educacionais.

A proposta do programa é ampliar a carga horária do Ensino Médio de quatro para, no mínimo, sete horas diárias. O MEC já disponibilizou R\$ 338 milhões para as instituições de ensino em 2019. Segundo o secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo, a pasta mantém diálogo constante com o Conselho dos Secretários Estaduais de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) para formular políticas públicas que beneficiem a educação em estados e municípios.

O Todos Pela Educação, movimento da sociedade civil que busca impulsionar a qualidade e a equidade na educação básica, entregou um documento ao governo defendendo a manutenção e o crescimento do apoio aos estados para a ampliação do Ensino Médio em tempo integral. A entidade também fez uma apresentação para o ministro da Educação, Abraham Weintraub, e para o secretário de Educação Básica, Janio Macedo.

"Essa é uma pauta que a gente sempre defendeu, o nosso receio, e estamos monitorando a execução dessa política, é se o MEC vai ter os recursos, isso não está claro ainda. Nossa atenção agora é se realmente esse anúncio vai ter fôlego financeiro e de execução do ponto de vista de equipe, no MEC, capaz de conduzir essas políticas. Como plano, como direcionamento está corretíssimo, tem mais é que apoiar os estados nessa ampliação da matrícula em tempo integral", destacou a presidente-executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz.

Na opinião de Heloisa Morel, diretora executiva do Instituto Península, organização social que atua nas áreas de educação e esporte para aprimorar a formação de

professores, é preciso olhar também para os docentes. "Ainda que os programas sejam bem-sucedidos em ampliar o tempo dos alunos da escola e assumam a educação integral como proposta formativa, é preciso que os educadores estejam preparados."

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Mais horas na escola

MEC deveria incentivar o ensino integral, política de eficácia comprovada

São preocupantes os sinais do governo de Jair Bolsonaro (PSL) quanto à manutenção dos programas de fomento ao ensino em tempo integral, uma das políticas educacionais de maior impacto na melhora do aprendizado dos alunos.

Até julho, a União não havia liberado recursos para tal finalidade nos níveis fundamental e médio —em 2018, esses valores totalizaram R\$ 400 milhões.

Numa contrapartida um tanto heterodoxa, o Ministério da Educação anunciou neste mês que ampliaria o acesso ao ensino integral por meio de parcerias com faculdades, que receberiam estudantes da educação básica em troca de bônus na avaliação oficial.

A pasta depois esclareceu que manteria as transferências para as 1.024 escolas beneficiadas no ano passado, podendo elevar o número.

A meta do Plano Nacional de Educação é incluir no horário integral 25% dos alunos da creche ao nível médio até 2024 —em 2018 só 15% foram atendidos nesta modalidade.

Não está claro, porém, qual será a estratégia para tal. Nem mesmo parece bem definida a aventada parceria com as instituições de ensino superior, que não necessariamente têm estrutura e profissionais preparados para receber crianças por várias horas ao dia.

Nações com resultados superiores aos do Brasil em testes internacionais oferecem, em sua maioria, sete horas diárias de instrução ou mais a seus estudantes.

Estudos indicam que aumentar a carga horária —oferecendo reforço em matérias como português e matemática, além da possibilidade de frequentar disciplinas eletivas e participar de clubes e de projetos— resulta em melhores resultados e menor evasão.

Estudo da FGV e do Instituto Sonho Grande com jovens que concluíram o ensino médio em escolas pernambucanas aponta que aqueles formados nas escolas integrais tiveram maior chance de ingressar no ensino superior e maior remuneração ao começar a trabalhar.

O MEC deveria incentivar experiências bem-sucedidas como a de Pernambuco, que melhorou seu resultado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e hoje tem mais de 50% das escolas estaduais com horário ampliado.

No estado de São Paulo, o governo João Doria (PSDB) promete, acertadamente, elevar em 24% a quantidade de atendidos na modalidade integral em 2020.

Dadas as severas limitações de recursos, é imprescindível que os gestores da educação priorizem políticas comprovadamente eficazes.

editoriais@grupofolha.com.br

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFSCar abre inscrições para alunos da educação básica sobre matemática As atividades ocorrem de terça a quinta, das 14h às 18h.

O Departamento de Matemática (DM) e a Biblioteca Comunitária (BCo) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) estão com inscrições abertas para estudantes da Educação Básica, de escolas públicas e privadas, que estão interessados em participar do curso "Desmitificando a Ciência: Matemática na Educação Básica". Segundo a universidade, a proposta é integrar jovens com dificuldades em matemática a graduandos em matemática e ciências da universidade.

Os alunos que já desejam continuar integrando a iniciativa deve se inscrever novamente. A atividade é aberta a toda comunidade de São Carlos e voltada para os filhos e familiares de servidores e estudantes da UFSCar. As inscrições têm fluxo contínuo e as atividades são gratuitas. Outras informações são pelos telefones (16) 3351-8275 e (16) 3306-6817.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Pesquisa da UFSCar oferece tratamento para pessoas que têm dor no ombro em São Carlos

Voluntários a partir de 55 anos passarão por avaliações clínicas e funcionais do ombro e receberão tratamento baseado em exercícios duas vezes por semana, durante três meses.

Uma pesquisa de doutorado da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) está buscando voluntários, a partir de 55 anos, para comparar dois protocolos de tratamentos para quem tem dor no ombro e ruptura total do tendão do músculo supraespal, que fica na articulação do ombro.

O estudo é realizado por Larissa Pechincha no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Fisioterapia (PPGFt). Segundo Larissa, a ruptura nos tendões do manguito rotador - grupo de músculos na região do ombro - está entre os principais diagnósticos em indivíduos com dor no ombro. A ruptura é mais frequente em pessoas com mais de 55 anos.

Estudos apontam que a fisioterapia tem resultados similares ao tratamento cirúrgico, mas ainda não se sabe qual é o melhor programa de exercícios para essa população. O objetivo do projeto é comparar dois protocolos de ação, identificando qual o mais eficaz.

Para a pesquisadora, identificar o tratamento mais adequado vai aprimorar a prática clínica dos profissionais de saúde que atendem pessoas com esse diagnóstico e pode evitar que o paciente seja submetido a uma cirurgia.

Voluntários

São recrutados voluntários, homens ou mulheres, que tenham, pelo menos, 90° de elevação do braço; com dor no ombro; e que tenham o diagnóstico de ruptura traumática e total do tendão do músculo supraespal (no manguito rotador) confirmado por exames de imagem.

Os participantes passarão por avaliações clínicas e funcionais do ombro e receberão tratamento baseado em exercícios, duas vezes por semana, durante três meses.

Os interessados devem entrar em contato com a pesquisadora até o início do mês de setembro para agendar as avaliações. O contato deve ser feito pelos telefones (16) 3306-6695 e (16) 98122-7331 ou pelo e-mail projetoombro@gmail.com.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Educação integral é meta do Plano Nacional de Educação

Governo quer chegar a 500 mil novas matrículas até 2022, ao menos 50% das escolas públicas devem ser contempladas

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, é uma das metas do PNE (Plano Nacional de Educação). O intuito é que pelo menos 25% dos alunos da educação básica sejam atendidos.

Composto por 20 metas, o PNE foi sancionado em 2014 e estabeleceu diretrizes e estratégias para a educação brasileira em um período de dez anos.

O Ministério da Educação (MEC) anunciou a meta de atingir 500 mil novas matrículas em tempo integral até 2022 – hoje são 230 mil – por meio do Compromisso Nacional pela Educação Básica, apresentado em julho. A meta é revitalizar o programa Novo Mais Educação, diminuir a evasão e melhorar os indicadores educacionais.

A proposta do programa é ampliar a carga horária do ensino médio de 4 para, no mínimo, 7 horas diárias. O MEC já disponibilizou R\$ 338 milhões para as instituições de ensino em 2019. Segundo o secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo, a pasta mantém diálogo constante com o Conselho dos Secretários Estaduais de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) para formular políticas públicas que beneficiem a educação em estados e municípios.

O Todos Pela Educação, movimento da sociedade civil que busca impulsionar a qualidade e a equidade na educação básica, afirma que já entregou um documento ao governo defendendo a manutenção e o crescimento do apoio do Executivo Federal aos estados para a ampliação do ensino médio em tempo integral. Segundo a presidente-executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz, a entidade também fez uma apresentação para o ministro da Educação, Abraham Weintraub, e para o secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo.

“Essa é uma pauta que a gente sempre defendeu, o nosso receio, e estamos monitorando a execução dessa política, é se o MEC vai ter os recursos, isso não está claro ainda. Nossa atenção agora é se realmente esse anúncio vai ter fôlego financeiro e de execução do ponto de vista de equipe, no MEC, capaz de conduzir essas políticas. Ficaremos de olho se realmente o governo federal vai conseguir executar. Como plano, como direcionamento está corretíssimo, tem mais é que apoiar os estados nessa ampliação da matrícula em tempo integral no ensino médio”, destacou

Na opinião da diretora executiva do Instituto Península, organização social que atua nas áreas de educação e esporte para aprimorar a formação de professores, Heloisa Morel, é preciso olhar também para os docentes. “Ainda que os programas sejam bem-sucedidos

em ampliar o tempo dos alunos da escola e assumam a educação integral como proposta formativa, é preciso que os educadores estejam preparados. A formação integral de professores é um habilitador para as transformações que desejamos ver nas escolas”.

De acordo com Heloísa, o instituto trabalha com diferentes iniciativas para ajudar na capacitação docente. “A plataforma Vivescer, por exemplo, é um ambiente online onde os professores podem desenvolver as múltiplas dimensões que envolvem o trabalho integral em educação”, citou.

“Medidas como essa, que podem ser acessadas em qualquer lugar do país, pois são iniciativas online, são muito válidas para preparar nossos professores para que eles consigam proporcionar uma educação integral de qualidade aos alunos de todo o Brasil”, incentivou.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Weintraub critica Macron no Twitter: calhorda oportunista Ministro da Educação escreveu que o presidente da França está "buscando apoio do lobby agrícola francês"

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, criticou o presidente da França, Emmanuel Macron, em sua página no Twitter.

"A França é uma nação de extremos. Gerou homens como Descartes ou Pasteur, porém também os voluntários da Waffen SS Charlemagne. País de iluministas e de comunistas. O Macron não está à altura deste embate. É apenas um calhorda oportunista buscando apoio do lobby agrícola francês."

Em meio aos incêndios na Amazônia, Macron disse, na sexta-feira (23), que se oporá ao acordo de livre comércio entre Mercosul e a União Europeia porque o presidente Jair Bolsonaro teria mentido quando minimizou as preocupações sobre a mudança climática na reunião do G20, em junho.

Weintraub ainda disse que os franceses elegerem uma governante "sem caráter", mas que "isso nós também já fizemos". "O Brasil também já elegeu governantes que chamavam facínoras como o Kadafi de irmão, acolhia terroristas e criticava injustamente democracias. Itália, EUA, Israel foram inúmeras vezes ofendidos. Lembrem que já fomos um anão diplomático. Ferro neste Macron, não no povo francês."

Segundo o ministro, os franceses estão enfrentando as mesmas ameaças globais que os brasileiros, mas em estágio mais avançado de dominação. "Não se trata de dizer que a França é um país que amamos odiar ou odiamos amar."

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Inep divulga os temas das redações do Enceja Estudantes que buscam um diploma realizam prova neste domingo (25) em todo o País. O exame será encerrado às 20h30

Participantes do Enceja (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) fazem a prova de redação na tarde deste domingo (25), desde 15h30 (horário de Brasília).

Os estudantes que buscam a certificação para o ensino médio devem escrever sobre “A organização do tempo e o acesso às redes sociais”.

Já quem busca a certificação do ensino fundamental tem como tema “Novas formas de consumo consciente”. O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) anunciou os temas após 30 minutos do início das provas.

O participante deve escrever sobre o tema proposto e obedecer à tipologia textual, neste caso, texto dissertativo-argumentativo. Se o conteúdo não atender às orientações, o participante recebe nota zero na redação. O número mínimo para a avaliação da redação é de cinco linhas; o máximo, para o ensino fundamental, é de 25 e, para o ensino médio, 30.

Só serão corrigidos os textos que forem escritos com caneta esferográfica transparente de tinta preta na folha de redação. A folha de redação sem texto escrito ou com apenas quatro linhas (qualquer que seja o conteúdo) será considerada em branco, ou seja, a nota será zero. Também é proibido escrever qualquer palavra, texto, esboço, desenho ou rasura fora do espaço delimitado para a redação.

De acordo com o edital do Encceja, a nota da redação poderá ser dada por até três profissionais. Em princípio, dois corretores corrigem a redação, sem que um conheça a nota dada pelo outro. Caso a diferença entre as duas notas seja superior a 4 pontos, a redação passa por uma terceira correção, que será a soberana, ou seja, a nota que vai ser considerada no exame. Se a diferença for menor que 4 pontos, a nota será a média das duas primeiras avaliações. Por exemplo, se as notas forem 6 e 9, a redação receberá nota final de 7,5 pontos.

O Inep informa que, no período da manhã, o Encceja transcorreu dentro da normalidade. Agora à tarde, os portões foram fechados às 15h15, e as provas tiveram início às 15h30. O exame será encerrado às 20h30. Nenhum participante pode deixar a sala em definitivo em menos de 1 hora. Àqueles que tiveram atendimento especializado terão 60 minutos adicionais de tempo para terminar a prova.

Certificação

Os gabaritos das provas objetivas devem ser divulgados em dez dias úteis. O Inep é o responsável pela aplicação do Encceja, mas não pela certificação. Os resultados individuais dos participantes serão disponibilizados às secretarias estaduais de educação ou aos institutos federais de educação, ciência e tecnologia que aderiram ao Encceja Nacional 2019.

O participante deverá procurar a secretaria de educação ou o instituto federal de educação, ciência e tecnologia indicado no ato da inscrição para pleitear a Declaração Parcial de Proficiência e/ou a Certificação de Conclusão do ensino fundamental ou do ensino médio.

Encceja

O Inep é responsável pela aplicação do Encceja, no Brasil e no exterior, desde 2002. O exame visa aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio na idade adequada.

FOLHA DE S. PAULO - SP - ELIO GASPARI

Aprende matemática? Dane-se

O CNPq tungou as bolsas de quem ganhou medalhas nas Olimpíadas de Matemática

O bolsonarismo deve ter encontrado sinais de marxismo gramsciano e ideologia de gênero nas quatro operações da matemática.

Só isso explicaria a decisão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de não renovar o contrato do Programa de Iniciação Científica e Mestrado dos jovens que ganharam medalhas nas Olimpíadas de Matemática e chegaram às universidades. São 650 alunos e cada um deles recebe R\$ 400 por mês. Coisa de R\$ 3,1 milhões por ano. (Nos seus primeiros meses, o governo gastou R\$ 1,6 milhão com medalhas para seus agraciados.)

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogasparsi/2019/08/aprende-matematica-dane-se.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRÍSSIMA

Governo Bolsonaro vê universidade como estorvo público, diz reitor

Professor da UFBA, João Carlos Salles diz que é preciso defender a autonomia e a diversidade do ensino público universitário

[resumo] Reitor da Universidade Federal da Bahia afirma que diante dos ataques ao ensino público universitário, que vão do corte de verbas ao desprezo pela produção de conhecimento, é preciso defender a autonomia e a diversidade desse modelo.

A universidade tem sido alvo de múltiplos ataques e incompreensões, como se não mais fosse um projeto da sociedade e tivesse se tornado um problema. De desejo cívico, passou a estorvo público. E, pior, a solução dos embaraços que julgam diagnosticar não estaria na própria universidade, nem em seu atores, como se nosso espírito democrático e crítico fosse uma prova a mais de nossa inanição.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/08/governo-bolsonaro-ve-universidade-como-estorvo-publico-diz-reitor.shtml>

topo ↕

O GLOBO - RJ - ELIO GASPARI

Aprende matemática? Dane-se

O bolsonarismo deve ter encontrado sinais de marxismo gramsciano e ideologia de gênero nas quatro operações da matemática. Só isso explicaria a decisão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de não renovar o contrato do Programa de Iniciação Científica e Mestrado dos jovens que ganharam medalhas nas Olimpíadas de Matemática e chegaram às universidades. São 650 alunos, e cada um deles recebe R\$ 400 por mês. Coisa de 3,1 milhões por ano. (Nos seus primeiros meses, o governo gastou R\$ 1,6 milhão com medalhas para seus agraciados.)

As Olimpíadas de Matemática são a mais bem-sucedida experiência pedagógica já criada para o andar de baixo de Pindorama. A garotada das escolas públicas faz aprova e a cada ano são distribuídas medalhas de ouro, prata e bronze. Além do prêmio, os medalhistas entram num Programa de Iniciação Científica que lhes dá acesso dois dias por mês de aulas em universidades próximas. Originalmente, a Viúva cobria os custos

do transporte e as refeições. A máquina de moer carne dos educatecas limou essa ajuda e hoje ela está em R\$ 100 mensais. Se o garoto mora longe, tem acesso às aulas pela internet.

Em 2015 as trigêmeas medalhistas Fábria, Fabiele e Fabíola Loterio comoveram o país com suas histórias. Elas tinham 15 anos e viviam na roça no distrito de Rio do Norte, no Espírito Santo. Não tinham internet em casa e a escola ficava a 21 quilômetros da propriedade onde seus pais plantavam verduras e hortaliças.

Hoje as trigêmeas estão na Universidade Federal do Espírito Santo. Com os recursos da família dificilmente poderiam viver com os R\$ 400 da bolsa do CNPq. Graças a uma iniciativa da TIM, elas continuarão na universidade, pois recebem R\$ 1,2 mil cada uma. (A TIM ajuda 200 jovens num programa que lhe custa R\$ 2,9 milhões anuais) Quem depende só do CNPq, irá às favas.

Se ninguém gritar, em setembro o CNPq poderá cortar também o Programa de Iniciação Científica, que dá bolsas de R\$ 100 mensais a seis mil medalhistas. Foi esse o programa que permitiu às trigêmeas o acesso às suas primeiras aulas com professores da Federal do Espírito Santo.

É difícil entender por que os educatecas de Bolsonaro metem a faca em programas que custam pouco e estimulam jovens que demonstraram suas capacidades. De certa maneira, só tungam a garotada do andar de baixo, aquela que precisa de R\$ 100 ou R\$ 400 mensais. Isso, no meio do ano letivo.

Quebrando-se a cabeça, pode-se suspeitar que o governo tenha percebido o ativismo maligno das quatro operações da matemática. Aprendendo a somar, os jovens podem juntar ambientalistas, quilombolas, LGBTs e petistas. Os mais espertos poderão aprender a multiplicá-los, subtraindo antiglobalistas e milicianos. Para os profetas desse novo tempo isso poderia levar a uma divisão.

Guedes vende o sonho da privatização

O ministro Paulo Guedes anunciou o desejo do governo de privatizar 17 empresas públicas até o fim deste ano. Faz tempo que lhe ensinaram que essas coisas não podem ser feitas às pressas. Como o doutor prometeu também zerar o déficit primário em um ano, ninguém lhe pode cercear o direito ao delírio.

Numa trapaça da História, Guedes fala em privatizações na hora em que chega ao Planalto a desesperadora situação da Oi. Pelas suas contas, a operadora de telefonia só tem caixa até fevereiro. Por uma porta, vende-se o sonho privatista, por outra, lida-se com a ruína da privatária,

A Oi, ex-Telemar, é um símbolo da ruína de um negócio associado aos instintos marqueteiros e à fome de caixa do governo.

No grande leilão de 1998 a Telemar ficou com a rede de telefonia do Rio de Janeiro para cima. Foi arrematada por um consórcio de estranhos interesses, e o presidente do BNDES chamou-a de “telegangue”. Já o presidente Fernando Henrique foi mais educado: “Empresa um tanto artificial”.

No mandarinato petista fabricou-se um novo artificialismo. Associada a um grupo português, ela viria a ser a “supertele”. Muita gente denunciava a manobra, até porque o filho de Lula era parceiro estratégico de uma das empresas interessadas. Ao lado da JBS e das empresas de Eike Batista, a “supertele” da Oi foi uma “campeã nacional”

Tanto no surgimento da Telemar como na criação da “supertele”, o governo fez o que lhe convinha, desprezando a essência do negócio. A partir de 2014 o governo fez gambiarras para manter a Oi viva com a ajuda de aparelhos, até que em 2016 ela entrou em recuperação judicial.

Desde 1998 a ladainha é uma só. O governo não pode entrar com a mão pesada num negócio artificial que vai dar errado, mas deve entrar com a mão que afaga, para impedir que a empresa quebre.

MANTENHA DISTÂNCIA

Em Brasília há dois tipos de superburocratas. Um, mata a mãe para ir à reunião com o presidente. Outro, nascido no governo do general Figueiredo e ressurgido com Dilma Rousseff, ameaça cortar os pulsos para não entrar naquela sala.

Talvez Jair Bolsonaro não saiba, mas já há superburocratas que preferem não passar na porta do palácio.

MOTOSSERRA E ALGEMAS

O Capitão Motosserra e os agrotrogloditas conseguiram colocar o Brasil no epicentro de uma inédita polêmica internacional. Avisos não faltaram, e o último veio de ninguém menos que o bilionário da soja Blairo Maggi, ex-senador, ex-governador de Mato Grosso e ex-ministro da Agricultura. Isso aconteceu porque os áulicos do Palácio do Planalto acreditam que ali está o centro do universo.

Feito o estrago, a mesma turma recorre aos truques de sempre: criaram um gabinete de crise e querem chamar o Exército. Se medidas desse tipo funcionassem, o Brasil já teria resolvido boa parte de seus problemas, e o Rio seria uma Estocolmo.

A resposta às queimadas é mais simples. Basta botar na cadeia meia dúzia de agrotrogloditas que se aproveitaram da mudança de governo para tocar fogo na mata. Quem conhece a Amazônia sabe que de nada adianta prender peões. Os agrotrogloditas estão em belas moradias nas grandes cidades e passam feriadões em Miami.

40 ANOS DA ANISTIA

Nesta quarta-feira comemoram-se 40 anos do dia em que a mão esquerda do general João Figueiredo assinou a maior anistia da História do Brasil.

No espaço de uma geração, Figueiredo e sua contribuição para o fim da ditadura foram esquecidos. Para isso contribuiu sua personalidade errática e o gesto pueril de se recusar a passar a faixa a José Sarney, deixando o palácio por uma porta lateral.

A própria anistia, habilmente negociada, ficou embaralhada. O projeto sancionado por Figueiredo não se estendia a presos que se envolveram em crimes de sangue, mas os tribunais militares aos poucos foram soltando todos.

Em outubro de 1980, passados 14 meses do início da vigência da lei, não havia mais preso político no Brasil.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

Cortes vão do cafezinho a obras de prevenção

Aperto nas contas públicas força queda de 23,6% nas despesas. Contenção na Saúde chega a 42%, afetando programas como o Farmácia Popular. Investimentos em Programa de Educação Básica têm tombo de 72%

BRASÍLIA- Dados inéditos do Ministério da Economia mostram como o aperto nas contas públicas neste ano tem afetado a execução das despesas de manutenção da máquina e dos investimentos federais. Nos seis primeiros meses de 2019, a execução das chamadas despesas discricionárias (que não são obrigatórias) caiu 23,6%, na comparação com o mesmo período do ano passado. Na Saúde, a redução foi de 42%, de R\$ 16 bilhões para R\$ 9,1 bilhões.

Praticamente todas as áreas do governo são afetadas pelo corte. O crescimento do gastos obrigatórios, especialmente com pessoal e aposentadorias, reduz o espaço para despesas discricionárias. Como o governo precisa cumprir a meta de resultado das contas públicas — estipulada em um rombo de R\$ 139 bilhões este ano —, acaba bloqueando recursos de manutenção da máquina e, principalmente, investimentos. Neste ano, o contingenciamento já chega a R\$ 33 bilhões.

Até o cafezinho do Ministério da Economia foi cortado para o governo conseguir economizar a manter serviços básicos. Mesmo assim, o dinheiro está curto. Só há recursos para manter os sistemas da Receita Federal até 24 de setembro. Se o órgão não receber autorização para gastar mais, terá de desligar os computadores que servem para processar toda a arrecadação federal, incluindo as declarações e restituições do Imposto de Renda, por exemplo.

EDUCAÇÃO: PERDA DE 17%

A maior redução de gastos no primeiro semestre do ano foi na área de organização agrária. Ela contempla os temas da reforma agrária, da agricultura familiar e de comunidades quilombolas. A queda foi de 53,7%.

Apesar de a maior parte do Orçamento da Saúde ser obrigatória, o ministério também sofre com menos recursos. Nessa área, os gastos com o Programa Fortalecimento do Sistema Único de Saúde caíram de R\$ 12,4 bilhões, no primeiro semestre de 2018, para R\$ 7,5 bilhões no mesmo período deste ano. Dentro desse programa, estão ações como o Farmácia Popular e a implementação do Mais Médicos, por exemplo.

Na Educação, a redução dos gastos não obrigatórios no primeiro semestre foi da ordem de 17%. Nos seis primeiros meses do ano, os investimentos do Programa Educação Básica registraram um tombo de 72% na comparação com 2018. Os recursos caíram de R\$ 250 milhões para apenas R\$ 70 milhões. Nessa conta, por exemplo, os gastos no apoio à implementação de escolas para educação infantil recuaram de R\$ 129 milhões

para R\$ 9 milhões.

Outra redução foi registrada nos investimentos do Programa de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, que caíram 39,5% em um ano. O dinheiro executado para o apoio a obras preventivas de desastres saiu de R\$ 93 milhões, em 2018, para R\$ 54 milhões este ano. Apenas R\$ 1 milhão foi destinado a informações de alerta de cheias e inundações.

CRISE PIORA O CÁLCULO

O próprio Ministério da Economia observa que a diferença na execução dos gastos deve-se não apenas à tendência geral de "expulsão" das despesas discricionárias pelo avanço das obrigatórias, mas também ao controle adicional dos gastos em 2019 diante da revisão para baixo das projeções de crescimento do PIB e das receitas federais.

Todo o Orçamento de 2019 foi elaborado no ano passado, considerando um crescimento de 2,5% para o PIB. A previsão oficial, agora, é de 0,8%, em linha com as projeções do mercado. O PIB é o principal parâmetro para o cálculo da receita federal estimada no ano. Quando a estimativa de receita cai, o governo tem dificuldades para cumprir a meta de resultado fiscal. A equipe econômica busca receitas extras para liberar recursos no fim de setembro.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

‘O setor privado sofre de abstinência estatal’

Pesquisador da FGV, estudioso de produtividade, diz que o indicador não cresce por falta de bons empregos nas empresas, não por educação fraca

Entrevista : Armando Castelar / economista

Coordenador de Economia Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FGV) e com livros publicados sobre produtividade no Brasil, Armando Castelar diz que, sem ocupações qualificadas em grandes empresas, o Brasil manterá uma mão de obra pouco produtiva. Embora o país tenha dificuldades na educação, não é esse o problema na visão dele.

O economista avalia que o setor privado sofre de "abstinência de incentivo estatal" e não investe, depois do ajuste fiscal que fez cair o gasto público. Para ele, as turbulências no cenário externo podem, mais uma vez, abortar investimentos, mesmo com juros e inflação baixas.

O cenário externo vai prejudicar a retomada da economia?

O Brasil está razoavelmente bem posicionado para lidar com cenário externo mais adverso, não vai ter uma crise, mas isso joga contra o crescimento. O interesse do investidor estrangeiro em ativos aqui diminuiu, isso desvaloriza o câmbio, ativos, reduz a confiança e tende a segurar o crescimento. Mais uma fonte de incerteza e de pouca demanda que ajuda a segurar o crescimento aqui, que já está difícil de retomar.

A MP da Liberdade Econômica e reforma tributária podem aumentar a produtividade?

Acho que as medidas vão na direção correta, de desburocratizar, dar flexibilidade. Essas

regras vão ajudar, mas ainda é um objetivo distante. O problema da produtividade é de investimento. O Brasil investe muito pouco. Então, criam-se ocupações em empresas pouco produtivas. Ocupações de alta produtividade do trabalho são nas grandes, que têm capital, tecnologia moderna. Pensa num trabalhador da construção que faz bico e vai para uma grande incorporadora, com maquinário, paredes pré-fabricadas, função específica. Ele é muito mais produtivo.

O emprego no segundo trimestre cresceu 2,6% em relação a 2018, e a expectativa é que o PIB tenha crescido 0,9%. O emprego cresceu quase três vezes o que cresceu o PIB. Gerou-se emprego, só que muito pouco produtivos. O desafio é gerar emprego em grandes empresas, com tecnologia, capital, qualidade na gestão. Empresas têm que investir, ter espaço para crescer.

Porque elas não investem?

Investir no Brasil é arriscado, todo mundo reconhece. Há competição desleal com a informalidade. Há uma série de mecanismos no Brasil, como o Simples ou o MEI (sistema tributário para empreendedores individuais), que incentivam as empresas a ficar pequenas, com vantagens num padrão muito diferente do resto do mundo. O teto de faturamento anual para considerar uma empresa pequena é muito alto no Brasil, US\$1 milhão contra US\$ 100 mil no padrão internacional. Isso incentiva as empresas a ficarem pequenas, e pequenas são pouco produtivas.

A situação piorou com a crise, mas o Brasil sempre teve informalidade alta?

O Brasil investe pouco há muito tempo. Sempre teve políticas para proteger empresas pouco eficientes. Isso mudou um pouco, mas ainda não desapareceu completamente. Se a empresa era pouco eficiente, aumentava-se a barreira comercial, fazia-se o programa de compras governamentais com preferência.

O Brasil está fora das cadeias globais porque as regras de conteúdo local são de tal ordem que (o país) não se integra. A empresa brasileira não pode competir lá fora porque aqui paga muito imposto, não tem infraestrutura. A reforma tributária é importante para o passo seguinte, que é mais competição.

Produtividade baixa não é resultado de má educação ?

Não. Ao longo dos últimos 15,20 anos, a escolaridade média do trabalhador brasileiro multiplicou por dois ou três. E a produtividade é exatamente a mesma. Formamos um engenheiro para ele dirigir carro, ser corretor, coisas que não exigem a educação que ele tem. O trabalhador está se qualificando, mas a qualidade do emprego para usar o que ele estudou não aparece. Não é um problema de educação, que melhorou muito.

É completamente diferente na China ou na Coreia do Sul, onde a escolaridade aumenta e a produtividade vai junto. Aqui, a escolaridade aumenta e a produtividade fica parada. É impressionante. Se queremos melhorar a distribuição de renda, temos que melhorar a produtividade, ter crescimento. Isso porque estamos escolarizando o mais pobre, mas sem dar oportunidade para ele trabalhar. Ele continua fazendo bico de conta própria. A solução passa por criar ocupações que permitam ao trabalhador usar melhor a educação.

O crescimento virá agora?

O Brasil está vivendo um problema de abstinência do incentivo público, estatal. Durante muitas décadas sempre foi o governo a resolver quando as coisas ficam mal. Você olha para Brasília e espera o que o governo vai fazer, se vai vir um novo plano nacional de desenvolvimento, de campeão nacional. Temos que sair disso porque não tem mais dinheiro.

Agora o setor privado tem que fazer as coisas, mas não está acostumado. Continua olhando para Brasília. A inflação e os juros já caíram muito, as empresas emitem debêntures (títulos) e captam a juros baixíssimos, mas continua todo mundo esperando um incentivo tributário, crédito mais barato. Isso não vai vir porque não tem dinheiro.

A volta da CPMF é viável?

Estudos mostram que a CPMF gera distorções importantes na economia, como incentivo à verticalização. A empresa tende a produzir tudo, passando a comprar dela mesma, sem transação financeira e sem CPMF. Isso para a produtividade é um desastre porque quanto mais especializada, mais produtiva é a empresa. Gera também desintermediação financeira. As pessoas tentam fazer mais negócios em dinheiro. Então, não parece um bom imposto, ainda que eu entenda algumas das motivações, como a tentativa de tributar a parte informal da economia. Mas, estudos sugerem que o que você traz de ruim é pior que o que ganha de bom.

Não seria uma maneira de tributar a nova economia?

Essa nova economia é muito mais importante nos EUA, na Europa, no Japão e na Coreia do Sul que no Brasil, e nem por isso eles estão fazendo isso. O ideal é fazer cumprir a lei de outras formas. Quando se tenta resolver com quebra-galhos, não se foca no que se precisa. O problema é acabar com a informalidade, não tributar a informalidade.

[topo](#)

A CRÍTICA - AM - ENTREVISTA

A floresta contém valor maior do que a terra rasa

Referência no campo da ciência, diretor do Musa alerta para a importância da preservação da floresta

Com mais de 40 anos dedicados à Física, às salas de aula e à pesquisa, o italiano Ennio Candotti naturalizou-se brasileiro em 1992 e na última semana recebeu o título de cidadão amazonense. Entre os feitos pelo Amazonas, está a criação do Museu da Amazônia (Musa) em um espaço da Reserva Florestal Adolpho Ducke que comporta diversas espécies da fauna e flora amazônica e recebe mensalmente cerca de 8 mil visitantes.

Na entrevista que você confere a seguir, o professor fala sobre aproximar a ciência das pessoas e, com isso, preservar o meio ambiente. Ele fala ainda sobre a atual situação científica e tecnológica do Brasil, e como nossas ações impactam na nossa vida e das futuras gerações.

Como foi o nascimento do Musa?

Como presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), conheci

muitas profissionais de outras áreas, de botânica, biologia, geologia, matemática, química e isso abriu as portas para um mundo multidisciplinar, e os museus em geral são multidisciplinares e foi isso que me trouxe a aceitar o desafio de construir o Museu da Amazônia. Ele nasceu da seguinte pergunta: No mundo todo se constroem espaços amazônicos, por que não criamos um Jardim Botânico em volta do que já temos? Essa ideia foi achada interessante pela professora Marilene Corrêa, da UEA, que me convidou para montar este museu na floresta. Conseguimos a cessão de uma faixa da Reserva Ducke para a instalação e as coleções que, em geral, estão nas vitrines nos museus tradicionais, aqui estão onde nasceram, crescem e vivem, junto com os insetos, plantas, fungos, pássaros.

Há também uma dedicação especial à cultura dos povos tradicionais?

Temos uma atenção às culturas tradicionais humanas que já viveram e sobreviveram, criaram seus modos de vida na floresta. Temos uma exposição dedicada à origem da humanidade, à prática de pesca, peixe-gente, uma vez que na mitologia tucano e tuiuca, os peixes e as gentes têm origem comum, e uma outra sobre a cultura tradicional da mandioca, que foi realizada junto com lideranças indígenas de Santa Isabel do Rio Negro. Es tão aí há quatro anos e não dão sinais de esgotamento, tem sempre alguma coisa a acrescentar, a ajustar. Elas têm um acervo interessante. Pensamos em agregar outras exposições, mas não substituir essa. Estamos montando uma sobre a paleontologia, a vida há 100 milhões de anos na Amazônia. Os jacarés gigantes, as preguiças gigantes e a história geológica da Amazônia, onde mostraremos a vida geológica e paleontológica da floresta, além da própria floresta. A previsão é para janeiro.

É possível conciliar a preservação e a pecuária?

É muito simples: criar gado onde não há alternativas mais valiosas, fazendo o possível para (antes) extrair essas alternativas e produzir substância de grande valor no mercado, além das razões de preservação da diversidade, de tudo aquilo que não se conhece. Imagina isso como uma grande biblioteca. A gente sabe ler meia dúzia de livros e existem milhões de livros. O fato de a gente não saber ler esses livros nos autoriza a queimá-los? É uma insanidade que não tem tamanho e daqui a uma dezena de anos vamos ser acusados. Esse incêndio que a gente assiste quase que paralisados pela agressão do fogo e das pessoas que alimentam esse fogo só poderá ser vencido se todos na Amazônia estivermos convencidos que a floresta é importante. Se olhássemos com mais cuidado, provavelmente não substituiríamos as florestas por duas cabeças de gado porque isso é uma insanidade. Os produtos naturais que as plantas sintetizam têm valores de R\$1 mil reais cada miligrama. A carne do boi é R\$ 5 a R\$ 10 por quilo. As plantas produzem substâncias como a bergonina, o uxi amarelo e que são vendidas no comércio internacional a R\$ 1 mil o miligrama.

O que está impregnado na casca das árvores vale mais que o ouro e nós destruimos isso?

O senhor teve grande parte da vida dedicado à divulgação científica. Acha que as pessoas compreendem a importância da pesquisa?

Não é simples porque se exige que as pessoas acreditem em fatos que muitas vezes estão longe do seu alcance. Nós conseguimos explicar com clareza que um objeto cai no chão se for abandonado, antigamente se achava que era uma coisa excepcional, mas foi explicando-se tudo. Aquilo que se sabe é muito pouco e é preciso estudar mais, para

isso existe **Capes**, **CNPq**, as universidades, todo um sistema. O principal objetivo é entender para explicar, qual a pergunta e porque essa pergunta é importante. Todos nós vivemos com ar-condicionado, refrigerador e tudo isso é fruto de uma evolução lenta, de uma busca. Nós precisamos de laboratórios vivos como jardim botânico, natureza, lugares onde se pode encontrar explicação em diferentes níveis. Quando alguém vem aqui no Musa, mostramos que se retirar um galho, ele se regenera. Mas se tirarmos o braço de alguém, ele não cresce de novo. E aí temos uma coisa a aprender. Precisamos despertar a criança curiosa dentro de nós, que aos poucos vai criando uma casca grossa e acha que sabe de tudo, a ponto de queimar a floresta por não entender o que ela diz.

O ensino no Brasil estimula esse conhecimento, esse vínculo com a natureza? Não. Nas escolas do Amazonas não se fala do cacau, cupuaçu, taperebá, castanha, frutos daqui. Precisamos de livros que falem da história, dos frutos, dos animais, da geografia daqui. Temos mais do que o feijão (crescendo) no algodão para mostrar. Enquanto as escolas não se reconciliarem com as práticas, com o ambiente que estamos, vamos ter dificuldade porque o aluno vai acreditar que uma coisa é o livro e outra coisa é a natureza lá fora. Queima lá fora, mas não queima o livro. Não se entende que ao queimar lá fora, queima-se a possibilidade de verificar o que está escrito no livro.

Como o senhor classifica a ciência no Brasil e os cortes de incentivos? Estamos atravessando uma crise gravíssima, que é semelhante à crise vivida no governo Collor, quando os economistas que assessoravam o presidente também recomendaram fechar o **CNPq** e juntar com a **Capes**, e foi mostrado que isso é uma insanidade. Desmontar uma coisa que levou 50 anos para ser construída e que tem sua função, é como considerar a fisiologia de uma pessoa e dizer que se já tem coração, não precisa do fígado, dos pulmões. O sistema de formação, de apoio à pesquisa, é como o pulmão, enquanto que a **Capes** é como o sistema reprodutivo. A **Capes** é voltada para formar gente. O **CNPq** é como o oxigênio, para ganhar novos elementos para compreender o mundo e, eventualmente, extrair da natureza substâncias ou processos que possam ser de utilidade. Quando se fala em fundir, é desconhecer o processo de geração de conhecimento. A sugestão é uma marca do nosso tempo, um tempo obscurantista.

Como a comunidade científica pode agir para evitar esses desmanches? Aqui na Amazônia temos meios muito eficientes. Se conseguirmos convencer a todos que é preciso preservar a floresta porque ela contém valores muito maiores do que a terra rasa sobre a qual pode plantar soja ou pastar duas cabeças de gado, o passo seguinte é distinguir o mundo a se conhecer. As toxinas com as quais se fazem medicamentos anti-hiper-tensivos, por exemplo. Temos um imenso laboratório, invejado por todo o mundo, com máquinas que podem produzir produtos com grande valor para a humanidade e não queimamos e destruímos, como queimamos e destruímos os institutos que nos ajudariam a estudar. Se o **CNPq** for extinto, logo em seguida a Fapeam vai sofrer porque ela faz parte de um sistema de pesquisas. A comunidade científica está mobilizadíssima para que se entenda a importância desses institutos. Se essa política perseverar vamos para a lata de lixo da história. Manter essas instituições é uma questão de projeto de País, de futuro. Segurança nacional não é apenas da alçada no exército, mas de uma sociedade que se organiza, que aprende a conhecer, a associar direitos humanos, direitos específicos, coletivos e individuais, sistema de educação e de saúde. Um conjunto de instituições capazes de garantir a soberania da nação. Isso está definido na Constituição. Fechar o **CNPq** é uma agressão à Constituição.

Cornos reflexos das queimadas chegando ao sudeste ganha-se mais notoriedade, mais preocupação?

Céu negro... Boa oportunidade para mostrar que o céu da Amazônia pode desabar sobre São Paulo. Clima, chuvas, ar, ventos e tempestades daqui chegam lá.

°manifesto em prol do ex-diretor do Inpe demonstra resistência? A credibilidade que a sociedade deposita em nossas instituições científicas foi construída ao longo de décadas divulgando com informações obtidas com rigor e severa avaliação de seu significado e impacto social. O CNPq foi fundado em 1950, o Inpe em 1971. Não se pode tolerar, sem denunciá-los, questionamentos infundados, suspeitas vagas, lançadas por membros do governo para desqualificar essa história e credibilidade. O nosso compromisso é com a sociedade, a nação e a verdade verificada com rigor científico de laboratório, não de botequim.

O congelamento de verbas para o Fundo Amazônia nos atinge diretamente?

Os recursos nacionais e internacionais são muito importantes. Não creio que se deva hostilizar um ou outro por razões de preferências, mas fazer o melhor uso do recurso, respeitando o princípio da soberania nacional, que é a capacidade de conhecer, de fazer boa ciência, bons processos com os recursos oferecidos por esta ou aquela agência, trabalhar bem o que se faz e multiplicar os recursos.

Como se pode agir para preservar o que ainda resta? O principal interlocutor é o povo da Amazônia. Precisamos mobilizar e mostrar que não é pouca floresta que vai ser queimada, é toda a floresta. Na natureza, existe um princípio importante que pode ser resumido assim: os peixes grandes comem os peixes pequenos, mas os dois precisam se reproduzir. Se os peixes grandes comem demais os pequenos, eles próprios não conseguem existir a ponto de se reproduzir, e morrem. Se nós destruímos a floresta, ela não poderá se regenerar e colapsa. A floresta é muito valiosa. O conhecimento tradicional não só deve ser valorizados, mas deve ser entendido, deve se dar voz, direito, reconhecer sua especificidade. Os povos da Amazônia têm muito a contribuir. Eles conseguem associar a vida humana à vida das plantas, animais e insetos. Têm uma soberania e uma janela que se abre para olhar com outros olhos o que estamos vendo. O que significa para o senhor o título de cidadão amazonense? É uma surpreendente e grande honra e responsabilidade. Até agora eu era um viajante, estava aqui como curioso. Agora não, agora sou filho da terra, agora tenho que ser chamado, ser cobrado pelo o que estou fazendo, então tenho que ser contundente nas minhas ações, minhas defesas e meus projetos. Tenho que brigar como briga um filho da terra pelo sucesso de suas iniciativas e por suas convicções. Aos 77, acho que é um bom programa.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Mais educação a distância no ensino superior

O governo Jair Bolsonaro (PSL) vai apostar na expansão do ensino a distância no sistema federal de ensino superior. O plano, ainda em desenvolvimento, ocorre em meio ao bloqueio de verbas que preocupa reitores.

Segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, o governo prepara um modelo de universidade federal e institutos federais digitais.

Avaliações do próprio governo federal mostram que cursos a distância têm menor qualidade na comparação com os presenciais. "Estamos estudando, está incipiente ainda, a Universidade Federal Digital e Instituto Técnico Digital através de plataforma

para o Brasil todo. É pra lá que a gente vai caminhar", disse Weintraub.

O ministro falou sobre o assunto durante entrevista em Brasília para anunciar o repasse de recursos para instalação de internet em escolas rurais de educação básica.

De acordo com Weintraub, a plataforma vai prever módulos para que os alunos, sobretudo de áreas distantes dos grandes centros, possam seguir os cursos que desejam. O ministro não deu detalhes se haverá novas instituições para oferta dos cursos ou se a expansão ficará a cargo das universidades e institutos. Weintraub ressaltou, porém, que o modelo pode ampliar a oferta de carreiras em regiões afastadas, embora tenha exemplificado a inviabilidade para cursos como de piloto de avião.

topo ↕

O LIBERAL - PA - PANORAMA ECONÔMICO

Falta de empregos é a razão da inadimplência

ENSINO - Em cursos onde a oferta de vagas após a formatura é maior, o índice também cai

O Fies financia a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições particulares e não gratuitas. Ser contratado após o curso superior se torna elemento recomendado para quem quer fugir da inadimplência. Segundo Priscila Rufino, 25 anos, que concluiu, no último mês de junho, medicina pelo Centro Universitário do Pará (Cesupa), é justamente a maior oferta de emprego e bons salários no mercado, que fazem com que o seu curso tenha poucos devedores no Estado. "O curso de medicina disponibiliza vagas no mercado de trabalho muito rápido, por isso é mais fácil honrar com o compromisso do Fies. Só que a prestação é proporcional a mensalidade do curso, e medicina é muito alto. Então, essa mensalidade ainda sai alta, mas é tranquila de se pagar. No meu caso, são três vezes o tempo do meu curso, mais um ano, ou seja, eu tenho 19 anos para quitar o meu financiamento", destaca a médica, que concluiu o curso 100% financiado pelo Fies.

Mensalidade para medicina é muito alta

"Não conheço, a priori, ninguém que esteja devendo. A gente tem um ano e meio depois que conclui a faculdade para começar a pagar o Fies. E alguns médicos, ainda conseguem congelar parcela do Fies pelo tempo da residência médica. Quer dizer, entram com processo para começar a pagar só depois, porque a bolsa de residência médica fino. "Quando entrei no curso, há seis anos, a minha mensalidade era de R\$ 4 mil e pouco. Quando saí, já era mais de R\$ 7 mil. Então, uma mensalidade de medicina corresponde cerca de sete mensalidades de outras faculdades. Por isso, mesmo com pouco devedores, a dívida de medicina é tão alta. Mas como o retorno é muito rápido, por isso que há tão pouco devedores", completou.

Para aqueles que estão em débito com o Fies, o Ministério da Educação (MEC) lembra que foi prorrogada para 10 de outubro o prazo para a renegociação das dívidas. A vantagem, segundo o MEC, é que os valores podem ser parcelados por, pelo menos, 48 meses. Antes de abril, quando foi aberto o período para quitar os passivos, só era possível o pagamento à vista.

topo ↕

SÓ FATOS - TEMPO REAL

Como a falta de verba para o CNPq ameaça a produção científica do Brasil

Quase 85 mil pesquisadores podem ficar sem bolsas a partir de outubro por conta de um déficit orçamentário de R\$330 milhões do Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (CNPq). João Luiz Filgueiras de Azevedo, presidente da instituição, alertou para a situação no início da semana passada. A possibilidade coloca em risco o trabalho desenvolvido em universidades, departamentos, laboratórios e institutos de todas as áreas do conhecimento. Para entender a dimensão do caso, ÉPOCA falou com professores e pesquisadores de instituições de ensino superior públicas — que são responsáveis pela maior parte da pesquisa científica no país —, para que descrevessem seus trabalhos e falassem da importância do CNPq para a continuidade de suas atividades.

Matemática

Uma das instituições que pode ser afetada é o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, o IMPA. Fundado em 1952 pelo próprio CNPq — hoje está sob a alçada do Ministério da Ciência e Tecnologia — o IMPA é um dos principais centros de pesquisa de matemática do mundo, atraindo pesquisadores brasileiros e estrangeiros, além de promover simpósios, seminários e programas de divulgação científica para a sociedade. “Temos 49 bolsistas de doutorado pelo CNPq e 25 de mestrado. São jovens adultos para quem a bolsa é um salário. E estão com risco de as perder e não poder terminar os estudos. Todas as nossas áreas são dependentes desse financiamento”, explica o professor Marcelo Viana, diretor da instituição de pós-graduação que conta com 47 pesquisadores plenos e cerca de 150 alunos que realizam pesquisas em 11 áreas da matemática.

Nas salas do instituto, que fica no Jardim Botânico, Rio de Janeiro, professores e alunos se debruçam sobre algumas das questões mais complexas da matemática. Ainda que sejam por vezes abstratas, há linhas de pesquisas sobre temas como computação gráfica, que impacta diretamente a indústria de cinema e televisão; dinâmica de fluídos, que envolve a criação de modelos matemáticos altamente complexos e gera tecnologia para extração de líquidos como o petróleo; e os sistemas dinâmicos, área de pesquisa de Viana e que cria modelos matemáticos para analisar como um fenômeno ou objeto se desenrola ao longo do tempo e do espaço. Segundo Viana, apesar de se tratar de uma “área econômica” por necessitar de poucos equipamentos, a matemática avançada é bastante afetada pelas bolsas. Mesmo com o orçamento advindo do Ministério da Ciência e da Tecnologia e do Ministério da Educação (MEC), o IMPA precisa do CNPq para poder reter seus alunos em dedicação exclusiva: “A contribuição do CNPq também é essencial. Sem ela, não temos alunos. E sem os alunos o IMPA não seria o IMPA”, explica.

Viana reforça, porém, que a quantidade de projetos têm diminuído por conta de uma redução de recursos na instituição e pelo congelamento do valor das bolsas. “Isso faz com que muitos alunos desistam de fazer pós graduação em uma carreira da ciência” Biologia O impacto do CNPq não se limita à matemática ou aos institutos de pesquisa como o IMPA. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), departamentos com conceito nota 7 no **Capex** (o mais alto possível) também são dependentes das bolsas. É o caso do Programa de Pós-Graduação em Biologia Celular e Molecular (PPGBCM) do Centro de Biotecnologia da universidade, onde ¼ dos doutorandos e mestrados recebem as bolsas para desenvolver pesquisas em 15 departamentos. Lá trabalham 38 pesquisadores chefes, 9 pós doutorandos, 60 doutorandos e 60 mestrados, que dão continuidade a trabalhos desenvolvidos há dez anos.

Segundo Hugo Verli, coordenador do programa, se confirmado o corte do CNPq, o valor das bolsas não pagas chegaria a R\$152, o que se somaria aos demais cortes à pesquisa gerando um impacto de R\$450 mil reais ao PPGBCM só em 2019. Neste momento, a compra de insumos para o desenvolvimento do trabalho dos laboratórios já foi consideravelmente afetada por conta dos repasses reduzidos. As medidas botam em risco a continuidade das pesquisas de uma série de áreas como a agropecuária, a saúde pública e a biologia. Entre os resultados já obtidos pelo PPGBCM estão a descoberta de um inibidor da doença de Parkinson e de compostos naturais capazes de reverter doenças causadas por fungos no pulmão e no cérebro.

Do outro lado do país, um departamento mostra a realidade da rotina sem bolsas de estudos e a resiliência dos profissionais da área. Na Universidade Federal do Ceará (UFC), os professores Márcio Viana Ramos e Nylane Maria Nunes, respectivamente do Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular e da Faculdade de Medicina, coordenam uma pesquisa para o tratamento de lesões causadas pela hanseníase. Ao longo dos oito anos da pesquisa que formou dois doutores e dois mestres, o grupo foi capaz de desenvolver uma biomembrana para a cura das feridas causadas pela doença e que foi testada com sucesso em 12 pacientes. Com a tecnologia, lesões abertas há cinco anos podem ser cicatrizadas após um tratamento de 60 dias.

O objetivo é validar o uso do tratamento para o SUS. Apesar dos resultados animadores, a pesquisa do grupo de Biotecnologia Molecular de Látex Vegetal está ameaçada. Além da falta de orçamento para compra de materiais como luvas, algodão e EPIs, o professor Márcio Viana teme que os alunos percam o estímulo de continuar na área por falta de bolsas. Sem qualquer financiamento de bolsas do CNPq desde os contingenciamentos de gastos do órgão, alunos chegam a ter de dirigir os próprios carros por longas distâncias para atender pacientes. “Os valores das bolsas que financiam os trabalhos dos alunos e pesquisadores estão extremamente defasados e sem reajustes”, explica Viana. “E isto desestimula a parte principal do sistema que é o ser humano”.

QUÍMICA

Mesmo quem ainda não foi afetado pelos cortes diretamente demonstra preocupação com as notícias em torno do CNPq. É o caso de Cláudio Cerqueira Lopes, professor do departamento de Química da UFRJ, que coordena o Laboratório de Síntese e Análise de Produtos Estratégicos (Lasape) com a professora Rosângela Sabbatini Cappella Lopes. Fundado em 1993 e tendo formado 25 mestres e 16 doutorados, o laboratório pesquisa a criação de uma série de produtos como o luminol — que identifica sangue nos ambientes e é muito utilizado pelas Polícias Militar e Civil, a quem o Lasape atende frequentemente —, biocidas de água de lastro, reagentes para descoberta da presença de drogas e até métodos de dessalinização da água. Segundo Lopes, tudo acontecendo por conta dos três doutorandos, três graduandos e o pós-doutor associados ao projeto, que recebem bolsas do CNPq e **CAPES**.

“Nosso propósito é o da química social. Se a Polícia Civil pede 300 kits de luminol, que podemos oferecer a um preço muito mais acessível do que do mercado, quem os cria são os alunos. Sem eles, o projeto degradingola e não poderemos dar conta da demanda”, explica Lopes, que destaca que o laboratório também pesquisa métodos de utilização do luminol para identificar sangue em ambientes hospitalares. A prática, que já foi adotada na Holanda e nos EUA, pode ajudar a reduzir as contaminações hospitalares que matam

cerca de 100 mil brasileiros ao ano. O campus da UFRJ na Ilha do Fundão, onde está localizado o Instituto de Química Gabriel de Paiva / Agência O Globo A situação preocupa o restante do departamento de química, como explica seu diretor Cláudio Mota. Segundo ele, são cerca de 50 pesquisadores do IQ que recebem bolsas no CNPq entre os departamentos de desenvolvimento de fármacos, biocombustíveis e bioprodutos, além de química forense, além de pesquisas em áreas como a química ambiental e mudanças climáticas. “Ainda não tivemos notícia de suspensão das bolsas. Mas o corte de verbas põe em risco a continuidade do pagamento”, explica Mota, que destaca que algumas bolsas da Instituição foram terminadas neste ano no período entre a formatura e a entrada de novos alunos para a pesquisa, o que levou a uma “situação delicada para o programa de pós-graduação”.

Pesquisadores também foram afetados pela não entrega de recursos aprovados em editais. O CNPq também financia pesquisas e, segundo Mota, o repasse parcial da verba fez com que parte dos projetos ficasse sem insumos e equipamentos.

HUMANAS

As ciências humanas também padecem com a falta de financiamento, como demonstra o caso da professora Daniela Fávaro Garrossini, da Universidade Federal de Brasília (UNB) — que, ao lado da UFBA e UFF foi uma das primeiras a ter cortes anunciados pelo MEC, em abril. Coordenadora do programa de pós-graduação em design da UNB, Garrossini conta que teve as bolsas do CNPq cortadas com a exceção de um aluno bolsista do PIBIC (um programa associado ao CNPq). “Todos os alunos envolvidos de graduação e pós-graduação não têm possibilidade de bolsas. A maioria é voluntária e não temos recursos”, explica Garrossini. Ela e seus alunos fazem parte de uma rede internacional de pesquisa sobre Tecnopolítica — que estuda como os grupos e movimentos sociais se organizam e como suas redes se formam — composta de universidades da Espanha, Chile, Portugal, Holanda e Itália. “Eles têm fomento e recursos. Aqui temos que pagar tudo do bolso, até ligação telefônica e viagem”.

Mesmo com sete professores de áreas como Engenharia Ambiental, Física e Gestão de Política Pública, a pesquisa sobre a tecnopolítica e o ativismo na questão da água não tem conseguido captar recursos. Ainda assim, há cinco graduandos e dois mestrandos no projeto.

O CNPq

Procurado pela reportagem, o CNPq disse que a situação orçamentária da instituição ainda é a mesma. Com a manutenção da Lei Orçamentária Anual e o déficit de R\$330 milhões, o CNPq diz: “Não havendo a recomposição orçamentária, não haverá recursos para pagamentos das bolsas a partir de outubro (com a folha de pagamento de setembro)”. Em nota, o CNPq disse também estar tentando reverter a situação em “esforço conjunto ao Ministério da Ciência e Tecnologia”. Entre as medidas estão a “suspensão temporária da implementação de novas bolsas para minimizar o impacto desse déficit orçamentário e que têm sido divulgadas amplamente em nossas redes”.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

**Educação integral é meta do Plano Nacional de Educação
Governo quer chegar a 500 mil novas matrículas até 2022**

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). O intuito é que pelo menos 25% dos alunos da educação básica sejam atendidos. Composto por 20 metas, o PNE foi sancionado em 2014 e estabeleceu diretrizes e estratégias para a educação brasileira em um período de dez anos.

O Ministério da Educação (MEC) anunciou a meta de atingir 500 mil novas matrículas em tempo integral até 2022 – hoje são 230 mil – por meio do Compromisso Nacional pela Educação Básica, apresentado em julho. A meta é revitalizar o programa Novo Mais Educação, diminuir a evasão e melhorar os indicadores educacionais.

A proposta do programa é ampliar a carga horária do ensino médio de 4 para, no mínimo, 7 horas diárias. O MEC já disponibilizou R\$ 338 milhões para as instituições de ensino em 2019. Segundo o secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo, a pasta mantém diálogo constante com o Conselho dos Secretários Estaduais de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) para formular políticas públicas que beneficiem a educação em estados e municípios.

O Todos Pela Educação, movimento da sociedade civil que busca impulsionar a qualidade e a equidade na educação básica, afirma que já entregou um documento ao governo defendendo a manutenção e o crescimento do apoio do Executivo Federal aos estados para a ampliação do ensino médio em tempo integral. Segundo a presidente-executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz, a entidade também fez uma apresentação para o ministro da Educação, Abraham Weintraub, e para o secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo.

“Essa é uma pauta que a gente sempre defendeu, o nosso receio, e estamos monitorando a execução dessa política, é se o MEC vai ter os recursos, isso não está claro ainda. Nossa atenção agora é se realmente esse anúncio vai ter fôlego financeiro e de execução do ponto de vista de equipe, no MEC, capaz de conduzir essas políticas. Ficaremos de olho se realmente o governo federal vai conseguir executar. Como plano, como direcionamento está corretíssimo, tem mais é que apoiar os estados nessa ampliação da matrícula em tempo integral no ensino médio”, destacou

Na opinião da diretora executiva do Instituto Península, organização social que atua nas áreas de educação e esporte para aprimorar a formação de professores, Heloisa Morel, é preciso olhar também para os docentes. “Ainda que os programas sejam bem-sucedidos em ampliar o tempo dos alunos da escola e assumam a educação integral como proposta formativa, é preciso que os educadores estejam preparados. A formação integral de professores é um habilitador para as transformações que desejamos ver nas escolas”.

De acordo com Heloísa, o instituto trabalha com diferentes iniciativas para ajudar na capacitação docente. “A plataforma Vivescer, por exemplo, é um ambiente online onde os professores podem desenvolver as múltiplas dimensões que envolvem o trabalho integral em educação”, citou.

“Medidas como essa, que podem ser acessadas em qualquer lugar do país, pois são iniciativas online, são muito válidas para preparar nossos professores para que eles consigam proporcionar uma educação integral de qualidade aos alunos de todo o Brasil”, incentivou.

topo

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Brasil conclui testes de soro inédito para picadas múltiplas de abelha

Após dez anos de estudos e testes, o Brasil está se preparando para ser o único país do mundo a produzir o soro antiapílico - contra múltiplas picadas de abelhas. Os pesquisadores responsáveis pelo projeto, Marcelo Abrahão Strauch, do Instituto Vital Brazil (IVB), e Rui Seabra Ferreira Júnior, do Centro de Estudos de Venenos de Animais Peçonhentos (Cevap) da Universidade Estadual Paulista, querem submeter, ainda este ano, ao Ministério da Saúde e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), os relatórios com os resultados positivos alcançados nos ensaios clínicos da primeira fase, que envolveram testes em 20 pessoas mordidas por muitas abelhas.

A fase 3 de testes será iniciada após a aprovação do ministério e da Anvisa e prevê o recrutamento de 150 a 200 pessoas que tiveram múltiplas mordidas de abelhas, atendidas em 32 hospitais pertencentes à rede nacional de pesquisa pública.

Os resultados das pesquisas farmacológicas com o soro antiapílico serão apresentados por Marcelo Abrahão Strauch no Congresso Mundial de Toxinologia, que será realizado na Argentina, em setembro.

A primeira fase avaliou a segurança do produto, por se tratar de um medicamento novo, e o ajuste de dose. A fase 3 vai observar a garantia da segurança e a eficácia do soro, disse Rui Ferreira Júnior, em entrevista à Agência Brasil.

Caso tudo corra bem na nova fase, a previsão é que o soro seja disponibilizado para a população entre 2021 e 2022. Após os ensaios da fase 3, os resultados serão novamente submetidos à Anvisa, para que o registro do produto possa ser efetuado.

Envenenamento tóxico

Ferreira Júnior esclareceu que o soro antiapílico será produzido pelo Instituto Vital Brazil, órgão do governo fluminense. De acordo com os pesquisadores, o soro deve ser aplicado em casos de envenenamento tóxico, isto é, quando a pessoa é vítima do ataque de um enxame. Para os casos de indivíduos alérgicos picados por uma única abelha, o tratamento é específico e abrange medicamentos comuns.

O antídoto brasileiro é inédito. Atualmente, há 45 produtores de soros para animais peçonhentos no mundo, mas nenhum fabrica o soro para envenenamento tóxico por abelhas. "O Brasil é pioneiro", destacou Strauch.

Após ganhar o registro, a disponibilização do soro será gratuita. "Hoje, todo tratamento de picada de animal peçonhento só tem soro disponível na rede pública", disse Marcelo Strauch.

No Rio de Janeiro, o polo de atendimento em caso de picadas de animais peçonhentos, como cobras, escorpiões e abelhas, é encontrado no Hospital Municipal Lourenço Jorge, na Barra da Tijuca, zona oeste da capital. Já o soro para múltiplas picadas de abelhas também deverá ficar disponível no Hospital Universitário Antonio Pedro, da Universidade Federal Fluminense (UFF), localizado em Niterói, região metropolitana do Rio.

Rui Ferreira Júnior lembrou que as pesquisas contaram com a colaboração do Laboratório de Farmacologia das Toxinas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que realizou testes farmacológicos paralelos para avaliação do soro já produzido.

Acidentes

Segundo Strauch, a abelha faz parte do grupo dos animais peçonhentos, que se caracterizam por possuírem glândulas que produzem e secretam veneno.

Picadas múltiplas de dezenas ou centenas de abelhas podem gerar intoxicação. Há casos de choque anafilático que podem levar o paciente à morte. "A letalidade é alta por um ataque de múltiplas abelhas por causa da quantidade de veneno que o paciente recebe e não tem o antídoto".

A estimativa é que ocorram cerca de 10 mil acidentes com picadas de abelhas por ano no Brasil. Marcelo Strauch avaliou que o número pode ser muito maior, tendo em vista as subnotificações. O pesquisador afirmou que os acidentes por enxames de abelhas resultam em 40 óbitos notificados anualmente no Brasil.

O projeto contou ainda com apoio do Ministério da Saúde, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj)

CORREIO DOS CAMPOS - TEMPO REAL

Sandro Alex destina R\$ 404 mil para biblioteca da UEPG e CAIC

Durante agenda em Brasília, o reitor confirmou com o deputado federal Sandro Alex a destinação de R\$ 404 mil para Bicen e Caic

Luciane Pereira da Silva Navarro/UEPG – O reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa esteve em Brasília na quarta-feira (21). Miguel Sanches Neto foi recebido no Ministério da Educação por Aldira Samantha Teixeira, Coordenadora Geral de Residências em Saúde. A pauta central do encontro foi a continuidade da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde – CNRMS.

O deputado federal Sandro Alex conseguiu um espaço na agenda do MEC para que a comitiva da Universidade fosse recebida e designou o assessor parlamentar José Augusto Costa Mattos para acompanhar o grupo. O saldo positivo do encontro foi a inclusão de uma representação da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem) na nova Comissão.

A professora Luciane Cabral, diretora acadêmica do Hospital Universitário da UEPG, representará a entidade na CNRMS. "É uma oportunidade única de representar a Abruem, que possui cerca de 100 hospitais universitários. Desta forma, consigo discutir assuntos atuais das Residências e ainda participar na elaboração das Políticas da Comissão Nacional para a formação em Saúde", afirma a professora. O reitor comemora a conquista de um lugar na comissão e considera as residências multiprofissionais um fator importante de humanização do atendimento na saúde.

Sobre a Comissão

As residências multiprofissionais e em área profissional da saúde foram criadas em 2005 e são orientadas pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). A Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde – CNRMS foi instituída pela Portaria Interministerial nº1.077, em 12 de novembro de 2009, é coordenada conjuntamente pelo Ministério da Saúde e do Ministério da Educação. A CNRMS tem como principais atribuições: avaliar e acreditar os programas de Residência Multiprofissional em Saúde e Residência em Área Profissional da Saúde de acordo com os princípios e diretrizes do SUS e que atendam às necessidades socioepidemiológicas da população brasileira; credenciar os programas de Residência Multiprofissional em Saúde e Residência em Área Profissional da Saúde bem como as instituições habilitadas para oferecê-lo; registrar certificados de Programas de Residência Multiprofissional em Saúde e Residência em Área Profissional da Saúde, de validade nacional, com especificação de categoria e ênfase do programa.

Recursos para Bicen e Caic

Outro ganho da visita a Brasília durante o dia de ontem, de acordo com o reitor, foi a confirmação, por parte do deputado federal Sandro Alex, de R\$ 404 mil para compra de equipamentos para Biblioteca da Universidade e cozinha da Escola Reitor Álvaro Augusto Cunha Rocha, CAIC. Sanches avalia positivamente os resultados da viagem e afirma que esta agenda política faz parte de um trabalho contínuo da reitoria que busca destravar verbas junto aos órgãos de fomento.

O professor Carlos Willians Jaques Morais, coordenador do Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância – Nutead, acompanhou o reitor em outras duas reuniões na **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

topo ↕

FAPEG - NOTÍCIAS

Fapesp lança chamadas em parceria com fundações estaduais no Fórum do Confap

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) lançou quatro chamadas de propostas em parceria com Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) de Alagoas (Fapeal), do Amapá (Fapeap), da Paraíba (Fapesq) e do Distrito Federal (FAPDF), com o objetivo de criar oportunidades de colaboração, em diversas áreas do conhecimento, entre pesquisadores de São Paulo e das quatro Unidades da Federação.

Outras quatro chamadas serão anunciadas até o final de outubro: com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), com a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (Fapespa), com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e com a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná.

O anúncio foi feito na cerimônia de abertura do Fórum do Conselho das Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap), em São Paulo, entre os dias 22 e 23 de agosto, que reuniu presidentes e representantes de FAPs de 23 estados do país. No mesmo evento, a Fapesp firmou acordos de cooperação bilateral com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina (Fapescc), que também resultarão em chamadas conjuntas de propostas.

“A soma de esforços trará resultados significativos porque ampliará e qualificará a pesquisa. Essa oportunidade renova a esperança e o espírito de luta”, disse Evaldo Ferreira Vilela, presidente do Confap e da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig).

“Estamos aqui para falar de oportunidades, para tratar do papel da ciência, do seu financiamento, de sua governança e da coordenação de interesses comuns. Não há desenvolvimento sem ciência e tecnologia”, disse Marco Antonio Zago, presidente da Fapesp.

As colaborações entre grupos de pesquisadores de diferentes regiões do país contribuem de forma relevante para aumentar a visibilidade internacional das publicações científicas de todos os parceiros envolvidos, disse Zago, citando os resultados de pesquisa realizada pela Coordenação de Indicadores de CT&I e pela Gerência de Estudos e Indicadores da Fapesp, ainda não publicada. “O impacto normalizado das publicações é maior, assim como o impacto médio das publicações, e isso é um argumento forte a favor da cooperação estadual.”

“A colaboração entre as FAPs permite a formação de redes de pesquisas com equipes interestaduais, aumentando a visibilidade de resultados. Ninguém faz mais nada sozinho”, completou o presidente do Confap.

A parceria com o Confap já resultou em chamadas com a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe) e com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs). Nesta última chamada, encerrada no dia 15 de junho, foram recebidas 148 propostas, que agora se encontram em análise.

Novas formas de financiamento

Nas vésperas da abertura do Fórum do Confap (21/8), dirigentes de FAPs tinham se reunido com representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e de agências federais de fomento – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep). E as notícias não foram boas.

Julio Cesar Piffero de Siqueira, coordenador de Programas Especiais da Capes, falou sobre os cortes no orçamento. “Precisamos repensar acordos e pensar em um modelo novo de relação com as FAPs para 2020.”

Vilson Rosa de Almeida, diretor de Cooperação Institucional do CNPq, também afirmou que o órgão busca cobrir a falta de recursos que “acabam em outubro”. “O CNPq tem interesse em intensificar a colaboração com as FAPs, mas precisamos pensar em novas formas de financiamento”, afirmou, citando o exemplo de endowment funds.

Marcelo Nicolas Camargo, do Departamento de Fomento à Interação entre as Ciências Aplicadas e Inovação da Finep, apresentou resultados do programa Centelha de Estímulo ao Empreendedorismo – a criação de 588 startups em sete estados. “Mas a Finep tem problemas, sobretudo com o empenho. Alguns contratos tiveram de ser revistos”, reconheceu.

Retorno sobre investimento

“Em São Paulo, o governador João Doria e a secretária Patrícia Ellen não cogitam tirar um centavo de recursos da Fapesp, pois as lideranças sabem do papel da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento”, disse o subsecretário de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Marcos Vinicius de Souza, presente à cerimônia de abertura do Fórum do Confap.

Esse reconhecimento, sublinhou, ficou claro quando, em junho, por ocasião do lançamento do programa Ciência para o Desenvolvimento na Fapesp, o governo mencionou que “a Fapesp não precisa do governo do Estado, o Estado é que precisa da Fapesp”. “Com essa frase, o governador colocou causa e efeito na discussão”, disse o subsecretário. (Leia mais sobre o programa Ciência para o Desenvolvimento em agencia.fapesp.br/30851).

Souza admite que áreas de fazenda e planejamento de governo têm de lidar com demandas concorrentes. “É preciso usar o argumento do retorno sobre o investimento (ROI), mostrando quanto a ciência e tecnologia podem gerar de resultados financeiros. E nós, evangelizados, não somos bons de marketing quando se trata de mostrar o ROI.” Como exemplo de comunicação bem-sucedida, mencionou o programa Ciência para Todos, realizado pela Fapesp em parceria com o Canal Futura da Fundação Roberto Marinho, lançado no dia 14 de agosto. “São 52 programas mostrando em linguagem comum como a ciência impacta o dia a dia das pessoas.” (Leia mais sobre o Ciência para Todos em agencia.fapesp.br/31224/).

Presente em uma mesa-redonda sobre o papel das FAPs para impulsionar a inovação e o empreendedorismo tecnológico, a secretária de desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo disse que é “importante os governos estaduais enfatizarem de uma forma muito clara a importância da pesquisa científica e da tecnologia”.

“A classe científica precisa ouvir isso [dos governos], ser respeitada. É um papel fundamental do Executivo estadual colocar isso de uma forma clara”, afirmou Ellen.

Visão estratégica do MCTIC

Júlio Semeghini Neto, secretário-executivo do MCTIC, apresentou à plateia a visão estratégica para a área de CT&I do ministério até 2022. Anunciou que o governo federal está reorganizando o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, cujo decreto será publicado em breve. Adiantou também a retomada do Programa Antártico Brasileiro e a Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa para o período 2019-2021, com orçamento de R\$ 5 milhões, por meio da qual se pretende levantar todos os equipamentos de pesquisa existentes no país.

Semeghini disse ainda que o governo federal está empenhado em desburocratizar o acesso ao patrimônio genético e apresentará, em breve, o marco legal de startups e empreendedorismo. E que “busca formas de retomar recursos dos fundos setoriais para o Programa Centelha”, de estímulo à criação de empresas inovadoras.

Desafios para a CT&I

Carlos Américo Pacheco, diretor-presidente do Conselho Técnico-Administrativo (CTA) da Fapesp, elencou os principais desafios para o avanço da ciência, tecnologia e inovação no país – superar uma performance econômica medíocre e a retração da

indústria, inovação modesta, baixo protagonismo industrial etc. – e sugeriu uma nova agenda, que inclui um marco legal para startups, abertura de mercados e difusão de tecnologia, entre outros pontos.

Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da Fapesp, apresentou os programas oferecidos pela Fundação para apoiar a inovação e o empreendedorismo. “O Programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE) contabiliza mais de 2.310 contratos. A Fapesp está povoando São Paulo com empresas inovadoras que, além de inovação, geram empregos.”

Fonte: Agência Fapesp (texto: Cláudia Izique), com alteração.

topo ↕

FUNDACRED - TEMPO REAL

Brasil atinge segunda melhor marca de impacto científico em 30 anos

O Brasil atingiu no primeiro semestre de 2019 o segundo melhor nível em 30 anos no indicador que mede o impacto da pesquisa científica. O País alcançou já em junho a marca de 0,89. A maior foi verificada em 2016 – 0,92, número referente ao ano inteiro.

Ainda assim, os números continuam a mostrar que o Brasil tem muito a avançar. A média mundial é 1, ou seja, nessas três décadas o País esteve abaixo. É para chegar a esse patamar que a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tem focado em pesquisas com impacto científico. Também por isso o MEC propõe pautas como o Future-se, com maior autonomia financeira a universidades e institutos federais e premiações para pesquisas relevantes e boas ações de gestão nas instituições.

O País atingiu o resultado atual em um momento em que se faz necessário contingenciar recursos das mais diversas pastas do governo federal. Entre elas, o Ministério da Educação (MEC).

A gestão tem sido feita de forma a priorizar partes do orçamento e o que de fato funciona. “A expectativa é que o índice aumente, pois temos políticas voltadas para o que de fato tem impacto científico”, afirma o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Os números são da Web of Science, base de dados administrada pela organização Clarivate Analytics, utilizada pela comunidade acadêmica. Referência mundial, a plataforma integra uma série de informações sobre a relevância das pesquisas produzidas, como as citações e a qualidade dos estudos, e permite a comparação entre vários países.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, observa: “O resultado indica que as políticas implementadas pela **Capes** no sentido de promover melhorias na avaliação e na racionalização do financiamento estão surtindo resultado”.

topo ↕

PIAUI NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Cancelado edital de seleção de candidatos para o Profmat

A Comissão Acadêmica Nacional do Profmat - Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional, informa o cancelamento do edital nº 11, de 29 de julho de 2019, que trata do Exame Nacional de Acesso para ingresso no Profmat em 2020.

O cancelamento se dá após a **Capes** encaminhar o Ofício nº 267/2019-CPCF/CGPC/DED/CAPES, datado de 13 de agosto de 2019, cujo teor restringe as vagas do programa exclusivamente a professores da rede pública do Ensino Básico, alterando o Ofício Circular nº 17/2019-CPCF/CGPC/DED/CAPES, de 26 de julho de 2019, o qual autorizava a publicação do Edital do Exame Nacional de Acesso (ENA) do Profmat - Turma 2020.

As taxas de inscrições serão integralmente restituídas por meio de transferência eletrônica (TED) em conta corrente ou conta poupança em agência bancária indicada pelo candidato ou por vale postal eletrônico. Para isso os candidatos deverão informar os dados bancários no site do programa, entre os dias 26 de agosto e 06 de setembro de 2019, utilizando o login e a senha cadastrados no ato da inscrição.

Após findar as pendências deste processo seletivo cancelado, a Coordenação Nacional elaborará novo edital do ENA atendendo ao Ofício nº 267/2019 da **Capes**.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Unifesp discute o que fazer para terminar ano letivo com bloqueio de mais de 30% do orçamento

Um dos temores é com o congelamento das bolsas do CNPq, que mantém boa parte da pesquisa científica do país.

Universidades públicas de São Paulo discutem como lidar com o corte de verbas a partir deste segundo semestre. Um dos temores é com o congelamento das bolsas do CNPq, que mantém boa parte da pesquisa científica do país.

Na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), uma série de audiências públicas está discutindo o rumo das universidades públicas depois do corte de verbas do governo federal.

Na sede do Campus São Paulo, na Vila Clementino, Zona Sul, estudantes, funcionários e professores se reuniram para uma conversa objetiva sobre a situação da Unifesp.

Pro-reitores falaram sobre o impacto do bloqueio de mais de 30% do orçamento da Unifesp. Os dirigentes disseram que a capacidade para investir em obras é zero e que há sérias dificuldades para cobrir o custeio da universidade - que inclui gastos com limpeza, manutenção e segurança.

A meta da Unifesp é terminar o ano letivo. “Estamos trabalhando com as dificuldades e lutando para que os orçamentos sejam liberados, falando com o MEC. Precisamos dar todas as condições para darmos todo atendimento à população e aos nossos estudantes”, diz a reitora Soraya Smaili.

Anunciado em abril, o corte, segundo o governo, foi aplicado sobre gastos não obrigatórios e que variam mês a mês, como água, luz, obras e pesquisas. As despesas obrigatórias, como salários, não foram afetadas.

Bolsistas da USP

Na USP, a preocupação é também com o congelamento das bolsas do CNPq, que

mantém boa parte da pesquisa científica na maior universidade do país.

“A gente está o tempo todo sendo comunicado de cortes, e a perspectiva de não ter mais bolsas”, diz a bolsista Joana Franco. “Novos alunos entrando e não tendo mais bolsas, e mesmo quem já tem está com medo de eventualmente perder. A pesquisa é uma coisa muito importante porque está na base do desenvolvimento e a gente fica triste e preocupado, afinal de contas, quando você escolhe fazer pesquisa, você escolhe seguir uma carreira.”

Em nota, o Ministério da Educação informou que aguarda uma melhora do cenário econômico do país para acabar com o bloqueio e que atende a pedidos pontuais de universidades, para liberar mais verbas.

Já o Ministério da Ciência informou que ainda não houve corte para as bolsas do CNPq, mas que aguarda a aprovação de um crédito suplementar para cobrir as despesas até o fim do ano.

DESTAK - BRASIL

PF investiga ataques de hackers em sites do MEC

A Polícia Federal começou a apurar a suspeita de sabotagem em sistemas do Ministério da Educação (MEC). No dia 8 de agosto, o titular da pasta, Abraham Weintraub, denunciou que os portais do órgão vinham sofrendo ataques cibernéticos e que tais episódios estariam prejudicando alguns serviços. Segundo o MEC, três peritos visitaram a sede da pasta, em Brasília, onde verificaram a estrutura de informática. Eles checaram a sala cofre, onde estão servidores e outros equipamentos dos sistemas informáticos da pasta. Os agentes levaram informações para avaliação de modo a tentar identificar se os ataques ocorreram e, na hipótese positiva, as causas. Os ataques teriam afetado programas como o Fies e o Prouni.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

Ufrgs suspende emissão de cartões de estudante por falta de dinheiro

Carteira de estudante é usada para acessar restaurante universitário, bibliotecas e prédios

O dinheiro mais curto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), devido ao contingenciamento imposto pelo Ministério da Educação (MEC), afetou até a emissão da carteirinha de aluno. O cartão dá acesso a diversos serviços, como empréstimos em bibliotecas e restaurante universitário, e a prédios da instituição, por questão de segurança.

O Jornal do Comércio apurou que as últimas emissões foram feitas em 9 de agosto, atingindo parte dos novos alunos que ingressaram no segundo semestre. A assessoria de imprensa da Ufrgs informou que terminou o material para a produção dos cartões estudantis e não foi feita nova contratação devido ao contingenciamento de repasses. A universidade está conseguindo acessar menos de 60% da verba prevista para custeio.

O JC solicitou uma fonte para explicar a situação, mas a área de imprensa que confirmou o problema diz que não há prazo para normalizar a emissão. As universidades já tiveram promessa do MEC de que haveria liberação de recursos, mas até agora não houve maior fluxo. Se o quadro se mantiver, a Ufrgs diz que as dificuldades vão atingir o pagamento de luz e combustível.

Para contornar a falta de carteirinha, a instituição orienta que os novos alunos sem a identificação, entre os 2 mil que ingressaram no começo do mês, poderão usar o comprovante de matrícula para ingressar nos prédios, usar o RU e fazer empréstimos nas bibliotecas. A medida também vale para os que precisarem de uma segunda via do cartão.

No começo da semana, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) retirou o suco das refeições dos restaurantes na sede em Santa Maria e nos campi em Frederico Westphalen, Palmeira das Missões e Cachoeira do Sul. A medida serve para reduzir despesas. Caso não haja liberação de parte das verbas contingenciadas, a UFSM poderá restringir o acesso aos RUs, limitando a alunos inseridos em programas de benefício socioeconômico que não pagam pelas refeições. O segmento representa metade da demanda dos restaurantes.

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel) começou o segundo semestre sem verba de custeio para pagar despesas como água, luz, funcionários terceirizados e aluguéis. A instituição afirma que, até o momento, recebeu R\$ 39 milhões do orçamento e que já utilizou os recursos.

Enquanto contingência repasses em pleno ano letivo, o MEC também apresentou o programa Future-se para criar alternativas de captação de verbas do setor privado e flexibilizar contratos, como abertura a organizações sociais (OSs), e ainda adotar indicadores de desempenho. O anúncio pegou de surpresa as universidades federais. O projeto está sendo submetido a uma consulta pública e terá de passar pelo Congresso Nacional.

Em sessão pública na semana passada, a comunidade da Ufrgs (alunos, professores e servidores) rejeitou a adesão ao Future-se. Reitores das universidades gaúchas já haviam se posicionado criticamente ao programa, defendendo que a sociedade deve propor mudanças ou ser contra a proposta.

[topo](#)

MEIO NORTE - PI - OPINIÃO

Agronegócio Pesquisa e Desenvolvimento MÉDICO

Já não é mais novidade que os agricultores e pecuaristas têm uma margem de lucro curta. Para não ficarem no vermelho, é essencial que compreendam como funcionam os seus negócios e tenham um registro de receitas e despesas da fazenda, de forma a organizarem melhor o estabelecimento rural. Mas não é só isso: é preciso que estejam preparados para lidar com fatores externos que não podem ser controlados, como as variáveis de clima, mercado e valores de insumo.

Como existe uma certa questão global de definição de preços, os produtores têm que tentar ser mais eficientes para contornar situações adversas. Adotar tecnologias que aumentam a precisão e a acurácia das tomadas de decisões é o caminho para isso. Ou seja: é necessário que o agronegócio invista em Pesquisa & Desenvolvimento para garantir a evolução do setor. E apostar em P&D nada mais é que buscar soluções que atendam a demanda do mercado e desenvolver dispositivos que tenham como proposta otimizar os resultados da propriedade. Em relação à agricultura no Brasil, o ramo de

Pesquisa & Desenvolvimento é bem avançado.

Em contrapartida, na pecuária ainda estamos atrasados, principalmente pela falta de soluções economicamente acessíveis aos criadores de gado. Além disso, nenhum profissional do campo escolhe as suas tecnologias apenas por serem bonitas, por exemplo. Comprovar que elas protegem o meio ambiente, mantêm os animais saudáveis e dão lucro aos produtores ainda é um grande desafio.

Um outro grande obstáculo para o setor diz respeito ao tempo de elaboração de um novo projeto. Para se ter uma ideia, na Intergado passamos a desenvolver soluções baseadas em IOT e telemetria de dados com foco em pecuária de precisão em 2009, passando a comercializar os produtos somente quatro anos depois. É claro que isso não é uma regra, mas tivemos que aprimorar e tornar viável os softwares e hardwares que monitoram em tempo real o quanto o animal está comendo, bebendo água e se pesando por dia, a fim de auxiliar os produtores na rápida tomada de decisão. Na minha opinião, o agronegócio brasileiro melhorou muito devido à qualificação das pessoas.

A pós-graduação é necessária para a contratação no setor, mas as empresas estão cada vez mais exigentes na seleção do seu time P&D: existem diversos casos de funcionários que são incentivados pelas instituições a fazerem mestrado e doutorado, além de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que inserem mestres e doutores no setor privado.

topo 

O LIBERAL - PA - NOTÍCIAS

PF investiga suspeitas de ataque cibernético no MEC

A Polícia Federal começou a apurar a suspeita de sabotagem em sistemas do Ministério da Educação (MEC). No dia 8 de agosto, o titular da pasta, Abraham Weintraub, denunciou que os portais do órgão vinham sofrendo ataques cibernéticos e que tais episódios estariam prejudicando alguns serviços. Segundo o MEC, três peritos visitaram a sede da pasta, em Brasília, onde verificaram a estrutura de informática. Eles checaram a sala cofre, onde estão servidores e outros equipamentos dos sistemas informáticos da pasta. Os peritos levaram informações para avaliação de modo a tentar identificar se os ataques ocorreram e, na hipótese positiva, as causas. A investigação da Polícia Federal foi solicitada pelo próprio MEC. A página do ministério é o principal canal de acesso a diversos produtos da pasta por estudantes. É o caso do Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). É por meio dela que os candidatos podem se inscrever e obter informações sobre prazos e seleção, por exemplo.

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Editora lança coleção de ensaios contemporâneos que você pode baixar gratuitamente

Uma conversa com a escritora e pesquisadora Laura Erber, editora da Pequena Biblioteca de Ensaios, sobre a força do ensaísmo contemporâneo e a democratização da leitura no Brasil

A Pequena Biblioteca de Ensaios é uma coleção de livros digitais sobre literatura, arquitetura, antropologia, crítica de arte, teoria política e filosofia contemporânea. Graças a uma política de open access, pela qual os autores e autoras cedem seus direitos, todos os títulos podem ser acessados e baixados gratuitamente.

O projeto nasceu de uma iniciativa da Zazie Edições, uma pequena editora

independente, sem fins lucrativos, pensada para atender às demandas dos estudantes, pesquisadores e leitores de todo o Brasil, fundada em 2015 pelo crítico Karl Erik Schøllhammer e pela escritora e pesquisadora Laura Erber.

Nascida no Rio de Janeiro, em 1979, Laura é poeta, romancista, ensaísta, artista visual e professora de teoria e história da arte da UNIRIO. Publicou contos e ensaios em inúmeras revistas e exibiu trabalhos em diversos museus e centros de arte no Brasil e na Europa. Assinou, entre outros títulos, o romance *Esquilos de Pavlov*, os livros de poesia *Os corpos e os dias* e *A retornada e os infantis Nadinha de nada e*, em parceria com Maria Cristaldi, *O incrível álbum de Picolina*, a pulga viajante.

Na conversa abaixo, Laura fala sobre a sua editora, a potência do ensaio enquanto gênero e a importância da democratização do acesso à leitura de textos críticos em tempos de desmonte das políticas públicas de fomento à pesquisa e à educação.

O ensaísmo é um campo vasto e fecundo, de onde se pode colher um tanto de tudo. Como escolher o que publicar diante de tanta fartura?

A coleção Pequena Biblioteca de Ensaios pretende dar visibilidade ao ensaio enquanto gênero, um gênero excêntrico decerto, que pode tanto se sustentar na inflexão literária quanto encontrar sua força na exploração teórico-crítica de determinada questão. O ensaio me interessa tanto por seu caráter fronteiriço e de difícil classificação quanto por ser um espaço de experimentação, com o ritmo e a cadência do pensamento.

A curadoria é um exercício de pesquisa empírica sobre o estado do ensaio hoje. Começamos trabalhando com áreas mais diretamente ligadas às nossas pesquisas acadêmicas – literatura e teoria literária, poesia contemporânea, tradução, teoria da imagem – mas a ideia é expandir para outros campos, tentando entender como os pesquisadores das outras áreas se colocam diante da escrita e do gesto ensaístico. Ainda este ano publicaremos, por exemplo, um ensaio do Roberto Imbuzeiro sobre a criatividade na matemática.

O contato com os autores é importante do ponto de vista pragmático, pois dependemos deles para adquirir gratuitamente os direitos de tradução e publicação. Em geral, são bastante receptivos e solícitos. Nos casos de tradução, os autores podem ser consultados se no processo surgirem questões que envolvem uma tomada de decisão mais radical.

Muito se fala em crise do mercado editorial e, cada vez mais, em crise das universidades, da educação, do conhecimento. Daria para dizer que a coleção e a própria editora se apresentam como uma tentativa de resposta?

O ensaio como gênero é um desafio para o campo editorial brasileiro: a recepção de teoria e crítica num ambiente marcado por uma longa tradição anti-intelectual não é simples. Ao mesmo tempo, o Brasil tem dimensões continentais e uma grande demanda de bibliografia atual traduzida, para uso nos cursos de graduação e pós-graduação.

A situação da pesquisa no Brasil é dramática e, com os cortes drásticos da verba das agências de fomento, grande parte da publicação teórico-crítica e das traduções fica ameaçada. Os editais da **Capes** e do CNPq ajudaram a financiar boa parte da bibliografia produzida por pesquisadores brasileiros, já que as editoras comerciais não

conseguem absorver essa produção. Várias pequenas editoras dependiam desse financiamento para manter um certo ritmo de produção.

Mas não posso deixar de notar que as agências de fomento acabaram por privilegiar a publicação de ensaios reunidos, o que nem sempre resultou em livros potentes. Por vezes, trata-se de um apanhado de determinado período de atividade do pesquisador, mas que não propõe relações internas efetivamente relevantes. A Zazie pretende valorizar o ensaio em sua autonomia reflexiva. E, como somos totalmente autônomos, podemos questionar a noção hegemônica de livro. Um único ensaio pode ser um livro, e é tratado assim em outros contextos.

Quais são os desafios de uma editora não comercial?

A Zazie é registrada junto à Biblioteca Nacional dinamarquesa. Aqui é possível abrir uma editora sem abrir uma empresa, sem CNPJ e outras obrigações legais. É claro que financiar esse projeto de maneira independente não é fácil, e ainda estou tentando entender como pode funcionar mais adequadamente a longo prazo.

No início, a venda dos meus desenhos financiava as edições, mas, a partir de determinado momento, essa operação não dava mais conta da quantidade de livros em preparação e dos custos a serem cobertos. Agora estamos testando o recurso aos famigerados crowdfunding, e toda contribuição é muito bem-vinda.

No momento temos uma campanha em fluxo contínuo no Catarse. É possível contribuir com a editora doando um mínimo de dez reais por mês, sendo que a contribuição pode ser interrompida a qualquer momento. Lançaremos em breve uma campanha mais específica, com tempo limitado, para a finalização de um livro de ensaios de Boris Groys e outro de Marie-José Mondzain.

Lendo os títulos já publicados, fica a impressão de que há uma vontade de intervir não apenas no circuito editorial e acadêmico, mas sobretudo no debate público, apresentando ensaios que refletem sobre questões candentes do mundo contemporâneo...

Um dos livros que publicamos, *Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*, da Wendy Brown, foi utilizado em questão do vestibular da UFRGS. Acho que isso sinaliza um pouco como há demanda por bibliografia atual traduzida e editada, passível de ser utilizada em provas públicas.

Vários títulos da coleção foram incorporados à bibliografia de cursos de graduação e pós-graduação. Este é um dos objetivos da coleção: oferecer títulos de fácil absorção no universo acadêmico e que possam ser lidos em qualquer lugar do Brasil com acesso à internet.

Fico satisfeita ao ver que a bibliografia circula entre estudantes de todo o Brasil e torço para que venha a circular também entre estudantes e professores de universidades africanas e portuguesas, que começaram a acessar mais nossos títulos.

Os títulos da coleção procuram pensar nossa época, seja pelo viés da poesia contemporânea de um determinado país, como nos ensaios de Tamara Kamenszain

sobre a relação entre poesia e língua no contexto argentino, seja pelo viés mais político ou histórico. O próximo título da coleção é um ensaio de Rodrigo Turin precisamente sobre o aceleracionismo que marca nossa experiência temporal e histórica e sua relação com o projeto neoliberal.

Aqui e ali, podemos ler nos livros da coleção algumas reflexões do ensaio sobre si mesmo. O ensaio e a anedota, do Jean-Christophe Bailly, por exemplo, entende o ensaio como uma passarela entre a literatura e o pensamento e, à sua maneira, ecoa a ideia de que o ensaio seria uma saída para os dogmatismos políticos e sociais dos nossos tempos. A pergunta aqui talvez seja: por que ensaios? O que explica sua liberdade formal, sua vitalidade? O que só os ensaios podem dizer e fazer circular?

Acredito que o ensaio seja uma pesquisa sobre a forma do pensamento. Não entendo forma aqui como acabamento ou fixação, mas como formação. A ideia de que o ensaio resiste ao dogmatismo não é nova, mas é interessante. Vários autores dizem que, diferente do texto puramente teórico, o ensaio incorporaria a dúvida, a sombra e, talvez, o próprio limite de quem o escreve. O ensaio seria ao mesmo tempo um gesto modesto e de alto risco, ambicioso e audacioso, mas sempre consciente daquilo que lhe escapa.

Tento manter no meu horizonte editorial a noção de ensaio como linguagem de contato. Ensaísta é aquela ou aquele que precisa entrar em contato com seu próprio pensamento – com a respiração e o ritmo do seu pensamento – e precisa inventar formas de contato com seus leitores.

O ensaio depende fortemente disso. O ensaísta precisa ser capaz de ensaiar a si mesmo, de se colocar no lugar arriscado da experimentação do pensar e da avaliação crítica. Um autor que elabora uma reflexão potente mas que é totalmente incapaz de engatar seus leitores – não de maneira paternalista, claro – fracassa na escrita ensaística.

Vejo o ensaio como uma forma crítica que preserva a energia e o prazer da reflexão. O ensaio também revela diferentes comportamentos em relação à porção de não saber a respeito do tema ou questão que desenvolve.

Bom, você é editora de ensaios e também ensaísta – e também poeta, romancista, professora, artista visual, para não falar de sua relação com a literatura infantil. Imagino que não seja fácil separar todas essas atividades, muito menos explicar como elas se cruzam na sua cabeça e na sua obra...

Prefiro não tentar explicar, soaria um pouco estranho e, sinceramente, eu não saberia esquematizar essas relações, pois estão sempre mudando.

Em termos mais práticos, nem sempre é fácil coordenar essas diferentes atividades, mas o bacana é que as conexões e alianças entre elas me surpreendem. Uma me ajuda a descansar da outra, cria-se uma “atenção flutuante” que muitas vezes colabora criativamente. Quando escrevo um ensaio, procuro não pensar muito nos textos que edito. Acredito que essas leituras me acompanham de algum modo, mas não é voluntário nem muito claro como isso acontece.

Recentemente, comecei a perceber uma possível relação entre a literatura infantil – aquela destinada à primeira infância – e o ensaio. Há um tipo de livro que situa a criança

como pesquisadora num mundo em construção incessante. A criança tem algo do ensaísta, e vice-versa. A seu modo, o ensaio atualiza a dimensão do aprendizado infantil, da maneira como a criança aprende e apreende o mundo.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

MEC capacita professores e gestores sobre nova base curricular

Base Nacional Comum Curricular será aplicada a partir de 2020

Trezentos professores e gestores de 14 estados, como Amapá, Bahia e Paraná, participaram nesta quinta-feira, em Brasília, do Encontro Formativo do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O objetivo do encontro, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), é que os profissionais aprendam ferramentas que possam contribuir para a implementação da base curricular no país a partir de 2020.

Segundo o MEC, a ideia é que eles formem equipes regionais, municipais e nas escolas que ofereçam informações sobre os novos currículos e também ajudem na reelaboração de projetos político-pedagógicos das escolas. A BNCC deve nortear os currículos das redes de ensino público e privada de estados e municípios em todo o Brasil.

Para o secretário de Educação Básica, Janio Macedo, os professores são peças-chave para garantir a efetividade da BNCC. “Eles vão ser responsáveis por colaborar para a formação dos professores para aqueles estados e pela formação do seu projeto, que vai nortear toda a educação nos próximos anos”, disse.

A previsão do ministério é que, na próxima semana, cerca de 300 professores e gestores de 13 estados participem do treinamento – dessa vez, em São Paulo.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

General da reserva vai ocupar diretoria que cuida do Enem, sem chefe desde maio

Carlos Roberto Pinto de Souza não tem experiência em avaliação educacional

Brasília

O general da reserva Carlos Roberto Pinto de Souza foi escolhido pelo governo Jair Bolsonaro (PSL) para assumir a Diretoria de Avaliação da Educação Básica, órgão do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) responsável por ações como o Enem. O cargo estava vago desde maio e, ao longo deste ano, ficou cerca de cinco meses desocupado.

Sem experiência em avaliação educacional, Souza fez doutorado em Altos Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército –ele defendeu a tese “A inteligência e a guerra eletrônica no contexto da guerra da informação”. As informações são da plataforma Lattes.

O militar também acumula um mestrado na escola do Exército dos Estados Unidos. Como General-de-Brigada, chefiou o Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército e o Centro de Defesa Cibernética do Exército, quando coordenou a área de Segurança e Defesa Cibernética durante os jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro, em 2016.

A escolha do militar, publicada pelo jornal O Globo, foi confirmada à Folha pelo governo. A nomeação é esperada para os próximos dias.

A vacância na diretoria do Inep tem comprometido o andamento de ações do órgão e desestimulado a equipe, de acordo com servidores do instituto.

A decisão de trazer um militar para essa diretoria, de natureza técnica e pedagógica, causou estranhamento interno no instituto desde a última semana por causa da falta de intimidade com o tema. Souza será a quinta pessoa a assumir o cargo desde janeiro.

Atrasos no cronograma do Saeb, a avaliação federal que compõe o Ideb (Índice de Desenvolvimento à Educação), preocupam a área técnica. Já os preparativos para o Enem, também de responsabilidade da diretoria, estão em estágio mais confortável após transtornos com a escolha da gráfica.

Ministro da Educação Abraham Weintraub

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Vigilantes da UFBA param atividades por falta de repasses a empresa e aulas são suspensas na noite desta quinta

Faculdades decidiram suspender as atividades por questões de segurança.

Universidade fala em grave situação orçamentária, entre outros motivos, por bloqueio de verbas de orçamento.

Seguranças que atuam na Universidade Federal da Bahia (Ufba), em Salvador, paralisaram as atividades nesta quinta-feira (22) e, por conta disso, algumas faculdades decidiram suspender as aulas do período noturno.

A previsão é que a paralisação, de 24h, termine às 7h de sexta-feira (23). O movimento ocorre em decorrência de uma dívida de R\$ 15 milhões que a Ufba tem com a MAP, empresa terceirizada que presta serviço de segurança e que conta com cerca de 400 vigilantes.

A paralisação foi decidida em assembleia geral da categoria realizada na manhã desta quinta.

Entre as unidades da Ufba que suspenderam as aulas no período noturno estão o Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC/Ufba), a Escola Politécnica, o Instituto de Química, a Faculdade de Direito e o Instituto de Biologia.

Em maio, os seguranças também paralisaram as atividades pelo mesmo motivo.

O Grupo MAP disse, na ocasião, que os repasses da universidade estavam atrasados havia seis meses, mesmo antes do anúncio do bloqueio de verbas da instituição pelo governo federal.

Por conta da situação, o Grupo MAP disse que os cerca de 400 vigilantes da empresa que atuam na Ufba estavam de aviso prévio e poderiam ser demitidos a qualquer momento, caso não houvesse normalização dos repasses.

Por meio de nota divulgada nesta quinta (22), a Universidade Federal da Bahia (Ufba) informou que "reconhece o direito a manifestação dos profissionais da vigilância e

mantém diálogo com a MAP – na busca de alternativas para reduzir as pendências financeiras com a empresa – e também com o sindicato da categoria".

A instituição disse que a administração, visando a segurança da sua comunidade, solicitou que, durante a paralisação, fosse mantido os 30% da equipe, conforme prevê a legislação pertinente.

Além disso, a Ufba disse que a Polícia Militar foi alertada e está reforçando a ronda no entorno dos campi.

"A grave situação orçamentária atravessada pela universidade, produto da defasagem da dotação acumulada nos últimos cinco anos, do contingenciamento de recursos e do bloqueio de 30% de seu orçamento pelo Ministério da Educação, afeta diretamente a vida dos membros de sua comunidade, entre eles os trabalhadores terceirizados", diz trecho da nota divulgada pela Ufba.

A instituição informou, ainda, que esse quadro "vem impedindo a instituição de manter em dia pagamentos a seus fornecedores, situação que a Reitoria tem buscado solucionar através de sucessivas tentativas de diálogo com o Ministério".

Bloqueio de verbas

Também em maio, a Ufba anunciou que o Ministério da Educação havia bloqueado mais de R\$ 50 milhões do seu orçamento.

A universidade informou que somente dos recursos para custeio, a verba bloqueada chegou a R\$ 49.703.394. O dinheiro do custeio é destinado ao pagamento de contas como água luz, telefone, internet, limpeza e vigilância. Já dos recursos para investimento, a verba bloqueada chegou a R\$ 6.203.047.

Segundo o MEC, "o bloqueio preventivo incide sobre os recursos do segundo semestre para que nenhuma obra ou ação seja conduzida sem que haja previsão real de disponibilidade financeira para que sejam concluídas".

O Ministério ainda disse, na ocasião, que a Ufba teve R\$ 50.404.206 bloqueados, e tem R\$ 199 milhões previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA). Segundo o o ministério, desse valor, 40% foram liberados no início do ano, para custear despesas até junho.

O MEC ainda disse que Universidade Federal da Bahia não usou os recursos já liberados para investimento e tem ainda R\$ 665.337 disponíveis para utilizar até junho. Já em custeio, de acordo com o Ministério da Educação, a unidade "tem disponíveis R\$ 42 milhões para gastar até o próximo mês".

Atualmente, a Ufba tem 40 mil alunos, divididos entre os três campi da instituição, em Salvador, Camaçari, na região metropolitana, e Vitória da Conquista, no sudoeste do estado. A universidade oferece 105 cursos de graduação e 136 de pós-graduação (54 doutorados e 82 mestrados).

A instituição é a 1ª do Nordeste, a 10ª brasileira e a 30ª da América Latina no ranking Times Higher Education (THE), da revista inglesa Times, que avalia 1.250

universidades de 36 países. Apenas 15 brasileiras estão entre as mil melhores do mundo, e 36 entre as 1.100.

Além da Ufba, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Ufrb), a Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob) e a Universidade Federal do Sudoeste da Bahia (Ufsb) também relataram cortes orçamentários, que chegam a cerca R\$ 40 milhões.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Arqueólogos da UFMG que descobriram tumba no Egito temem que pesquisa seja paralisada por falta de verbas

Crise na Fapemig e no CNPq prejudica o retorno dos cientistas ao país. Sete múmias foram encontradas na tumba inexplorada.

“Nós não sabemos mais o que fazer”, disse o professor José Roberto Pellini, do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sobre a possibilidade de paralisação de pesquisa que descobriu uma tumba inexplorada no Egito.

O projeto havia conseguido uma bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) para três anos de estudos. Porém, segundo o professor, o dinheiro não apareceu.

Cientista da UFMG, vencedora de prêmio internacional apoiado pela Unesco, pensa em sair do país por ameaça de cortes do CNPq

Possível corte de bolsas do CNPq ameaça pesquisa da UFMG de combate ao vírus da dengue

Não vai ter dinheiro nem para material de laboratório, diz cientista da UFMG sobre possível corte nas bolsas do CNPq

“Dois dos nossos alunos tinham bolsa da Fapemig também, mas estão trabalhando sem ela. Sem o dinheiro, não há como bancar passagens, hospedagem e alimentação. Pode mesmo inviabilizar a pesquisa”, disse o Pellini. Além disso, segundo ele, uma série de reconstruções em 3D, projetos de realidade aumentada e novas tecnologias ligadas ao projeto podem não acontecer.

A Fapemig suspendeu parte dos recursos em fevereiro por causa da crise financeira do estado. Só a UFMG perdeu R\$ 2,5 milhões destinados a bolsas de iniciação científica e cerca de R\$ 13 milhões para projetos liderados por professores.

Outra questão envolve o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O projeto foi considerado não prioritário pela entidade.

“Acreditamos que seja por falta de verba. A pesquisa estava estimada em R\$ 119 mil e eles recomendaram que o valor fosse reduzido para R\$ 60 mil. Mas este dinheiro não vai mais sair, né”, contou o pesquisador.

O CNPq anunciou, no dia 15 de agosto, que suspendeu a assinatura de novos contratos de bolsas de estudo e pesquisa. O Ministério da Ciência e Tecnologia também admitiu que há risco de que as bolsas fiquem sem pagamento no mês que vem.

A tumba encontrada pela expedição, que reúne seis professores e dois alunos da UFMG fica na cidade de Luxor, no Egito. O espaço foi encontrado abaixo da Tebana 123, mausoléu que já estava sendo estudado pelo grupo.

“Foi uma surpresa. Essa nova tumba foi construída 600 anos depois da que a gente estava explorando. A gente desconfia que ela pertença ao chamado Terceiro Período Intermediário, ainda época dos faraós, mas um período mais simples”, disse o professor Pellini na época da descoberta.

Sete indivíduos mumificados foram encontrados no local em cestos de vime. Os arqueólogos acreditam que todos sejam da mesma família.

“Há a expectativa de uma nova viagem ao Egito em dezembro. Sairíamos no dia 10 de dezembro para uma expedição de 50 dias com o objetivo de trabalhar nesta nova tumba. Dois alunos de graduação iriam conosco. Mas agora o que temos mesmo é incerteza”, disse o professor.

Em nota, a Fapemig informou que “o estado de Minas Gerais vem enfrentando severa crise fiscal, com decretação de calamidade financeira. Esta realidade tem afetado diretamente a capacidade da FAPEMIG de honrar com os compromissos assumidos junto a seus parceiros e beneficiários”.

CNPq

Sem resposta do governo federal sobre a garantia de abertura de crédito suplementar para cobrir o déficit do orçamento de 2019, o CNPq anunciou no dia 15 de agosto que suspendeu a assinatura de novos contratos de bolsas de estudo e pesquisa.

A recomposição, segundo informou o órgão ao G1, se refere ao crédito suplementar de R\$ 330 milhões. Quem abre o crédito é o Ministério da Economia, mas, de acordo com o conselho, até a tarde desta quinta, a pasta não havia dado garantias de que liberaria o reforço orçamentário.

Ao G1, o Ministério da Economia afirmou que o pedido de crédito suplementar para o CNPq, feito em 1º de março e referendado em votação no Congresso Nacional em 11 de junho, ainda "permanece em análise na JEO [a Junta de Execução Orçamentária], sem prazo para decidir sobre o pleito."

Esse recurso é necessário para cobrir o déficit previsto pelo CNPq desde o ano passado, quando a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 foi aprovada, para as bolsas.

No dia 16 de agosto, o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes afirmou que há risco de que as bolsas do CNPq fiquem sem pagamento em setembro. Segundo ele, a liberação de recursos está na "mão da Economia e também da Casa Civil".

topo ↕

O PARANÁ - PR - TEMPO REAL

Pesquisadores descobrem novas espécies de insetos no PNI

Descoberta aconteceu durante pesquisa para fazer um inventário faunístico das esperanças

Uma publicação na revista internacional Zootaxa documenta a descoberta de três novas espécies do inseto conhecido como esperança, no PNI (Parque Nacional do Iguçu). A

descrição das espécies é o resultado da pesquisa do biólogo Marcos Fianco, mestre em Biodiversidade Neotropical pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. O trabalho foi orientado pelo professor Luiz Roberto Ribeiro Faria Junior.

Durante as pesquisas para a dissertação de mestrado, Fianco se propôs a fazer um inventário de todas as espécies de esperanças que habitam no Parque e descrever o canto de cada uma delas. No total, foram encontradas 83 espécies, entre elas, mais de dez ainda desconhecidas pela ciência. “O resultado revelou o PNI como o detentor da segunda maior fauna local da América do Sul para o grupo, e isso reforça ainda mais a importância do Parque para a preservação ambiental”, salienta Fianco.

Com a publicação, três novas espécies já são reconhecidas oficialmente pela ciência. Mas, em breve, após a publicação de outros artigos, outras espécies da região, descobertas pelo pesquisador e seus orientadores, também serão apresentadas.

Marcos Fianco defendeu a dissertação de mestrado no fim de julho
Nomes

O nome das espécies recém-descobertas homenageia a cultura indígena local. A *Xenicola taroba* lembra o guerreiro Tarobá, da lenda das Cataratas. A *Xenicola xukrixi* foi batizada assim por ser uma espécie de pernas longas. *Xukrixi* significa aranha pequena em caingangues. E a *Anisophya una*, única espécie de coloração preta do seu gênero, tem em seu nome a palavra *una*, que significa preto em guarani e *única* em latim.

O canto das esperanças

Para conseguir fazer o inventário faunístico das esperanças, o pesquisador passou, durante um ano, quase 40 dias morando no Parque Nacional do Iguaçu. O levantamento foi feito em várias áreas do Parque, nos municípios de Foz do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Céu Azul e Santa Tereza do Oeste.

“A cada expedição de campo, eu ficava de dois a cinco dias alojado no PNI. As coletas eram feitas principalmente à noite, com o auxílio de um puçá, um tipo de armadilha feita com redes”, explica Marcos Fianco, que recebeu bolsa da **Capes** para realizar a pesquisa.

Depois da coleta, os insetos foram levados para os laboratórios da Unila, onde o mestrando gravou o canto e analisou a morfologia das esperanças.

Hoje, a coleção de esperanças coletadas está em caixas entomológicas no acervo do Laboratório de Biodiversidade da Unila e será compartilhada com outras coleções científicas, como a da UFPR e a do Museu Nacional.

Durante a pesquisa, Fianco gravou mais de 150 horas de cantos de distintas espécies de esperanças, que foram descritos, de forma técnica, na dissertação. Ele explica que o canto é, na verdade, um som produzido pelos machos ao friccionar as asas, com o objetivo de atrair parceiras.

“O canto é uma das características que diferenciam as espécies do inseto. A *Xenicola xukrixi*, por exemplo, estridula (canta) a uma frequência de 73 kilohertz (kHz), altíssima

para o grupo e mais de três vezes superior à acuidade do ouvido humano. Usamos um gravador específico que consegue detectar sons ultrassônicos”, ressalta.

A importância do levantamento faunístico

A pesquisa serve de pontapé inicial para que novos estudos sobre as esperanças sejam desenvolvidos. “Essa é considerada uma pesquisa alfa. Então ela pode levar a novas pesquisas nas diversas áreas do conhecimento. E isso é muito positivo, porque hoje, no Brasil, não há pesquisadores que estudem especificamente as esperanças. Temos alguns especialistas em ortópteros, mas focados em grilos e gafanhotos. Então, o campo de pesquisa ainda é muito grande”, afirma o mestre em Biodiversidade Marcos Fianco.

Natural de Pato Branco, Fianco defendeu a dissertação na Unila no fim do mês de julho. A descrição científica das novas espécies foi realizada com o pesquisador Holger Braun, da Divisão de Entomologia do Museu de La Plata (Argentina) e especialista em esperanças.

Professor do mestrado e orientador do trabalho, Luiz Roberto Ribeiro Faria Junior lembra que as pesquisas que descrevem a biodiversidade são uma etapa fundamental para ampliar o conhecimento e destacar a importância das áreas naturais. “Essa pesquisa só reforça o quanto o Parque Nacional do Iguaçu é absurdamente rico e diverso. É uma área essencial para manter a biodiversidade da região e da Floresta Atlântica de interior. Nós nos surpreendemos em descobrir a quantidade de espécies de esperanças que temos no Parque. Uma informação que ainda era desconhecida, já que nunca tinha sido realizado um levantamento desse tipo”, disse.

O docente lembra que o mestrado em Biodiversidade Neotropical da Unila está desenvolvendo pesquisas sobre vários outros grupos, como algas, sapos, abelhas e moscas. “Uma das coisas com que mais podemos contribuir é fornecer essas informações básicas sobre a biodiversidade da região. A qualidade da informação na biologia está relacionada à identificação bem feita das espécies. A partir desses dados, conseguimos trabalhar várias perguntas ecológicas e evolutivas”.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

PF começa a investigar suspeitas de ataque cibernético no MEC

A Polícia Federal começou a apurar a suspeita de sabotagem em sistemas do Ministério da Educação (MEC). No dia 8 de agosto, o titular da pasta, Abraham Weintraub, denunciou que os portais do órgão vinham sofrendo ataques cibernéticos e que tais episódios estariam prejudicando alguns serviços.

Segundo o MEC, três peritos visitaram a sede da pasta, em Brasília, onde verificaram a estrutura de informática. Eles checaram a sala cofre, onde estão servidores e outros equipamentos dos sistemas informáticos da pasta. Eles levaram informações para avaliação de modo a tentar identificar se os ataques ocorreram e, na hipótese positiva, as causas.

A investigação da Polícia Federal foi solicitada pelo próprio MEC. A página do ministério é o principal canal de acesso a diversos produtos da pasta por estudantes. É o caso do Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). É por meio dela que os candidatos podem se inscrever e obter informações sobre prazos e seleção, por exemplo.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

MEC capacita professores e gestores sobre nova base curricular Base Nacional Comum Curricular será aplicada a partir de 2020

Trezentos professores e gestores de 14 estados, como Amapá, Bahia e Paraná, participaram nesta quinta-feira, em Brasília, do Encontro Formativo do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O objetivo do encontro, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), é que os profissionais aprendam ferramentas que possam contribuir para a implementação da base curricular no país a partir de 2020.

Segundo o MEC, a ideia é que eles formem equipes regionais, municipais e nas escolas que ofereçam informações sobre os novos currículos e também ajudem na reelaboração de projetos político-pedagógicos das escolas. A BNCC deve nortear os currículos das redes de ensino público e privada de estados e municípios em todo o Brasil.

Para o secretário de Educação Básica, Janio Macedo, os professores são peças-chave para garantir a efetividade da BNCC. “Eles vão ser responsáveis por colaborar para a formação dos professores para aqueles estados e pela formação do seu projeto, que vai nortear toda a educação nos próximos anos”, disse.

A previsão do ministério é que, na próxima semana, cerca de 300 professores e gestores de 13 estados participem do treinamento – dessa vez, em São Paulo.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

EaD ganha cenário mais significativo na Educação Superior

Após anos seguidos ganhando relevância em números, a Educação Superior a Distância (EaD) no Brasil começa a buscar um posicionamento de mercado que passa a diferenciá-la da Educação Superior Presencial. Com o crescimento exponencial das matrículas - saltaram de 60 mil em 2014 para 1,5 milhão ano passado -, cresceu também o número de Instituições de Ensino Superior credenciadas e de polos para atendê-las. Um movimento que criou um ecossistema que necessita de controle e de avaliação diferenciadas.

Apesar de ser um mercado tão regulado quanto a presencial, a EaD tem características peculiares, mais modernas e atuais. E, por, ser voltada ao atendimento do aluno como cliente, demanda indicadores que vão além do ENADE e do MEC.

Os gestores mais ortodoxos dos segmentos de negócios mais variados defendem que o segmento não pode ser medido ou avaliado e nem sequer ter valor de mercado. Mas eis que surge um ranking privado que decorre de uma iniciativa de empresas associadas a EaD no Brasil. O EAD Ranking é resultado de uma parceria entre o Canvas, a Rede Rankintacs, a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), a Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento (ABTD) e o Grupo Gestão RH.

Como, todos os rankings, este também pode ser alvo de críticas. Por exemplo, este conta com um fornecedor de plataforma participando da indicação dos melhores cursos. Contudo, é preciso se perguntar: quem melhor do que especialistas em ambiente EaD para avaliar a usabilidade dos conteúdos desenvolvidos e publicados? Quem melhor do que uma empresa de outplacement para indicar quais temas e conteúdos atendem o

escasso e competitivo mercado de trabalho.

A pontuação que ranqueia os cursos leva em conta a popularidade do programa para os empregadores; avaliação feita por tutores, que são os professores online e coordenadores de diversas instituições; além de efetividade dos recursos tecnológicos utilizados no programa, e a relação de número de alunos por tutor.

Foram avaliados centenas de programas, desde qualificações profissionais como Assistente Administrativo do Sistema S, até graduações como o curso de Licenciatura em Letras da Uninassau com sede em Pernambuco; e o grande campeão na classificação geral, a pós-graduação em Gestão Pública da FECAP, com sede em SP.

É uma avaliação, porém, que segue o exemplo de outros rankings que existem na Educação Superior, como o do Guia do Estudante da Abril Educação. Ele dá estrelas para os cursos que têm seus questionários preenchidos pelas próprias instituições e as avaliações não checam se o que está escrito é real, ou seja, não leva em conta a experiência de uso. No entanto, no EAD o que vale é a experiência de uso. Um aluno desconfortável na plataforma, sem atividades motivadoras e sem ver valor agregado ao seu programa, seja de graduação, pós-graduação ou extensão, vai evadir.

Críticas à parte, é preciso observar que o mais importante nos rankings é a luz que traz ao segmento que classifica, dando visões, trazendo leituras e interpretações, permitindo que os candidatos avaliem e escolham seus cursos. O mercado já demonstra que a EaD é o caminho. Agora é possível perceber as melhores opções.

Cesar Silva é presidente da Fundação FAT (Fundação de apoio à Tecnologia)

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

PF visita MEC em investigação sobre suspeitas de ataque cibernético

A Polícia Federal começou a apurar a suspeita de sabotagem em sistemas do Ministério da Educação (MEC). No dia 8 de agosto, o titular da pasta, Abraham Weintraub, denunciou que os portais do órgão vinham sofrendo ataques cibernéticos e que tais episódios estariam prejudicando alguns serviços.

Segundo o MEC, três peritos visitaram a sede da pasta, em Brasília, onde verificaram a estrutura de informática. Eles checaram a sala cofre, onde estão servidores e outros equipamentos dos sistemas informáticos da pasta. Eles levaram informações para avaliação de modo a tentar identificar se os ataques ocorreram e, na hipótese positiva, as causas.

A investigação da PF foi solicitada pelo próprio MEC. A página do ministério é o principal canal de acesso a diversos produtos da pasta por estudantes. É o caso do Prouni (Programa Universidade para Todos) e o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil). É por meio dela que os candidatos podem se inscrever e obter informações sobre prazos e seleção, por exemplo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Tucana quer que universidades de SP mostrem pesquisas dos últimos 8 anos

A deputada estadual Carla Morando (PSDB-SP) quer que USP (Universidade de São Paulo), Unesp (Universidade Estadual Paulista) e Unicamp (Universidade Estadual de

Campinas) apresentem um relatório detalhado sobre todas as pesquisas realizadas pelas universidades, com verbas provenientes das instituições, nos últimos oito anos.

O requerimento foi apresentado à CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) que investiga a gestão das universidades públicas.

Nele, a parlamentar tucana pede que cada uma das universidades apresente uma listagem, em formato de Excel, que especifique pontos como:

O valor gasto pela universidade e por terceiros com cada trabalho, de forma discriminada;

A prestação de contas dos valores recebidos;

Qual foi o resultado e o benefício de cada pesquisa para a universidade e para a sociedade;

Em caso de desenvolvimento de marca ou patente decorrente de pesquisa, quem se tornou o autor desse direito;

Nas pesquisas em que houve aquisição de bens, quem ficou com a propriedade desses bens.

Para valer, o pedido precisa ser aprovado pelos demais parlamentares membros da CPI. O tema estava previsto na pauta da última reunião da comissão, que seria realizada na quarta-feira (21), mas foi cancelada.

Vice-presidente da CPI, a deputada informa, em sua página no site da Alesp, que atua nas áreas de "corte de gastos públicos" e "corte de privilégios".

Ao UOL, a deputada informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que fez o pedido porque a pesquisa é um dos temas a que ela se dedica para a elaboração de um sub-relatório da CPI. "Só conseguirei entender o processo com os esclarecimentos fornecidos pelas universidades", diz em nota.

Ela nega que a iniciativa seja uma forma de vigilância ou perseguição à pesquisa. "Como deputada estadual, sigo meu papel de fiscalizar o uso do dinheiro público", diz ela, que afirma ser necessário saber como o dinheiro do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que tem uma parcela destinada para o financiamento das universidades estaduais paulistas, vem sendo utilizado.

Morando diz ainda que seu requerimento foi "mal interpretado". "Solicitamos apenas as pesquisas que são custeadas exclusivamente pelas universidades, sem a verba de terceiros", diz. "A medida visa compreender como as instituições realizam tal procedimento."

Pesquisadores negam falta de transparência

Marcelo Knobel, reitor da Unicamp, diz não entender os motivos pelos quais a deputada fez o requerimento. "Não acredito que falte transparência na pesquisa pública universitária", diz.

"As universidades já fazem essa prestação de contas", concorda Helena Nader, professora da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) e vice-presidente da ABC

(Academia Brasileira de Ciências).

"Todo financiamento envolve dizer onde o dinheiro foi usado. [É preciso] apresentar todas as notas fiscais e dar o produto", afirma. Ela classifica o pedido como fruto de uma "guerra contra as universidades".

Nelson Cardoso Amaral, professor da UFG (Universidade Federal de Goiás) e especialista em financiamento educacional, explica que as pesquisas costumam ser realizadas com financiamento externo --no caso do estado de São Paulo, por meio de agências de fomento como Fapesp, Finep, **Capes** e CNPq.

"Todas essas associações e instituições têm comitês de avaliações de projetos. Ou seja, é todo um processo que envolve muitos componentes de avaliação e prestação de contas", afirma.

No caso da Unicamp, Knobel diz que a maior parte das pesquisas é fomentada por essas agências externas. "Internamente, temos uma agência suplementar de pesquisa, que oferece recursos extras para pesquisas já aprovadas em outros órgãos", diz.

Ele afirma que as próprias universidades possuem órgãos de controle e passam regularmente por avaliações. Segundo ele, tanto os relatórios de transparência como os resultados das pesquisas já são públicos.

"Basta qualquer pessoa entrar no nosso site, no próprio Google, no site da Fapesp, nos currículos Lattes, em qualquer portal relacionado com pesquisa, que esses resultados estão públicos", afirma o reitor.

No texto enviado ao UOL, a deputada diz que não discorda dos atuais procedimentos e controles de transparência por que passam as universidades.

"O nosso objetivo não é penalizar os professores e pesquisadores, buscamos apenas entender como o dinheiro público está sendo utilizado pelas três universidades e se é possível otimizá-los."

Volume de pesquisas

Realizar um levantamento detalhado como esse, diz Knobel, seria "bastante difícil" --apesar de a Unicamp, segundo ele, dispor de condições para reunir essas informações.

Dados da base internacional Web of Science apontam que, em 2018, a Unicamp tinha 4.981 publicações indexadas na plataforma. Em 2017, o número era de 4.547 publicações. Também em 2018, segundo a reitoria, a Unicamp detinha 71 patentes nacionais.

Procurada pelo UOL, a reitoria da USP informou que, em 2018, foram defendidos na instituição quase 6.000 trabalhos, que incluem pesquisas de mestrado e doutorado. Segundo a universidade, há ainda pesquisas que são desenvolvidas pelos docentes e outros pesquisadores. Um levantamento completo, segundo a instituição, levaria "dias".

Como exemplos de pesquisas realizadas na universidade, a USP cita um estudo que possibilitou o registro de uma patente de uma técnica que pode substituir conservantes e

uma pesquisa que indica potencial de geração de energia do biogás.

Já a Unicamp cita um estudo sobre uma partícula feita de amido de milho e óleo de tomilho no combate a larvas do *Aedes aegypti* e uma pesquisa sobre um extrato de jabuticaba na prevenção de doenças como a inflamação da próstata.

A Unesp informou que há mais de 93 mil publicações documentadas entre 2010 e 2019 no repositório da universidade. A instituição destacou como exemplo a pesquisa que resultou no soro contra picadas de abelhas.

A Unesp também disse no comunicado que todos os dados solicitados pela CPI "estão sendo fornecidos dentro do prazo estipulado, com a maior transparência possível".

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC troca pela 4ª vez e nomeia general para chefiar órgão que cuida do Enem

O ministério da Educação confirmou hoje que o general da reserva Carlos Roberto Pinto de Souza vai comandar a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), órgão responsável pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). É a quarta indicação para o posto desde que o governo de Jair Bolsonaro (PSL) foi empossado, há pouco mais de oito meses. Entre outras atribuições, o cargo de Souza trata de avaliações da educação básica brasileira dentro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Sem experiência no setor, o general é doutor em Altos Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército e mestre Estratégia pelo Command and General Staff College (USArmy), universidade para oficiais do Exército dos Estados Unidos, conforme exposto na plataforma Lattes. A indicação de Souza foi confirmada pelo UOL com o MEC e a nomeação no Diário Oficial deve ocorrer nos próximos dias.

Antes do militar, passaram pelo cargo o economista Murilo Resende Ferreira, defensor do projeto Escola Sem Partido e crítico do que classifica como "ideologia de gênero." Ferreira chegou a afirmar que os professores brasileiros são "manipuladores" e que não querem "estudar de verdade". As declarações foram feitas em 2016, durante audiência pública do MPF-GO (Ministério Público Federal). Ele permaneceu por um dia no cargo e foi exonerado.

Outro economista, Paulo César Teixeira, substituiu Resende e ficou cerca de um mês no cargo. A Daeb passou então a ser chefiada por Francisco Garonce, que foi exonerado após um episódio de violação do protocolo de segurança do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja), avaliação que possibilita que jovens e adultos que não concluíram o ensino médio e fundamental obtenham certificado escolar.

O MEC, institucionalmente, afirmou que a demissão de Garonce fez parte de uma troca de diretores e coordenadores após a chegada de Jair Bolsonaro na Presidência. O jornal Estado de S. Paulo publicou, no entanto, que ele teria sido um dos envolvidos na quebra de protocolo de segurança do Enceja.

"Bolsonaro não lerá Enem"

O presidente já proferiu críticas em relação ao Enem e, no ano passado, pouco depois de

ser eleito, deu a entender que iria interferir no conteúdo da prova. "Ninguém quer acabar com o Enem, mas tem que cobrar ali o que realmente tem a ver com a história e cultura do Brasil, não com uma questão específica LGBT", disse, atacando uma questão do exame de 2018 que tratava do "dialeto secreto" utilizado por gays e travestis.

O tom após a posse mudou. Em julho, Abraham Weintraub, ministro da Educação, afirmou que Bolsonaro "não leu e não lerá" a prova do Enem deste ano. "Salvo uma coisa totalmente fora do script, eu não consigo imaginar [que ele leria]. O presidente está com uma agenda tão atribulada, por que ele vai parar para ler a prova? Ele não leu, e não lerá", afirmou o ministro.

Na mesma entrevista, todavia, Weintraub disse que o governo passou uma orientação para que qualquer conduta "ideológica" na elaboração das provas seja eliminada. "As pessoas que não performarem adequadamente serão desligadas [da pasta]", completou o ministro.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Um terço do que governo quer remanejar são cortes da educação

É verdade que o governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) propôs ao Congresso o remanejamento de R\$ 3 bilhões no Orçamento, em meio às negociações para a aprovação da reforma da Previdência na Câmara. Quase um terço desse valor sairia do Ministério da Educação (MEC). As alegações estão em postagens compartilhadas na internet.

Essas mesmas postagens, no entanto, tratam de forma enganosa a destinação dos recursos remanejados. Elas afirmam que o presidente Jair Bolsonaro distribuiu R\$ 3 bilhões para "comprar" votos de parlamentares para aprovação da reforma da Previdência.

O Comprova apurou, no entanto, que não é possível dizer que esses recursos foram usados para "comprar" parlamentares. É possível afirmar, por outro lado, que o remanejamento proposto pelo governo destina parte dos R\$ 3 bilhões para aumentar as verbas de cinco ações incluídas no Orçamento integralmente por emendas parlamentares - elas receberiam R\$ 1,77 bilhão.

O projeto ainda precisa ser aprovado pelo Congresso.

Esta verificação do Comprova investigou as informações que constam de postagens nas páginas Esquerda Diário e A Casa de Vidro no Facebook. Ambas compartilham um artigo do site Esquerda Diário cujo conteúdo também foi verificado pelo Comprova.

Como verificamos

Para verificar este artigo, o Comprova analisou a íntegra do projeto de lei publicado pelo Governo Federal, onde estão previstos os remanejamentos no Orçamento de 2019.

Analisamos para quais órgãos e programas o PL prevê aumentar os recursos e para quais ele pretende diminuí-los. O Comprova também entrou em contato com o Ministério da Educação e com o Ministério da Economia.

Além disso, analisamos, por meio do portal SIGA Brasil, do Senado, os dados da elaboração da Lei de Orçamento Anual (LOA) de 2019 e vimos como cada um desses

programas foi incluído no Orçamento deste ano - se foi iniciativa do Executivo, do Legislativo ou de ambos. Isso porque ambos os poderes podem incluir despesas no Orçamento.

Para entender o papel das emendas parlamentares entrevistamos os cientistas políticos Lara Mesquita e Vitor Oliveira. Sobre as regras orçamentárias, entrevistamos a professora de finanças públicas e orçamento público Ursula Dias Peres, da USP. Sobre o remanejamento e as emendas, contatamos Gil Castello Branco, da ONG Contas Abertas. E sobre a dívida pública, questionamos a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado.

O conteúdo foi investigado por Nexo e Folha, e a investigação foi verificada por UOL, Estadão e Metro.

Você pode refazer o caminho da verificação do Comprova usando os links para consultar as fontes originais ou visualizar a documentação que reunimos.

O remanejamento do Orçamento

As postagens verificadas remetem a texto do site Esquerda Diário que afirma que "R\$ 3 bilhões em emendas parlamentares foram distribuídos na véspera da votação do segundo turno da Reforma da Previdência. Quase 1/3 desse valor saiu dos cortes na educação".

O artigo do Esquerda Diário se baseia em texto da Folha que mostra que quase um terço das verbas canceladas provém do Ministério da Educação (MEC). Ao todo, o MEC perde o saldo de R\$ 926 milhões. Isso porque, conforme consta no PL, o órgão teria tanto cortes em algumas de suas ações no valor de R\$ 1,16 bilhão quanto suplementação no valor de R\$ 230 milhões.

No entanto, as postagens viralizadas aumentam o teor do texto ao afirmar que "R\$ 3 bilhões em emendas parlamentares foram distribuídos" pelo governo de Jair Bolsonaro.

A reportagem da Folha não é taxativa em relação ao valor do remanejamento que seria destinado a atender interesses de parlamentares. O texto afirma que, "segundo interlocutores de Palácio do Planalto, R\$ 2 bilhões são para atender a pleitos de parlamentares e R\$ 1 bilhão se destina a ações do Ministério da Defesa."

O texto do Esquerda Diário ainda diz que reforma se trata de "cortar gastos públicos para liberar mais recursos aos donos da dívida pública".

O projeto de lei (PLN 18/2019), que ainda está em tramitação no Congresso, prevê o remanejamento de R\$ 3 bilhões do Orçamento de 2019. O projeto foi encaminhado pelo Executivo na terça-feira (6) e publicado no dia seguinte, datas em que a Câmara dos Deputados realizava a votação em segundo turno do texto-base da reforma da Previdência.

Em nota, a assessoria do MEC afirmou que o valor cancelado abrange todas as unidades do Ministério e diversos de seus programas. Sozinha uma ação do MEC relativa ao funcionamento de instituições de ensino superior, por exemplo, perderia quase R\$ 175 milhões.

Depois do MEC, o órgão que sofre maior corte é o Ministério da Infraestrutura. Se aprovada a redação do Executivo, ele perderia R\$ 757 milhões.

Os órgãos que teriam aumentos mais significativos são, em ordem decrescente, o Ministério da Defesa, o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento.

Entre as ações do Ministério da Defesa que teriam aumento de verba, se aprovado o remanejamento, estão a construção de submarino de propulsão nuclear (R\$ 152 milhões) e aquisição de cargueiro militar (R\$ 148 milhões).

Remanejamentos no Orçamento são parte da rotina orçamentária de qualquer governo. No entanto, a escolha de quais áreas ganham ou perdem recursos depende das prioridades do Executivo.

"Há uma escolha do governo, há determinação política dentro da regra técnica [do Orçamento]. A situação financeira está complicada, mas o governo escolheu cortar do MEC e colocar na Defesa", afirmou a professora de finanças públicas e orçamento público da USP Ursula Dias Peres.

Emendas 2

Apesar de ser possível identificar no projeto de lei de onde o governo pretende cortar verbas e para onde pretende destiná-las, não é possível afirmar com certeza quanto desse dinheiro será remanejado devido a acordos com parlamentares.

Anualmente, Planalto e Congresso em conjunto definem a Lei Orçamentária Anual (LOA), que prevê receitas e despesas para o ano seguinte. O remanejamento é uma das formas previstas em lei para alterar o que está autorizado na LOA.

Deputados e senadores podem modificar o que está definido no projeto do Executivo por meio de emendas parlamentares. Dessa forma, é possível direcionar parcela do Orçamento para cumprir compromissos políticos assumidos pelos parlamentares em seus redutos eleitorais.

O Comprova verificou que tanto as ações que serão cortadas quanto as que receberão verba possuíam emendas parlamentares no Orçamento de 2019 (aprovado em dezembro de 2018).

Do montante que o governo pretende remanejar agora, 58% (R\$ 1,77 bilhão) vão para cinco ações que foram incluídas no Orçamento integralmente por emendas.

Das cinco ações mencionadas, duas são do Ministério da Saúde (R\$ 700 milhões), duas do Ministério do Desenvolvimento Regional (R\$ 670 milhões) e uma do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (R\$ 400 milhões).

Elas se referem a custeio de serviços de atenção básica em saúde e assistência hospitalar, além de projetos de desenvolvimento sustentável, de desenvolvimento urbano e de fomento ao setor agropecuário.

Se não fossem pelas emendas parlamentares, essas ações não estariam no Orçamento de

2019, pois elas não estavam previstas no projeto de lei enviado pelo Executivo para o Congresso.

Já do montante total que será cancelado, 40% correspondem a ações integralmente de emendas. Esses dados foram obtidos a partir do SIGA Brasil, sistema com dados orçamentários disponibilizado pelo Senado.

Questionado se os valores remanejados se destinam ao pagamento de emendas parlamentares, o Ministério da Economia não respondeu. Em nota, a assessoria do órgão afirmou que, no PL, "todas as programações suplementadas e canceladas podem ser consultadas". No entanto, não consta no documento se os valores de destinam ao pagamento de emendas.

Segundo Gil Castello Branco, da ONG Contas Abertas, o que o governo pode fazer por meio de remanejamentos é destinar verbas para pleitos de parlamentares. E, por isso, não há como saber o que é pleito de parlamentar porque não se trata de uma emenda formal, mas de um remanejamento de recursos. "Vamos saber do que se trata nessa dotação [valor autorizado no Orçamento], mas não se é de algum parlamentar. Desta vez não é formal, vai ao ministério pedir, mas ninguém sabe quem pediu o quê."

Além disso, esse dinheiro não é distribuído aos parlamentares, como as postagens fazem crer. Ele é remanejado para aumentar os recursos de parte das ações previstas no Orçamento. E, em contrapartida, outras ações do Orçamento devem ter valor equivalente cancelado.

Emendas 1

O texto final do Orçamento de 2019 foi aprovado, em dezembro de 2018, com o total de despesas previstas de R\$ 3,4 trilhões e R\$ 19,2 bilhões em emendas parlamentares.

Das despesas então aprovadas, 95,4% foram para ações que tiveram suas verbas inteiramente incluídas no Orçamento pelo Executivo. As ações integralmente incluídas por emendas parlamentares, por sua vez, representaram 0,3% do valor total.

Em nota, o MEC afirmou que "a suplementação orçamentária não garante o descontingenciamento de recursos, o qual depende da liberação de limites orçamentários estabelecidos por meio do decreto de programação orçamentária e financeira para 2019". Apesar dos cortes em seu orçamento, o órgão também teve R\$ 230 milhões de suplementação.

Mesmo depois de aprovadas no Orçamento ou com o remanejamento autorizado pelo Congresso, não há garantia de quais ações serão de fato executadas. Para tanto é preciso que o governo libere o gasto desses valores por meio de decreto, só então o órgão correspondente pode executar o gasto.

As emendas parlamentares

A postagem do Esquerda Diário afirma que o governo "abriu de par em par os cofres públicos para comprar parlamentares", em referência ao uso político das emendas, quando usadas como barganha pelo Executivo. Apesar da conotação negativa que o termo pode sugerir, especialistas ouvidos pelo Comprova apontam que a prática de governos utilizarem emendas parlamentares para viabilizar projetos não é nova, nem

ilegal, nem negativa.

As emendas parlamentares são prerrogativas constitucionais de senadores e deputados federais. Foram criadas para que os recursos do país fossem melhor distribuídos, pulverizando parte do dinheiro público da União para fins específicos decididos pelos congressistas e beneficiando entidades, municípios ou mesmo bairros pelo Brasil. Alguns de seus destinos podem ser reparar estradas ou comprar ambulâncias, por exemplo.

Desde 2015, uma emenda constitucional definiu que o Executivo é obrigado a executar as emendas parlamentares individuais, atingindo pelo menos o montante de 1,2% da receita corrente líquida. No geral, esse valor é menor do que o valor total de emendas aprovadas na LOA. Isso implica que o Executivo tem discricionariedade para definir quais emendas vai executar.

A partir de 2020, também as emendas de bancadas passarão a ter um percentual mínimo a ser executado. A mudança foi aprovada em junho de 2019.

"Faz parte da natureza política trocar e negociar, em troca de que se chegue a um consenso", afirma Vitor Oliveira, cientista político e diretor da consultoria Pulso Público. "As emendas são ferramentas que a Presidência tem para mobilizar os parlamentares e resolver democraticamente problemas de ação coletiva, como a aprovação de uma matéria."

"As emendas têm uma função importante para o orçamento", também diz Lara Mesquita, cientista política e pesquisadora na Fundação Getúlio Vargas. Ela afirma que parlamentares têm mais conhecimento de realidades locais (em lugares em que o governo central não pode estar), portanto sabem que áreas em quais localidades precisam de mais recursos.

No entanto, pode-se questionar, diz Mesquita, os critérios utilizados pelo governo federal para a execução ou não de determinadas emendas.

Manoel Galdino, diretor da ONG Transparência Brasil, concorda. Para ele, negociações entre governo e Congresso são legítimas, mas o processo de liberação de emendas é feito sem transparência, e nem sempre os recursos liberados após acordos são os mais válidos e efetivos para o interesse público.

"Atualmente, o que decide quais emendas serão liberadas é a negociata política, o mero jogo para aprovar uma lei", diz. Para ele, antes das liberações deveria haver avaliações técnicas que considerassem as agendas do governo e Congresso, mas também respeitassem "o mínimo de viabilidade, da eficiência e impessoalidade" para o bom uso do dinheiro público.

Por outro lado, Oliveira lembra que, desde 2015, as emendas são mais difíceis de serem usadas como moeda de troca (ou para a "compra" de parlamentares, como diz o Esquerda Diário), pois a partir daquele ano sua execução passou a ser obrigatória.

A dívida pública

Ao criticar acordos recentes de emendas parlamentares com recursos da Educação, o

artigo do Esquerda Diário afirma que o suposto repasse do dinheiro do MEC para a aprovação da reforma da Previdência se trata de "cortar todos os gastos públicos [como das escolas e das aposentadorias] para liberar mais recursos aos donos da dívida pública".

A crítica à dívida pública aparece em outras publicações do site, que defende que o débito, de R\$ 3,8 trilhões em 2018, não deve ser pago. Uma postagem de 3 de maio de 2019, também sobre os cortes na Educação e a reforma da Previdência, afirma que a dívida pública é "ilegal, ilegítima e fraudulenta", que "enche o bolso dos banqueiros" e que só a abolição do pagamento "pode garantir um futuro digno à juventude e à classe trabalhadora".

Para Josué Pellegrini, consultor no Senado Federal e diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), que atua para ampliar a transparência nas contas públicas, a postagem mais recente do Esquerda Diário traz uma "visão equivocada" da dívida. "Chegar ao ponto em que o país não pudesse pagar a dívida e os credores não quisessem mais financiar o governo seria uma verdadeira tragédia econômica e do ponto de vista social", diz ele.

"Mesmo excluindo o pagamento de juros, o governo continua com um deficit enorme", Pellegrini aponta. Em 2018, o aumento da dívida da União chegou a 2,6% do valor do PIB. "Se por acaso os credores não quisessem mais financiar o governo, a União não teria como pagar o deficit [hoje coberto pelos empréstimos]. Haveria um ajuste fiscal gravíssimo."

A dívida pública da União equivale a todos os empréstimos contraídos pelo governo federal para financiar o deficit orçamentário (que inclui gastos para a oferta de serviços públicos e o refinanciamento da própria dívida), segundo definição do Tesouro Nacional. Por meio dos chamados títulos de dívida, a União capta recursos de terceiros quando suas despesas superam a receita disponível, assumindo o compromisso de devolver o valor com juros.

Atualmente, os três maiores financiadores da dívida pública são os fundos de investimentos (26,8%), fundos de Previdência (23,9%) e instituições financeiras (23,1%), mas o grupo inclui também não residentes, seguradoras e o próprio governo, segundo dados de junho de 2019 do Tesouro Nacional. A não ser pelos bancos, o valor que financia a dívida está dividido em componentes "dos quais estão por trás milhares de investidores", incluindo pessoas físicas, diz Pellegrini. Não há "donos", ele afirma, mas "todos somos detentores da dívida pública".

Emendas 3

Atualmente, a Previdência Social, com as contas deficitárias, está entre os principais responsáveis pelo crescimento acelerado da dívida, afirma Pellegrini. Isso porque o deficit da Previdência está entre os principais responsáveis pelo deficit da União. Como as contribuições previdenciárias não são suficientes para pagar as aposentadorias, o governo acaba recorrendo a outras fontes de recursos, emitindo os títulos públicos.

Emendas 4

Analistas apontam que a reforma da Previdência é essencial para o equilíbrio fiscal, a estabilidade e o crescimento da economia. Pellegrini acrescenta que a União seria

menos dependente da dívida pública (porque pagaria menos juros) se não chegasse a deficits primários tão altos, podendo inclusive aplicar recursos em outras áreas do governo.

Repercussão nas redes

O Comprova verifica conteúdos duvidosos sobre políticas públicas do governo federal que tenham grande potencial de viralização.

A publicação do Esquerda Diário sobre as emendas parlamentares e a reforma da Previdência foi divulgada na página do Facebook do site em 8 de agosto de 2019 e até o dia 21 do mesmo mês contava com mais de 6,4 mil compartilhamentos e 10 mil interações. A postagem foi também republicada pela página A Casa de Vidro, com 1,1 mil compartilhamentos até o dia 21. A ferramenta CrowdTangle, usada para análise de engajamento de posts nas redes sociais, indica que, além dessas, outras 18 páginas no Facebook e no Twitter repassaram o conteúdo e tiveram compartilhamentos.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC capacita professores e gestores sobre nova base curricular

Trezentos professores e gestores de 14 estados, como Amapá, Bahia e Paraná, participaram nesta quinta-feira, em Brasília, do Encontro Formativo do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O objetivo do encontro, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), é que os profissionais aprendam ferramentas que possam contribuir para a implementação da base curricular no país a partir de 2020.

Segundo o MEC, a ideia é que eles formem equipes regionais, municipais e nas escolas que ofereçam informações sobre os novos currículos e também ajudem na reelaboração de projetos político-pedagógicos das escolas. A BNCC deve nortear os currículos das redes de ensino público e privada de estados e municípios em todo o Brasil.

Para o secretário de Educação Básica, Janio Macedo, os professores são peças-chave para garantir a efetividade da BNCC. "Eles vão ser responsáveis por colaborar para a formação dos professores para aqueles estados e pela formação do seu projeto, que vai nortear toda a educação nos próximos anos", disse.

A previsão do ministério é que, na próxima semana, cerca de 300 professores e gestores de 13 estados participem do treinamento - dessa vez, em São Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Para professoras, alfabetização do MEC ignora realidade das aulas

O que é preciso para ter um trabalho de alfabetização bem feito?

Um slide da professora Ticiane Maria de Souza Silva, da rede municipal de Sobral (CE), enumera alguns ingredientes: foco nos objetivos, estratégias lúdicas e inovadoras, compromisso, formação, planejamento, rotina, gestão de sala, nenhum aluno a menos, estímulo, atividades no contraturno a partir do 1º ano e equilíbrio entre autonomia e acompanhamento.

A lista é grande, mas você percebeu que não há nenhuma menção à "método de alfabetização"? Guarde essa informação. Voltaremos a ela depois.

Ticiane não é uma professora qualquer. Sobral não é uma rede qualquer. A educadora, especialista em gestão escolar e em educação infantil, atualmente é diretora e faz parte do grupo que desenvolve a proposta pedagógica de creches e pré-escolas do município com as melhores notas nas avaliações de aprendizagem do Brasil. No Congresso da Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca), realizado no começo da semana em São Paulo, Ticiane protagonizou uma mesa sobre alfabetização na prática. A seu lado, outra professora de destaque, de uma rede de destaque: Mirlene Barcelos, envolvida com alfabetização há quase três décadas em Lagoa Santa (MG), outro município que costuma se sair muito bem quando o assunto são as avaliações da educação fundamental.

Nem Ticiane nem Mirlene nem outras professoras do chamado "chão da escola" foram ouvidas pelo Ministério da Educação para a construção do caderno que detalha a nova política de alfabetização, recém-lançada pelo MEC. Como registrou o repórter Paulo Saldaña, da Folha de S. Paulo, a apresentação do documento se deu sem a presença dos secretários municipais –que são quem, de fato, zela pela implementação dos programas.

O uso maldoso da ideia de "evidência científica"

Talvez por isso boa parte do caderno se dedique à defesa de um aspecto que as educadoras não elencam como prioritário. Sob variadas denominações, apresenta-se um método de alfabetização –o fônico, que se foca na relação entre letras e sons– como aquele que, segundo "evidências de pesquisas", daria os melhores resultados na avaliação.

A discussão pode soar estranha para quem não é da área. Um pouco de contexto: há algumas décadas, as políticas de alfabetização no Brasil oscilavam entre diferentes metodologias que, de modo geral, punham foco ou na já citada relação grafema-fonema, ou na compreensão global de palavras e textos, respeitando a progressão das hipóteses de pensamento das crianças, como forma de ensinar a ler e a escrever. Hoje se sabe que tudo isso é fundamental.

Pois o MEC ressuscita essa briga de maneira –para a surpresa de ninguém– maldosa, utilizando o termo "evidência científica" de maneira abusiva. Diga-se de passagem, trata-se de estratégia recorrente de certos atores da educação: apresentam-se estatísticas, comparações, melhores relação de custo-benefício de uma solução em relação à outra como sendo a prova irrefutável, cabal, "evidente", da opção selecionada.

Ocorre que todo número e toda pesquisa podem ser problematizados. E que, muitas vezes, estudos podem chegar a "evidências" contrárias simplesmente por seguirem metodologias diferentes. No caso do uso abusivo do termo, o pulo do gato está em ignorar as contraevidências, apresentando-as como coisa de gente "irracional", "dogmática", "ideológica", "resistente às mudanças".

Como dissemos, essa "edição da realidade" é comum nos "estudos guiados por evidências". Mas ao menos em um aspecto o MEC inovou: as 56 páginas do documento fazem 46 menções à ideia de evidências científicas sem que se apresente uma única comparação, estatística ou relação de custo-benefício entre métodos –portanto, nenhuma "evidência" da superioridade do que o caderno chama de práticas da ciência cognitiva da leitura.

A opção pela vingança

A impressão que se tem é que o documento tenta convencer convocando à fala especialistas que defendam o método fônico –exclusivamente eles– e repetindo "evidências", "evidências", "evidências" como um mantra para emplacar um engodo. Em artigo recente na Folha de S. Paulo, Beatriz Cardoso e Alexsandro Santos vão na mesma linha de crítica, de uma maneira até mais contundente: chamam de falácia a afirmação do MEC de que o método fônico seria a única solução baseada em evidências. "As evidências científicas em torno de propostas construtivistas também são abundantes e robustas", escrevem.

Voltemos à sala de aula. Mais recentemente, as políticas públicas têm passado ao largo da "guerra dos métodos" e optado por um ecletismo metodológico. A opção não é isenta de críticas, mas parece espelhar melhor o que concretamente ocorre nas escolas brasileiras. "Método não é a principal discussão para a garantia da alfabetização", afirma Ticiane. "Não dá para dizer vou usar apenas um método. O que se almeja é que as crianças se alfabetizem de alguma forma e, nesse caminho, pode ser necessário lançar mão de muitas estratégias".

Sobre o caderno do MEC, a educadora questiona: "Será que estamos começando pelo caminho certo ao ter um caderno dizendo que tem de tratar do método? Seria melhor focar no que é essencial: formação, decisão em rede, investimento". Mirlene, por sua vez, aponta a falta de diálogo da proposta: "Não é impondo políticas que vamos conseguir resultados melhores. O que vem dessa forma, de cima para baixo, não engaja os professores nem gera aprendizagem".

Vale para a alfabetização e muitas outras ações: o autoritarismo tem sido a tônica da atual gestão do MEC. Em vez de aprimorar o que é realmente necessário – planejamento, formação, avaliação, salário e infraestrutura–, Weintraub e trupe administram por vingança. Enxergando inimigos em toda parte (alunos, professores, reitores, Paulo Freire, "construtivistas", "comunistas", livros didáticos), requeimam polêmicas e fogem do essencial — por não saberem o que fazer, por não verem serventia em estabelecer qualquer política digna do nome. O primeiro ponto parece evidente, mas segundo também faz sentido: num governo cujo único projeto é a destruição, todas as pastas devem trabalhar para sua própria implosão. Más notícias para quem tem esperança em um futuro melhor. A Educação, infelizmente, é um dos exemplos mais acabados de antiministério.

** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL